

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

DANUZA WOELLNER PACCE PERACETA

**FOTOGRAFIAS DO ENSINO COMERCIAL:
REPRESENTAÇÕES VISUAIS DO SENAC PARANÁ (1947-1961)**

CURITIBA

2017

DANUZA WOELLNER PACCE PERACETA

**FOTOGRAFIAS DO ENSINO COMERCIAL:
REPRESENTAÇÕES VISUAIS
DO SENAC PARANÁ (1947-1961)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, linha de pesquisa em História e Historiografia da Educação, da Universidade Federal do Paraná, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador:
Prof. Dr. Cláudio de Sá Machado Júnior

CURITIBA

2017

P426f

Peraceta, Danuza Woellner Pacce

Fotografias do ensino comercial: representações visuais no SENAC
Paraná (1947-1961) / Danuza Woellner Pacce Peraceta. – Curitiba, 2017.
151 f. : il. color. ; 30 cm.

Dissertação - Universidade Federal do Paraná, Setor de Educação,
Programa de Pós-Graduação em Educação, 2017.

Orientador: Cláudio de Sá Machado Júnior .
Bibliografia: p. 140-146.

1. Comunicação visual. 2. Fotografia. 3. Ensino Comercial. 4. SENAC. I.
Universidade Federal do Paraná. II. Machado Júnior, Cláudio de Sá. III.
Título.

CDD: 907.2

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em EDUCAÇÃO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **DANUZA WOELLNER PACCE PERACETA**, intitulada: "**Fotografias do ensino comercial: representações visuais no Senac Paraná (1947-1960)**", após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 25 de Setembro de 2017.



LIANE MARIA BERTUCCI
Presidente da Banca Examinadora (UFPR)



NÁDIA GAIOFATTO GONÇALVES
Avaliador Interno (UFPR)



CAROLINA MARTINS ETCHEVERRY (Por Skype)
Avaliador Externo (PUC/RS)



*Dedico esta dissertação
à memória do meu pai Flávio,
à minha mãe Roseli e
ao meu esposo Walter.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus por ter me dado toda força e equilíbrio necessários para que eu conseguisse chegar até aqui, pois somente Ele sabe como foi difícil.

Ao meu pai Flávio, que durante sua vida conosco, ensinou a seu modo, que tudo é uma questão de escolha e que cada escolha tem sua consequência. À minha mãe Roseli, por entender minhas ausências e por me ensinar com seu exemplo que sempre devemos perseverar e agradecer a Deus por tudo o que temos e por tudo que somos.

Ao meu esposo Walter, companheiro de jornada, por entender minhas ausências e sempre colaborar comigo no que estava ao seu alcance. Vivemos juntos momentos difíceis durante esse mestrado, e sei que ele, por muitas vezes, esqueceu de si próprio para que eu não sucumbisse. Obrigada por tudo!

Ao meu irmão, minha cunhada e minha sobrinha e afilhada por me apoiarem, torcerem por mim e entenderem que, por muitas vezes, me ausentei porque precisava estudar.

Ao meu orientador, professor Cláudio de Sá Machado Júnior por ter acreditado em mim, pela sua atenção, seu conhecimento e sua dedicação ao apontar os caminhos mais adequados que deveria seguir na minha pesquisa.

Às professoras da banca Nádia Gaiofatto Gonçalves, Carolina Martins Etcheverry e Liane Bertucci por disponibilizarem tempo e dedicação para lerem e contribuírem grandemente com minha pesquisa.

A todos os professores da linha de pesquisa História e Historiografia da Educação que direta e indiretamente contribuíram para minha formação.

Às minhas colegas que se tornaram amigas de mestrado Camila Flávia Fernandes Roberto, Edilene Maria Leite dos Santos e Michelle Caroline Bulotas por todos os momentos que passamos juntas, pelos cafés, pelas mensagens, pelos ensinamentos, pelo apoio. Nosso encontro (ou reencontro) no mestrado já estava marcado muito antes de nos darmos conta.

Às amigas Jane Carla Claudino Tosin e Márcia Wolaniuk do Amaral Carvalho por me ouvirem, me apoiarem, entenderem minhas ausências e a diminuição dos nossos encontros para o tradicional café, e, claro, pela amizade de vocês.

À amiga Kely Cristiane Marques que sempre esteve à disposição para colaborar comigo, no acesso às fontes do Senac/PR, desde quando essa pesquisa era apenas uma intenção.

Ao Senac/PR por permitir que eu me ausentasse do trabalho para assistir às aulas e também por liberar o acesso aos documentos e ao acervo fotográfico da instituição que foram necessários para compor minha pesquisa.

À todas as pessoas que de alguma forma colaboraram para que eu chegasse até esse momento.

E por último... Agradeço a todas as alunas, alunos, dirigentes, professores, professoras, clientes do Senac/PR, enfim, a todas as pessoas que em determinado momento da vida, colocaram-se diante da câmera fotográfica e congelaram suas imagens, sem sequer imaginarem que um dia elas viajariam no tempo!

Com a invenção da fotografia inventou-se também, de certa forma, a máquina do tempo. Não aquela dos filmes de ficção científica, uma câmara repleta de inúmeros aparelhos estranhos onde os personagens necessitavam entrar, serem conectados a um emaranhado de fios e, de repente, desaparecerem em meio a um denso véu de fumaça, para, a seguir, reaparecerem em algum outro lugar e época. Refiro-me à máquina do tempo enquanto máquina fotográfica e, especialmente, ao produto desses aparelhos: as imagens. Viajamos no tempo em direção aos cenários e situações que nelas vemos representados; viajamos ao passado e vivemos por instantes essa ilusão documental através de nossas lembranças, de nossa imaginação.

RESUMO

A presente dissertação de mestrado em Educação apresenta como principal objetivo a análise das representações visuais das salas de aula do ensino comercial desenvolvido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Senac, no Paraná, entre os anos de 1947 e 1961. Esta pesquisa estrutura-se em três capítulos. O primeiro aborda o percurso traçado pelo ensino comercial no Brasil, a partir da sua oficialização em 1905, pela regulamentação para o funcionamento das instituições de ensino comercial que se deu em 1923 e o reconhecimento dos estabelecimentos que ofertavam cursos comerciais, em 1926. Já nas décadas de 1930 e 1940, houve a realização das reformas Francisco Campos e Capanema, respectivamente, que trouxeram mudanças na oferta e na gestão dos cursos comerciais no país. O capítulo traz, ainda, a criação do Senac, em 1946 e sua instalação no Paraná, em 1947. O segundo capítulo faz uma análise sobre a fotografia como fonte e o álbum como um artefato histórico, realiza uma análise sobre a organização e a composição do acervo fotográfico do Senac/PR, constituído por sete álbuns fotográficos e um total de 778 imagens. Também são estabelecidas três temáticas visuais, a partir das características identificadas e selecionadas nas imagens fotográficas. O terceiro e último capítulo faz uma análise sobre as representações visuais identificadas nas salas de aula do ensino comercial desenvolvido pelo Senac/PR, a partir de quatro aspectos: a presença feminina e a predominância masculina nos cursos comerciais, a composição de salas de aula com alunos de diferentes faixas etárias e o quadro de docentes.

Palavras-chave: Representações Visuais. Fotografias. Ensino Comercial. Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial.

ABSTRACT

The present Master thesis in education presents as main purpose the analysis of visual representations present in the classrooms of the commercial education developed by the Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial-Senac, Parana, between 1947 to 1961. This research is structured in three chapters. The first covers the route mapped out by the commercial education in Brazil, from your official in 1905, by the regulations for the operation of commercial education institutions in 1923 and the recognition of establishments commercial courses, they offered in 1926. Already in the 1930 and 1940, there were the reforms Francisco Campos and Gustavo Capanema, respectively, which brought dramatic changes in the supply and management of trade courses in the country. The chapter brings the creation at Senac, in 1946 and your installation in the State of Paraná, in 1947. The second chapter analyses about photography as a source and the album as a historical artifact, performs an analysis on the Organization and composition of the photographic collection of the Senac/PR, consisting of seven photo albums and a total of 778 pictures. Are also established two Visual themes, from the features identified and selected in photographic images. The third and last chapter does an analysis of the Visual representations that are identified in the classrooms of the commercial education developed by Senac/PR, from four aspects: the female presence and the male predominance in trade courses, the composition of classrooms with students of different age groups and teachers.

Keywords: Visual Representations. Photos. Commercial Education. Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	– SOLENIDADE DE INSTALAÇÃO DA DELEGACIA DO SENAC, NO ESTADO DO PARANÁ, EM 07 DE JULHO DE 1947.	19
FIGURA 2	– ENCERRAMENTO DA CONCLAP (1945)	58
FIGURA 3	– MESA DIRETORA DA I CONCLAP (1945)	59
FIGURA 4	– ASSINATURA DA CARTA DA PAZ SOCIAL, EM 1946	62
FIGURA 5	– DISCURSO INAUGURAL DA DELEGACIA REGIONAL DO SENAC NO PARANÁ (07/07/1947)	68
FIGURA 6	– SOLENIDADE DE ENTREGA DAS BOLSAS DE ESTUDOS, NA ESCOLA TÉCNICA COMERCIAL REMINGTON DO PARANÁ, EM CURITIBA, (08/12/1947)	70
FIGURA 7	– EDIFÍCIO DO SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO, ONDE FICAVA O ESCRITÓRIO-MODELO EM CURITIBA (1948).	71
FIGURA 8	– ENTREGA DE CERTIFICADOS AOS ALUNOS QUE CONCLUÍRAM OS CURSOS DE EXTENSÃO PARA CONTABILISTA E SERVIÇOS DE ESCRITÓRIO, EM 1948	89
FIGURA 9	– ENTREGA DE BOLSAS DE ESTUDOS PELOS SR. RENE MARUMBI DE PAULA, EM 1947	90
FIGURA 10	– APUCARANA (1950?)	91
FIGURA 11	– EDIFÍCIO NO QUAL O SENAC/PR TEVE SUA PRIMEIRA SEDE, EM CURITIBA (1947)	97
FIGURA 12	– EDIFÍCIO NO QUAL O SENAC/PR ATUOU A PARTIR DE 1948, EM CURITIBA	98
FIGURA 13	– FACHADA DA ESCOLA LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE CAMBARÁ (1950?)	99
FIGURA 14	– CARTÃO POSTAL DA ESCOLA NORAM LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ (1950?)	100
FIGURA 15	– FACHADA DA ESCOLA LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE LONDRINA (1950?)	101
FIGURA 16	– ENTREGA DE CERTIFICADOS AOS ALUNOS QUE CONCLUÍRAM OS CURSOS DE EXTENSÃO PARA CONTABILISTA E PRÁTICO E ESCRITÓRIO, EM 1948	103

FIGURA 17	– TURMA FEMININA QUE CONCLUIU O CURSO PRÁTICO DE ESCRITÓRIO, EM CURITIBA, NO ANO DE 1950	104
FIGURA 18	– ENTREGA DE CERTIFICADOS AOS GRADUANDOS DO CURSO PRÁTICO DE ESCRITÓRIO, EM APUCARANA, PALMEIRA E IRATI (1952?)	106
FIGURA 19	– AULA INAUGURAL NA ESCOLA TÉCNICA DO COMÉRCIO REMINGTON DO PARANÁ. CURSO PRÁTICO DE ESCRITÓRIO, EM 1952	111
FIGURA 20	– CURSO DE SECRETÁRIA (1960?)	113
FIGURA 21	– ... CURSO CABELEIREIRO (1961?)	115
FIGURA 22	– CURSO CABELEIREIRO (1960?)	117
FIGURA 23	– AULA INAUGURAL DO CURSO PRÁTICO DE ESCRITÓRIO, NA ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO PLÁCIO E SILVA, EM 1952	118
FIGURA 24	– CURSO ADESTRAMENTO HOTELEIRO, EM 1959	120
FIGURA 25	– CURSO ADESTRAMENTO HOTELEIRO, EM 1959	122
FIGURA 26	– CURSO TÉCNICA DE ADMINISTRAÇÃO DE MPRESAS, EM 1959	123
FIGURA 27	– PROFESSOR DE PORTUGUÊS GERALDO MATTOS GOMES DOS SANTOS. ATIVIDADES DE ENSINO. ANO LETIVO 1960. ...	126
FIGURA 28	– PROFESSOR DE GEOGRAFIA BARQUETH DA VEIGA QUEIROZ (1960?)	127
FIGURA 29	– PROFESSOR DE MATEMÁTICA FRANCISCO DE LIMA. ATIVIDADES DE ENSINO. ANO LETIVO 1960	128
FIGURA 30	– CURSO PRÁTICO DE COMÉRCIO E FUNDAMENTAL, EM 1949.	131
FIGURA 31	– CURSO PRÁTICO DE COMÉRCIO E FUNDAMENTAL, EM 1949.	132
FIGURA 32	– CURSO PRÁTICO DE COMÉRCIO E FUNDAMENTAL, EM 1949.	134

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	– RELAÇÃO DE DISCIPLINAS QUE COMPÕEM OS CURSOS GERAL E SUPERIOR DO COMÉRCIO, INSTITUÍDOS PELO DECRETO Nº 1.339/1905	31
QUADRO 2	– RELAÇÃO DE DISCIPLINAS QUE COMPÕEM O CURSO GERAL COMERCIAL INSTITUÍDO PELO DECRETO Nº 17.329/1926	35
QUADRO 3	– DISTRIBUIÇÃO DAS DISCIPLINAS QUE COMPÕEM O CURSO GERAL DE COMÉRCIO, POR ANO DE CURSO E CADEIRAS (1926)	36
QUADRO 4	– DISTRIBUIÇÃO DAS DISCIPLINAS QUE COMPÕEM O CURSO SUPERIOR DE COMÉRCIO, POR ANO DE CURSO E CADEIRAS (1926)	37
QUADRO 5	– RELAÇÃO DE INSTITUIÇÕES DO ENSINO COMERCIAL FISCALIZADOS E OFICIALIZADOS NO BRASIL ENTRE 1926 E 1929	39
QUADRO 6	– CLASSIFICAÇÃO DAS DISCIPLINAS POR CURSOS TÉCNICOS DEFINIDOS NO DECRETO Nº 20.158/1931	46
QUADRO 7	– COMPOSIÇÃO DO ENSINO COMERCIAL, A PARTIR DO DECRETO-LEI Nº 6.141/1943	51
QUADRO 8	– COMPARATIVO ENTRE AS DISCIPLINAS DO CURSO PROPEDEÚTICO E DO CURSO COMERCIAL BÁSICO	52
QUADRO 9	– CLASSIFICAÇÃO DAS DISCIPLINAS DOS CURSOS COMERCIAIS TÉCNICOS	54
QUADRO 10	– NÚMERO DE UNIDADES ESCOLARES E MATRÍCULA GERAL NOS RAMOS DE ENSINO COMERCIAL, AGRÍCOLA, DOMÉSTICO, NORMAL E INDUSTRIAL DE 1932 A 1945	56
QUADRO 11	– SÍNTESE DO QUADRO A QUE SE REFERE O ARTIGO 577, DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO	64
QUADRO 12	– CARACTERÍSTICAS DOS CURSOS DO SENAC/PR	72
QUADRO 13	– CLASSIFICAÇÃO DAS IMAGENS FOTOGRÁFICAS POR TÍTULO DO ÁLBUM, QUANTIDADE E FORMATO	92
QUADRO 14	– TEMÁTICAS DAS FOTOGRAFIAS DO ENSINO COMERCIAL ...	95

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. FORMAR PARA O COMÉRCIO: DA OFICIALIZAÇÃO DO ENSINO COMERCIAL À CRIAÇÃO DO SENAC	30
1.1. A OFICIALIZAÇÃO DO ENSINO COMERCIAL NO BRASIL	30
1.2. AS REFORMAS DO ENSINO COMERCIAL NO BRASIL	43
1.3. A CRIAÇÃO DO SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL ..	57
2. IMAGENS DO ENSINO COMERCIAL: O ACERVO FOTOGRÁFICO DO SENAC/PR	77
2.1. A FOTOGRAFIA COMO FONTE HISTÓRICA	77
2.2. O ÁLBUM COMO ARTEFATO HISTÓRICO	85
2.3 OS ÁLBUNS FOTOGRÁFICOS DO SENAC/PR	88
2.4 AS TEMÁTICAS VISUAIS NO SENAC/PR	93
2.4. 1. Arquitetura Escolar: Edifícios Escolares	96
2.4. 2. Ritos de Passagem: Formaturas	102
3. AS REPRESENTAÇÕES VISUAIS NAS SALAS DE AULA DO SENAC PARANÁ	108
3.1 A INSERÇÃO FEMININA NO ENSINO COMERCIAL	110
3.2 A PREDOMINÂNCIA MASCULINA NO ENSINO COMERCIAL	117
3.3 OS DOCENTES DO SENAC/PR	124
3.4 DIFERENÇAS DE IDADES NO CURSO PRÁTICO DE COMÉRCIO	129
CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
REFERÊNCIAS	140
BIBLIOGRAFIA	140
FONTES	146

INTRODUÇÃO

A decisão em realizar a presente dissertação de mestrado, intitulada “Fotografias do ensino comercial: representações visuais do Senac Paraná (1947-1961)” se deu pelo motivo de que a educação profissional fez parte do meu dia-a-dia durante alguns anos, uma vez que trabalhei nessa instituição. Por inúmeras vezes, fui instigada a aprofundar meus conhecimentos sobre essa instituição e sobre essa modalidade de ensino. Em 2014, ao ingressar como aluna na disciplina isolada de História da Educação e Imprensa, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná, tive interesse inicial em pesquisar sobre como a educação profissional era retratada em periódicos locais de um determinado período. Porém, com o decorrer das aulas, tive subsídios que favoreceram a delimitação com mais clareza do objeto da pesquisa que intencionava realizar, uma vez que as discussões possibilitaram-me observar a educação profissional sob outra perspectiva: a da fotografia. Diante disso, pude definir com maior precisão qual seria o tema inicial e o objeto da pesquisa para a minha participação do processo seletivo do Programa.

Nesse período e atualmente como aluna regular do Programa de Pós-Graduação em Educação, realizei algumas buscas sobre a incidência de artigos, dissertações e teses elaboradas sobre temáticas que estão relacionadas à fotografia escolar e ao ensino comercial, no campo da História da Educação no Brasil, uma vez que elas poderiam subsidiar minhas análises durante o processo de escrita dessa pesquisa. Um dos artigos encontrados sobre a fotografia escolar foi o de Marques e Dominschek (2011), com o título “Formar e assistir: imagens da escola do Senai em Curitiba nas décadas de 1940 e 1950”. Nesse texto, as autoras apresentam, por meio de imagens fotográficas, a formação de jovens aprendizes do Senai de Curitiba, bem como quais eram os aspectos da formação para o trabalho, considerando para tanto, a perspectiva da instituição e os discursos dos alunos.

Outro artigo pesquisado refere-se às autoras Vidal e Abdala (2005) e tem como tema “A fotografia como fonte para a história da educação: questões teórico-metodológicas e de pesquisa”. Nesse texto, elas analisam as potencialidades que a fotografia traz como fonte para o campo da História de Educação, bem como a atuação profissional dos fotógrafos Augusto Malta e Nicolas Alagemovits, no Rio de Janeiro, durante a reforma educacional que ocorreu entre 1927 a 1930. O primeiro fotógrafo selecionava cenas nas quais estariam presentes crianças, professores e homens públicos. Já o segundo, registrava os edifícios escolares existentes e a arquitetura de novas construções educacionais durante a administração de Fernando de Azevedo.

Rosa Fátima de Souza (2001), por sua vez, em seu artigo “Fotografias escolares: a leitura de imagens na história da escola primária” destacou a importância que a documentação fotográfica traz ao campo da História da Educação, especialmente quanto ao estudo das instituições educativas. Para tanto, a autora classificou e analisou quatro categorias fotográficas relacionadas à arquitetura escolar, às classes de alunos, ao corpo docente e às atividades escolares. Analisou, também, o discurso sobre a escola, as relações sociais nela desenvolvidas e os contextos humanos, com base na leitura das fotografias escolares do ensino primário, realizado no município de Campinas, entre 1897 a 1950.

Algumas dissertações de mestrado e teses de doutorado pesquisadas, também trazem a fotografia escolar como temática. A primeira que destaco é a dissertação de Luiz Cláudio Gonçalves Gomes (2004), intitulada “Imagens não cotidianas: escola de aprendizes artífices de Campos (1910-1942)”. Nessa pesquisa, o autor faz uma abordagem semiológica na análise das fotografias e utiliza de forma complementar, a fonte oral e a imprensa periódica local. A referida dissertação tinha como objetivos analisar as imagens do Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET, no período de 1910 a 1942, contribuir com a historiografia da Escola de Aprendizes Artífices de Campos dos Goytacazes e discutir a importância educacional no período pesquisado, para a compreensão do atual CEFET de Campos dos Goytacazes, no Estado do Rio de Janeiro.

Rachel Duarte Abdala (2013), em sua tese “Fotografias escolares: práticas do olhar e representações sociais nos álbuns da Escola Caetano de Campos (1895-1966)” faz uma análise dos registros fotográficos produzidos na e pela Escola Caetano de Campos, localizada em São Paulo. Com a identificação das recorrências e similaridades temáticas e compositivas, a partir da análise realizada, a autora construiu padrões de representação tanto social quanto iconográfico, considerando quatro temas fotográficos que classificou em arquitetura, práticas escolares, retratos e eventos.

A tese “A Escola profissional para o sexo feminino através da imagem fotográfica”, de Náilda Marinho da Costa Bonato (2003), traz como fonte principal a fotografia escolar do Instituto Profissional Feminina (1898), da Primeira Escola Profissional Feminina, em Bento Ribeiro (1913), da Segunda Escola Profissional Feminina, Rivadávia Correa (1913) e da Escola Profissional Paulo de Frontin (1919), todas localizadas no Rio de Janeiro. Como se tratavam de instituições públicas, os registros fotográficos foram realizados por Augusto Malta, fotógrafo oficial da prefeitura do Rio de Janeiro, na gestão do prefeito Pereira Passos, entre 1902 a 1906 e de Pedro Ernesto Batista, entre 1935 e 1936. A autora buscou apontar

quais eram os motivos dos registros e reconstruir as atividades didático-pedagógicas do cotidiano escolar, como também sua estrutura e funcionamento.

O ensino comercial citado na tese de Bonato (2003), e abordado na minha pesquisa, também foi investigado na dissertação de mestrado de Erica Piovan de Ulhôa Cintra (2005), “Escola Profissional Feminina em Curitiba: A Escola Técnica de Comércio São José (1942 a 1955)”. Nesse estudo, a autora percorreu a trajetória da Escola Técnica de Comércio São José, localizada em Curitiba, no período de 1942 a 1955, com a finalidade de compreender como se dava a educação ofertada para as jovens mulheres na década de 1940 e parte de 1950. Para tanto, utilizou como fontes investigativas os documentos da congregação religiosa que fundou a escola, legislações, dados estatísticos, relatórios de agentes públicos, documentos escolares, livros de verificação, fotografias escolares, depoimentos e jornais.

Ainda sobre o ensino comercial, considero importante a dissertação de Maurício Fonseca Polato (2008), “A fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP) e o ensino comercial em São Paulo (1902-1931)”, na qual o autor descreve as mudanças urbanas ocorridas na capital paulista, que justificaram a criação da escola em 1902. Além disso, ele analisa as pessoas que se envolveram na fundação da instituição, a rede de relacionamento de cada uma delas e quais eram as expectativas em relação ao ensino comercial.

No levantamento que realizei para identificar a produção já existente no campo da História da Educação Brasileira, foi possível perceber que, embora haja estudos e pesquisas sobre a temática da fotografia escolar e ensino comercial no Brasil, há uma brecha no que se refere ao ensino comercial desenvolvido pelo Senac, incluindo no Estado do Paraná, pois apesar dessa instituição ser citada em alguns trabalhos, não foi possível encontrar nenhum estudo específico. Dessa forma, a pesquisa ora proposta tem como objetivo geral analisar as representações visuais presentes nas salas de aula do ensino comercial desenvolvido pelo Senac do Paraná, entre os anos de 1947 e 1961. Como objetivos específicos, pretende investigar o percurso percorrido pelo ensino comercial no Brasil, desde sua oficialização até a criação do Senac no Paraná, analisar o acervo da instituição e estabelecer tipologias fotográficas e analisar como o ensino comercial do Senac/PR está representado visualmente nas imagens fotográficas das salas de aula.

* * *

A bibliografia da História da Educação no Brasil aponta que do início do século XX até a criação do Senac, em 1946, poucas foram as iniciativas governamentais em relação ao

ensino comercial no país. O ensino comercial foi um ramo da educação voltado a capacitar pessoas para trabalhar em estabelecimentos comerciais. Durante a Primeira República, a União estabeleceu apenas três legislações específicas para o ensino comercial, promulgadas respectivamente em 1905, 1923 e 1926. Essas normativas instituíram a União como órgão fiscalizador das instituições privadas, sendo, até então, as únicas que atuavam nesse ramo de ensino (NAGLE, 1974, p. 176).

Em 1905, o Governo oficializou o ensino comercial no país por meio do Decreto nº 1.339, de 9 de janeiro, no qual declarou a Academia de Comércio do Rio de Janeiro e a Escola Prática de Comércio de São Paulo instituições de utilidade pública (BRASIL, 1905). No ano seguinte, o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio passaria a ser responsável pelos ensinos comercial, industrial e agrícola.

A segunda regulamentação se deu quase 18 anos depois, em 1923, por meio do Decreto nº 4.724-A, de 23 de agosto. A partir desse momento, os diplomas expedidos pelas escolas de ensino comercial deveriam se equiparar aos que eram emitidos pela Academia de Comércio (BRASIL, 1923). A última regulamentação do ensino comercial na Primeira República ocorreu em 1926, por meio do Decreto nº 17.329, de 28 de maio, que aprovava a norma destinada aos estabelecimentos de ensino comercial que eram reconhecidos oficialmente pelo Governo Federal (BRASIL, 1926).

Com a instituição do governo provisório de Getúlio Vargas, o ensino comercial passou a ser regulado pelo recém-criado Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública. Durante a gestão do Ministro Francisco Campos, iniciou-se, pela primeira vez, um processo mais significativo de reforma educacional, com a promulgação de Decretos Federais que abrangiam os ensinos secundário, superior e comercial em todos os Estados brasileiros. O ensino comercial, por sua vez, foi organizado por meio do Decreto Federal nº 20.158, de 30 de junho de 1931, o qual também regulamentava a profissão de contador. Tal decreto foi o “primeiro instrumento legal a estruturar cursos já incluindo a ideia de itinerários de profissionalização” (BRASIL, 1999, p. 6).

Essa determinação constitucional resultou na definição da Lei Orgânica do Ensino Comercial¹, promulgada pelo Decreto-Lei nº 6.141/1943, bem como na criação de instituições

¹ Outras Leis Orgânicas do Ensino resultaram da criação de escolas destinadas ao ensino vocacional e pré-vocacional, são elas: Ensino Secundário (Decreto-Lei nº 4.244/42), Ensino Industrial (Decreto-Lei nº 4.073/42), Ensino Primário (Decreto-Lei nº 8.529/46), Ensino Normal (Decreto-Lei nº 8.530/46) e Ensino Agrícola (Decreto-Lei nº 9.613/46). A Lei Orgânica do Ensino Primário estabelece princípios democráticos porque é elaborada no período vanguardista de democratização. Essa lei orgânica evidenciava a influência do movimento de renovação educacional expresso no “Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova de 1932” e a Lei Orgânica do Ensino Normal caracterizou o ensino normal como ensino profissional de nível médio de dois ciclos. O primeiro

especializadas, como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), fundado em 1942 e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), em 1946, instituição à qual se refere esta dissertação.

No início da década de 1940, ocorria no Brasil o período que ficou conhecido como Estado Novo, instituído por Vargas em 1937. Nessa fase, foram estabelecidas as bases e os fundamentos para que o setor industrial se desenvolvesse no país (PANDOLFI, 1999, p. 24). E como consequência desse processo, havia a necessidade de educar para o trabalho e tornar a juventude brasileira um fator efetivo da economia nacional (DANTAS, 1942, p. 105). Com base nessa constatação foi realizada, em 1945, a I Conferência das Classes Produtoras do Brasil – CONCLAP, que tratou, dentre outros assuntos, do ensino comercial. A partir do exemplo do setor industrial, que criou a Confederação Nacional da Indústria, o comércio, nesse mesmo ano, também criou a Confederação Nacional do Comércio (CNC). E uma das ações iniciais dessa conferência foi criar uma instituição de ensino comercial que se responsabilizasse pela qualificação de trabalhadores para o setor do comércio (SENAC, DN, 2006, p. 12).

A partir dessa Conferência, em 10 de janeiro de 1946, por meio do Decreto-Lei nº 8.621, o Senac foi criado. Este Decreto autorizou que a Confederação Nacional do Comércio organizasse e administrasse, em todo o território nacional, escolas de aprendizagem para trabalhadores e interessados em atuar no setor comercial. Ainda, na mesma data foi promulgado o Decreto-Lei nº 8.622, que definiu a aprendizagem dos comerciários e estabeleceu os deveres dos empregadores e trabalhadores menores de idade. A partir deste momento, o Senac começaria a receber seus primeiros alunos, os menores aprendizes com idades entre 14 e 18 anos.

No Paraná, o Senac foi criado em 07 de julho de 1947, inicialmente como Delegacia do Estado, localizada em Curitiba, com o objetivo de elevar o nível técnico e profissional dos comerciários (SENAC/PR, 2011). A solenidade de instalação da instituição no Estado se deu no salão nobre da Associação Comercial do Paraná, cuja fotografia a seguir (Figura 1) destacou-se como um vestígio visual daquele momento. O Sr. Manoel Francisco Lopes Meirelles², representante da Administração Nacional do Senac e do Dr. João D'audt de

não apresentou perfeita formação profissional porque predominavam as disciplinas acadêmicas, enquanto o curso de formação ao nível de segundo ciclo foi destinado a uma clientela mais amadurecida para a profissionalização, apresentando um currículo mais diversificado e mais especializado, com disciplinas pedagógicas nas duas últimas das três séries. (FERREIRA, 1980, p. 69-72).

² Economista, representante do Sindicato dos Economistas do Rio de Janeiro, em 1955. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=acrijrevistas&pagfis=6867&pesq=>. Acesso em: 28 mai. 2016.

Oliveira, presidente do Conselho Nacional do Comércio, fez o discurso de inauguração, que contou com a presença de autoridades civis, militares e eclesiásticas, como também deu posse aos membros do Conselho Consultivo da Delegacia do Senac, no Paraná. (SENAC, 1947, p. 1).

FIGURA 1 – SOLENIDADE DE INSTALAÇÃO DA DELEGACIA DO SENAC, NO ESTADO DO PARANÁ, EM 07 DE JULHO DE 1947.



Sr. Manoel Francisco Lopes Meireles - representante da Administração Nacional do Senac, no momento em que realizava o discurso inaugural da Delegacia Regional do Senac, em Curitiba, no dia 07 de julho de 1947. Fonte: Acervo Senac/PR³ (álbum 1947 49 50 51 52 53).

O Senac é uma instituição de educação profissional, com Unidades em todos os Estados do país (SENAC, 2006). Ele está presente no Paraná há 70 anos e possui um acervo histórico e administrativo relativamente bem organizado. Parte desse acervo está arquivada, com acesso restrito, por uma empresa especializada em guarda de documentos. Nesse acervo destaca-se um conjunto de fotografias que foram organizadas em aproximadamente 40 álbuns que abrangem o período de 1947 a 1995. O acervo pesquisado reúne, de maneira geral, registros fotográficos que contemplam diversos aspectos da visualidade da instituição, tais

³ O retrato que aparece na parede acima da mesa que presidia o evento traz a imagem de Ildefonso Pereira Correia, o Barão do Serro Azul, fundador da Associação Comercial do Paraná, em 1890. Fonte: Associação Comercial do Paraná. Disponível em: <http://acpr.com.br/institucional/historia>. Acesso em 28 mai. 2016.

como as salas de aula e sua materialidade específica, assim como permitem visualizar a presença de alunos e professores.

Numa análise inicial, foi possível perceber algumas das propostas que direcionaram a organização do acervo, ou seja, observou-se que todas as fotografias foram fixadas em álbuns similares, porém diferenciados apenas por uma etiqueta lateral de identificação do ano correspondente. Algumas fotografias apresentavam, no verso, vestígios de álbuns antigos, tais como legendas que não condiziam com o texto original escrito no verso da fotografia ou legendas que não correspondiam com a própria foto.

Deste modo, para a realização desta pesquisa de mestrado, foram consideradas imagens fotográficas e legendas originais que compõem o acervo fotográfico disposto especificamente sete álbuns, compreendidos de 1947, ano em que a instituição foi criada no Paraná, até 1961, quando ocorreu a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 4.024, que indicava mudanças na organização do ensino comercial, industrial e agrícola⁴ (BRASIL, 1961), quando o Senac precisou se adequar para atender às novas determinações legais, o que possivelmente levou a modificações nas práticas registradas. Sendo as fotografias fontes de significativo destaque nesta pesquisa, faz-se necessário tecer considerações sobre elas no âmbito da História da Educação no Brasil, bem como alguns aspectos conceituais e metodológicos deste fragmento da cultura visual.

A *Escola dos Annales*, quando destacou as reflexões sobre novas formas de usos das fontes documentais na metade do século XX, incentivou a reflexão acerca das possíveis formas de se fazer a História. Com isso, historiadores passaram a analisar e propor procedimentos que contribuíssem para a “ampliação das problematizações como objeto historiográfico” (VEIGA, 2003, p. 13). Desta forma, “a introdução de novos objetos, novos problemas e novas abordagens conceitual-metodológicas contribuiu para a superação da história factual, alargando a visão dos fatos, renovando os enfoques, introduzindo outras fontes e documentos” (CIAVATTA, 2012, p. 36).

⁴Até a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 4.024/1961, o ensino comercial, industrial e agrícola era regido pelos Decretos-Leis: nº 6.141/1943, nº 4.073/42 e nº 9.613/1946, respectivamente. Com a Lei nº 4.024/61, os ensinos comercial, industrial e agrícola passaram a compor o ensino técnico de grau médio (art. 47), que seria ministrado em dois ciclos, o ginasial e o colegial. O primeiro com duração de quatro anos e o segundo com a duração de no mínimo, três anos, respectivamente. (BRASIL, 1961). De acordo com Kuenzer (1999), a LDB nº 4.024/1961 é a primeira legislação educacional que “reconhece a articulação completa do ensino profissional ao sistema regular de ensino, estabelecendo-se à plena equivalência entre os cursos profissionalizantes e os propedêuticos para prosseguimento nos estudos”.

No Brasil, a História da Educação primeiramente foi estabelecida como uma disciplina formadora, entre o conjunto de disciplinas do curso normal (WARDE, 2000, p. 91). Ela constituía-se como uma extensão da Filosofia da Educação, e, portanto, não possuía autonomia na definição dos assuntos, nem do método a ser trabalhado em sala de aula. Nesse contexto, sob o ponto de vista da História, ela era simplesmente uma disciplina escolar e não um campo de pesquisa. Mais tarde, a História da Educação passou a ser analisada com o intuito de verificar se possuía características próprias que pudessem ser consideradas um campo historiográfico específico, como a História Cultural.

A História Cultural apresenta-se como um campo historiográfico, caracterizado por princípios de investigação herdados das propostas inauguradas com o movimento dos *Annales* e dotado de pressupostos teórico-metodológicos que lhe são próprios (mesmo que alguns deles tenham se originado em outros campos do conhecimento, como a Antropologia ou a Linguística). (FONSECA, 2003, p. 56).

Ao realizar uma análise entre ambas, a História da Educação passou a ser reconhecida como campo temático de pesquisa científica, uma vez que não apresentava referenciais teóricos-conceituais próprios (FONSECA, 2003). Na década de 1970, esse campo de investigação teve suas problemáticas refinadas e deixou de considerar a escola apenas como um espaço de reprodução social. No entanto, somente a partir dos anos 1990, muitas pesquisas no campo da História da Educação no Brasil passaram a refletir sobre o papel da escola enquanto espaço de produção de uma cultura própria (SOUZA; VALDEDMARIN, 2005, p. 5). Com isso, houve uma mudança no foco dos trabalhos desse campo, que se aproximou ainda mais da História, “seja pelo exercício de levantamento, organização e ampliação da massa documental a ser utilizada nas análises, seja pelo acolhimento de protocolos de legitimidade da narrativa historiográfica” (FARIA FILHO *et al.*, 2004, p. 142).

Para além dessa razão quantitativa – o número de trabalhos, que iria avolumar-se e estabilizar-se na década de 1990 –, a diversificação das temáticas marcaria igualmente a produção. [...] Em análise da história da educação no Brasil, Carvalho (2000) ressalta que as mudanças ocorridas nesse domínio, no período citado, referem-se a uma “nova história da educação brasileira”, nascida ao final dos anos de 1980 e marcada pela ruptura com uma tradição originada nos anos de 1930 e de 1940 e consolidada nos anos de 1970, quando da institucionalização dos cursos de pós-graduação no país. (CATANI; FARIA FILHO, 2002, p. 114)

A escola nesse contexto passou a ser investigada não apenas sob o aspecto de suas normas, com a utilização de documentos legais, mas também das práticas desenvolvidas em

seu interior, num movimento sinérgico entre ambas. Antônio Vinão Frago⁵, um dos autores que escreve sobre a cultura escolar, parte do princípio que a cultura escolar sofre uma variação entre as instituições escolares, pois não há escolas, colégios, universidades e faculdades exatamente iguais, embora seja possível estabelecer similaridades entre elas. Ele complementa ao afirmar que as diferenças se tornam maiores quando as comparações ocorrem em instituições escolares que pertencem a níveis educacionais distintos (VIÑAO FRAGO, 2001, p. 33 *apud* FARIA FILHO *et al.*, 2004, p. 148). Para ele, a cultura escolar é passível de ser definida como “um conjunto de idéias, princípios, critérios, normas e práticas sedimentadas ao longo do tempo das instituições educativas” (FRAGO, 2000, p. 100, *apud* GONÇALVES; FARIA FILHO; 2005 p. 37), a partir de uma construção coletiva que envolve a própria instituição escolar e todos os atores que compõem esse ambiente, ou seja, professores, alunos, funcionários, pais, entre outros, resultando no estabelecimento de práticas e modos de pensar e fazer escolares (GONÇALVES; FARIA FILHO; 2005 p. 37).

No Brasil, as pesquisas que referenciam a cultura escolar têm contribuído para a renovação da História da Educação. Sendo assim, muitas pesquisas realizadas no país têm dado enfoque de análise nos saberes escolares como os impressos, as práticas de leitura e escrita, os currículos e disciplinas escolares. Os métodos de ensino, as práticas escolares, entre outras temáticas que abordam o tempo, o espaço e as próprias instituições (FRAGO, 2001, p. 33 *apud* FARIA FILHO *et al.*, 2004), por meio de fontes escritas, como legislações, manuais, livros didáticos, cadernos, ou fontes materiais não escritas, como fotografias escolares, uniformes, mobiliários, arquitetura, entre outros que tragam vestígios relevantes para a pesquisa e possibilitem compreender como se dava o funcionamento do espaço escolar num determinado período.

Dentre as possibilidades de fontes para a pesquisa em História da Educação estão as fotografias escolares, que passaram a ser ressignificadas nas pesquisas históricas a partir da década de 1990. Esse fato desencadeou a realização de debates e reflexões entre historiadores e pesquisadores de diferentes áreas, no intuito de verificar o valor e os limites alcançados pelas imagens fotográficas. Como resultado desses momentos destacou-se que as imagens são documentos insubstituíveis, mas nunca consideradas como meras ilustrações do texto. (KOSSOY, 2001, p. 31). Autores como Armando Martins de Barros, Diana Gonçalves Vidal, Stela Borges de Almeida, entre outros, foram os precursores na pesquisa sobre fotografias

⁵ Autores como Jean-Claude Forquin, Dominique Julia, Antônio Nóvoa, Guy Vicent, André Chervel, entre outros aplicam o conceito cultura escolar de diferentes maneiras, no intuito de explicar a partir da concepção de cada um, as práticas desenvolvidas na instituição escolar (SOUZA; VALDEMARIN, 2005, p. 31).

escolares, no final dos anos 1990. Já Mirian Moreira Leite e Ana Maria Mauad, no mesmo período, aproximaram-se desse campo temático, ao utilizarem fotografias como fonte de suas pesquisas (ABDALA, 2013, p. 55).

As pesquisas realizadas com fotografias escolares na perspectiva da História da Educação são repletas de possibilidades que estimulam as análises e ampliam o surgimento de novos temas (VIDAL; ABDALA, 2005, p. 192), no entanto os resultados existentes ainda requerem uma reflexão mais sistemática dos textos e imagens fotográficas. Somado a isso, há de se considerar a ausência de uma metodologia mais adequada para a análise e a dificuldade em localizar e identificar essas fotografias (BENCOSTTA, 2011, p. 398).

O uso da imagem como documento histórico é um dos desafios mais inquietantes para a pesquisa em educação. Como fonte documental, como forma de conhecimento do mundo, guardião da memória e elo de coesão de identidades, como representação da realidade, como elemento fundamental das artes visuais ou como produção cultural advinda do trabalho humano, a imagem participa de um universo sedutor e ambíguo de onde podem ser depreendidos múltiplos significados (CIAVATTA, 2012, p. 36).

Para algumas instituições escolares, o registro fotográfico é considerado um meio de divulgar e legitimar a escola frente à sociedade em geral. Embora as pesquisas históricas que envolvam fotografias escolares apresentem um aumento, elas demandam critérios, seja na localização, na catalogação ou na análise das imagens, devido à necessidade de situá-las num determinado tempo e espaço. O ofício do historiador ou pesquisador, nesse sentido, consiste em criticar o documento e utilizar alguns métodos de análise que lhe permitam a leitura dos documentos visuais (CANABARRO, 2005, p. 26).

A despeito das dificuldades inerentes ao trabalho com a imagem, mais especificamente com a fotográfica, tanto como fonte documental quanto como objeto de investigação, o campo é pleno de possibilidades. Essa proficuidade vem sendo percebida pelos historiadores da educação [...], tendo proporcionado o surgimento de instigantes análises e novos temas de estudo (VIDAL; ABDALA, 2005, p. 192).

Em decorrência das possibilidades de análises e inúmeros temas existentes, as fotografias escolares apresentam papel relevante na transmissão da cultura escolar, uma vez que se constituem como fontes de pesquisas, com diferentes abordagens e vertentes de investigação (KOSSOY, 2007, p. 34). No entanto, é necessário considerar que as imagens fotográficas de qualquer natureza não se sustentam individualmente, tampouco são neutras e isentas de manipulação. Da mesma forma, como se faz com outros documentos, as fotografias escolares devem ser analisadas a partir de suas especificidades.

Álbum, imagem e pose são palavras que referem-se à fotografia. Le Goff (1990, p. 540), remetendo-se a Febvre, afirmou que “a história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode se fazer, deve se fazer sem documentos escritos, quando não existirem”. Na chamada “revolução documental”, que recebeu destaque pela atuação dos pesquisadores vinculados à *Escola dos Annales*, ampliaram-se as possibilidades de pesquisa, seja pelas perspectivas de abordagens, seja pelas possibilidades estendidas a uma gama diversificada de fontes.

Sobre isto, Burke (1992, p. 237) afirma que esses profissionais “são muitas vezes mal equipados para lidar com material visual, muitos utilizando as imagens apenas de maneira ilustrativa, sob aspectos que podem parecer ingênuos, corriqueiros ou ignorantes às pessoas profissionalmente ligadas à problemática visual”. O historiador inglês complementa dizendo que, mesmo com essas dificuldades, há historiadores que têm “proporcionado valiosas contribuições à nossa visão do passado – e do local em que nele está inserido o material visual usando as imagens de uma forma sofisticada e especificamente histórica”.

Neste sentido, a fotografia apresenta-se como uma importante fonte para os estudos em História da Educação. Contudo, devem-se impor questionamentos, visto que a “imagem não fala por si só” (MAUAD, 2008, p. 41) e pode proceder de uma montagem, consciente ou não do momento em que foi produzida ou de épocas sucessivas, que permanecem vivas, talvez esquecidas (LE GOFF, 1990, p. 547). “O documento é monumento”, uma vez que resulta de esforços das sociedades históricas que impõem ao futuro, de forma espontânea ou não, imagens de si próprias. E seguindo a premissa de que todo documento é falso, ou seja, apresenta um revestimento, que requer a remoção para que seja possível analisá-lo, ao historiador compete o exercício de não “fazer o papel de ingênuo” (LE GOFF, 1990, p. 548). Ainda segundo Le Goff (1990), o documento também é duradouro, mas as análises realizadas sobre o que ele traz devem ser desmistificadas, de forma que o significado se torne aparente ao historiador. E esta análise pode apontar as transformações que ocorrem num determinado momento histórico.

Enquanto fonte de pesquisa histórica, o uso da fotografia deve ser considerado como mais um elemento que atribui sentido à pesquisa (RAGAZZINI, 201, p. 14). No entanto, o desafio para o historiador está em não utilizar as imagens fotográficas como mera “ilustração da linguagem textual” (MACHADO JR., 2011, p. 44).

Exemplo altamente sintomático da persistência dessa inclinação para usos ilustrativos da imagem são estudos de altíssima qualidade e ornados de farta e bela documentação visual, às vezes até em grande parte inédita, e que dizem respeito à história do cotidiano, da vida doméstica, das relações de gênero, das crianças, etc. As imagens, contudo, não têm relação documental com o texto, no qual nada de essencial deriva da análise dessas fontes visuais; ao contrário, muitas vezes algumas delas poderiam mesmo contestar o que vem sendo dito e escrito, ou ao menos, obrigar a certas calibrações. O pior, entretanto, é contemplar o desperdício de um generoso potencial documental. (MENESES, 2003, p. 21).

Fundamentando a compreensão de que a fotografia é mais uma importante fonte histórica, que possui “um generoso potencial documental” (MACHADO JR., 2011, p. 45), dentre as várias fontes possíveis, Bloch (2001, p. 79) afirmou que a “diversidade dos testemunhos históricos é quase infinita. Tudo que o homem diz ou escreve, tudo que fabrica, tudo que toca, pode e deve informar sobre ele”. É necessário que o historiador, ao selecionar suas fontes, interroge-as e faça críticas a essas fontes (BLOCH, 2001). As questões feitas ao passado são baseadas no presente, ou seja, “por mais controlada que seja pela análise dos documentos, é sempre dirigida por uma leitura do presente” (CERTEAU, 2006, p. 33).

A função da fotografia, nesses termos, é preservar o passado ou subsidiar as ciências para “melhorar a apresentação real do mundo” (DUBOIS, 1993, p. 30). Enquanto fonte, caracteriza-se como um dos contatos possíveis com o passado, que permite a verificação e propicia a construção de conhecimentos sobre ele (RAGAZZINI, 2001, p. 14). No entanto, cabe ressaltar que as imagens fotográficas carregam as motivações e os interesses do autor da imagem. Portanto, é difícil não considerar o fotógrafo como membro participante da cena, no momento em que ocorre a foto (BURKE, 1992, p. 267). Ao considerar a fotografia uma fonte de pesquisa, deve-se submetê-la

a uma abordagem crítica para que de fato se revele e o historiador se vê a si mesmo envolto numa teia de equívocos se não se atém obstinadamente ao rigor do método crítico de aproximação às imagens que ao mesmo tempo podem muito dizer e calar. Mas de pouco vale o método, se não se é sensível o olhar que se debruça sobre o outro olhar de outrora e que deve portar de algum modo, como diante do poema, a chave para uma interrogação, a resposta para um enigma que o aguarda em silêncio. (LEITE, 2001, p. 12).

A fotografia é dotada metaforicamente de um “poder misterioso e divino de ressuscitar simbolicamente os mortos, de autorizar a volta dos corpos da morte para a vida, ressuscitar o que o tempo eliminou, de inverter o curso” (ROUILLÉ, 2009, p. 211), por meio da análise e da interpretação das imagens que representam o passado, que em algum momento foi presente, especialmente para aqueles que vivenciaram, lembraram ou testemunharam o instante do registro. Ana Maria Mauad afirma sobre as fotografias:

[...] no processo de constante vir a ser recuperam o seu caráter de presença, num novo lugar, um outro contexto e com uma função diferente. Da mesma forma que seus antigos donos, o historiador entra em contato com este presente/passado e o investe de sentido, um sentido diverso daquele dado pelos contemporâneos da imagem, mas próprio à problemática a ser estudada. Aí reside a competência daquele que analisa imagens do passado. (MAUAD, 2008, p. 41).

Logo, o desafio para o historiador está em reconhecer que a fotografia é dotada de uma história e que para compreendê-la é necessário que o olhar do pesquisador esteja “alfabetizado”, ou seja, é preciso interrogá-la e analisá-la em todo o seu contexto, o assunto, o fotógrafo e a tecnologia utilizada (KOSSOY, 2001, p. 37).

A fonte fundamental a ser utilizada nesta pesquisa, portanto, são as fotografias que compõem parte do acervo do Senac Paraná. As legislações sobre o ensino comercial e do próprio Senac, assim como, os Relatórios da instituição, que trazem informações sobre as ações educacionais e administrativas realizadas pela Instituição, durante o período de 1947 a 1961 serão utilizadas como fontes complementares durante a escrita.

Tanto as fotografias como os Relatórios do Senac do Paraná enquadram-se no que Ragazzini (2001, p. 19) classifica como “fontes da escola e da educação”, uma vez que podem ser consideradas no âmbito das pesquisas em História da Educação. Quanto ao emprego da legislação, o autor classifica como fontes para a história da escola e da educação, pois elas têm a finalidade de colaborar nas análises das demais fontes selecionadas.

Essa colaboração ocorre, pois, quando a legislação é analisada isoladamente torna-se insuficiente, mesmo que apresente um ordenamento jurídico, um discurso de igualdade, uma lógica e uma linguagem legal. No conjunto das fontes é necessário atentar-se ao processo de elaboração de uma determinada legislação, uma vez que ela resulta de um cenário econômico, político, social e educacional específicos. Aliada a isso, a análise das aplicações legais, após a promulgação, pode resultar num tenso relacionamento entre estas e as práticas pedagógicas, pois nem sempre os aportes jurídicos vão ao encontro da realidade escolar (FARIA FILHO, 1998).

Segundo Abdala (2013, p. 53), as fotografias no campo da História da Educação estão sendo utilizadas como fontes documentais em pesquisas que possibilitam a abordagem, dentre outras, de elementos que concernem à cultura escolar, às práticas educacionais, à profissão docente, à história de instituições escolares e às relações de gênero na educação. Consideradas como um gênero imagético, as fotografias escolares trazem representações específicas do cotidiano do espaço escolar, bem como dos atores envolvidos direta e

indiretamente nesse ambiente. Isso decorre da própria natureza da escola, que é um espaço coletivo de transmissão e produção de cultura.

Viñao Frago (1995, p. 69), nesse contexto, entende a cultura escolar de forma abrangente e plural, ou seja, ela envolve todo o espaço escolar, por meio de práticas, condutas, modos de vida, hábitos, ritos, objetos, materiais e materialidade física, que compreende o fazer escolar. No entanto, a cultura escolar não se restringe apenas a isso, pois ela também traz os modos de pensar e dizer dos atores desse espaço (VIÑAO FRAGO, 1995, p. 69). Ao ponderar que todos os espaços que compõem o ambiente escolar, mesmo que não haja nenhum aluno ou docente incluído no recorte fotográfico⁶ e restrinja-se apenas aos aspectos arquitetônicos, ainda assim, pode-se considerar que o espaço estará sendo usado e apropriado para fins educacionais (VIÑAO FRAGO; ESCOLANO BENITO (1998) *apud* ABDALA 2013, p. 116).

Ao adotar como premissa que a fotografia “está provida de um valor documental, variável segundo as circunstâncias” (ROUILLÉ, 2009, p. 19) e ainda que ela é o “meio no qual os acontecimentos passados são com frequência tornados mais acessíveis pela resposta emocional do momento, pois trazem em si uma relação material e causal com o sujeito” (BURKE, 1992, p. 265), os aspectos a serem investigados nesta dissertação de mestrado fundamentam-se em alguns questionamentos: Como o ensino comercial se desenvolveu no Brasil? Quais são as tipologias identificadas no acervo fotográfico do Senac/PR? Como o ensino comercial realizado pelo Senac/PR está representado visualmente por meio das imagens fotográficas?

Nestes termos, para o desenvolvimento desta investigação histórica considero a necessidade de dialogar com os pressupostos metodológicos trazidos pela História Cultural. O historiador francês Roger Chartier destaca que a História Cultural se tornou um dos campos mais debatidos no âmbito historiográfico. Segundo o autor, “conforme suas diferentes heranças e tradições, a história cultural privilegiou objetos, âmbitos e métodos diversos. Enumerá-los é uma tarefa impossível. Mais pertinente é, sem dúvida, a identificação de algumas questões comuns a esses enfoques tão distintos (CHARTIER, 2010, p. 24).

Ainda segundo Chartier (1990, p. 16-17), a História Cultural tem como finalidade potencializar a identificação do modo como uma determinada realidade social é construída, pensada e dada a ler, considerando distintos lugares e momentos. Desta forma, são significativos os conceitos de representação, apropriação e prática. Para ele, as representações

⁶ O termo recorte fotográfico e fotografia serão utilizadas como sinônimo nesta dissertação.

se fazem presentes tanto em âmbito coletivo como individual, permitindo, assim, que os sujeitos percebam a si e aos outros e construam novas percepções a partir das práticas. A apropriação refere-se à forma como, de diferentes maneiras, os sujeitos dão outro significado a uma determinada situação, e assim, dão origem a outras representações. As práticas, por sua vez, ocorrem com base na interpretação do sujeito, frente às questões relacionadas ao social, ao cultural e ao institucional e tem sentido somente quando são representadas (CHARTIER, 1990, p. 13-28).

Nesta perspectiva, Ciavatta (2002, p. 24) apresenta quatro possibilidades possíveis de se estudar as fotografias, a partir dos conceitos de representação, apropriação e práticas abordadas por Roger Chartier (1990). São elas:

(i) a fotografia enquanto representação (interpretação) produzida por determinado grupo de sujeitos sociais, sendo capaz de identificar posições e interesses desse grupo (ou fornecer pistas para tal identificação); (ii) a fotografia enquanto prática sociocultural decorrente de um contexto de transformações tecnológicas e ideológicas, capaz de expressar a dependência de seus produtores (indivíduos e/ou instituições) em relação às condições de produção e inteligibilidade da imagem num dado momento; (iii) a fotografia enquanto representação sujeita a uma certa ordem decorrente de seus usos, funções e da sua multiplicação e circulação; (iv) a fotografia enquanto prática de construção de memória e identidade, sujeita a apropriações diversas, tanto por parte do fotógrafo ou da empresa produtora (Estado, fábrica, imprensa, etc.), quanto por parte dos arquivos (instituições guardiãs da memória) e dos pesquisadores (CIAVATTA, 2002, p. 24).

Nestes termos, as análises dos registros fotográficos realizadas na presente pesquisa terão como base a fotografia enquanto representação (interpretação), pois ela apresenta vestígios do vivido, mas que não necessariamente correspondem ao real, uma vez que parte do interesse ou da percepção de quem a produziu, nesse caso, o fotógrafo.

Em relação à organização desta dissertação de mestrado, optou-se por estruturá-la em três capítulos. O primeiro, intitulado “O percurso do ensino comercial no Brasil: da oficialização à criação do Senac”, traz uma análise da trajetória que o ensino comercial percorreu desde sua oficialização no Brasil, em 1905, passando pela aprovação de duas Reformas Educacionais, sendo a primeira em 1931, durante a gestão do Ministro Francisco Campos e a segunda, denominada Reforma Capanema, em 1942, até a mobilização de empresários de diferentes segmentos do mercado brasileiro que organizaram-se e criaram o Senac, em 1946.

O segundo capítulo, por sua vez, intitulado “Imagens do Ensino Comercial: O acervo fotográfico do Senac/PR”: apresenta os pressupostos teóricos da fotografia enquanto fonte de pesquisa histórica, analisa o corpus fotográfico da Instituição, propõe uma classificação das

imagens em diferentes tipologias fotográficas, bem como analisa-as a partir das características presentes em cada uma delas.

O terceiro e último capítulo que tem como título “As representações visuais no ensino comercial no Senac/PR” analisa quais as representações visuais presentes nas salas de aula do ensino comercial realizado pelo Senac, a partir da observação das características das imagens fotográficas.

1. FORMAR PARA O COMÉRCIO:

DA OFICIALIZAÇÃO DO ENSINO COMERCIAL À CRIAÇÃO DO SENAC

1.1. A OFICIALIZAÇÃO DO ENSINO COMERCIAL NO BRASIL

O Brasil, no final do século XIX e início do século XX, foi marcado por um cenário comercial restrito, em que os estabelecimentos eram de pequeno porte e localizavam-se em regiões com ausência de infraestrutura urbana. Os funcionários, independentemente da complexidade das atividades que desenvolviam, apresentavam conhecimentos construídos a partir da prática. No entanto, esse cenário começou a se alterar quando surgiram estabelecimentos comerciais maiores, com uma diversidade de produtos à venda. Constatou-se, então, a necessidade de recrutar pessoal com conhecimento em contabilidade e legislação (CARVALHO, 1965, p. 72). Em relação à situação desses profissionais:

É uma lastima o que se observa em geral nas casas de commercio. Não são muitas as casas que têm pessoal competente, encarregado da contabilidade e escripturação. Individuos que mal conhecem os rudimentos de arithmetica, intitulam-se guarda-livros e até contadores, e eil-os a rabiscar livros de importantes casas de commercio e a servir de peritos em exames judiciais e especialmente em fallencias, onde nada pesquisam por ineptia e ignorancia, e, algumas vezes, por suborno. Temos visto tanta coisa que bem formaria um capitulo de anedotas e disparates. Em geral é o empirismo rotineiro que domina a contabilidade das casas de commercio, quando desde muito esta se tornou uma sciencia exata. Previnam-se os commerciantes. Entregando a contabilidade de sua casa a quem não dispõe de capacidade profissional, contravêm á lei e nunca lograrão as grandes vantagens de um systema racional e scientifico de escripturação. Com a instituição das “Academias e Institutos de Commercio” é de se esperar que se preparem contadores e guarda-livros, despertando o gosto pelos estudos da contabilidade e da escripturação mercantil. Já não é sem tempo. (CARVALHO, 1916, p. 14 apud ADDE, 2012, p. 50).

Com a implantação do regime republicano, o Brasil passou, gradativamente, a constituir uma sociedade estruturada com base no sistema oligárquico. Esse sistema permitiu que a elite agroexportadora, à frente do país naquele momento, permanecesse no poder até o término da Primeira República, por meio do controle das eleições nos Estados e nos municípios (VARES, 2012, p. 121). Nesse jogo de manipulação de resultados, os Estados de São Paulo e de Minas Gerais começaram a sobressair-se e intercalavam o cargo de presidente da República. “Inaugurava-se, assim, o rodízio mineiro-paulista, a tradução da ‘política dos Estados’ na ‘política do café-com-leite’” (NAGLE, 1974, p. 5).

Foi em São Paulo e Minas que o coronelismo, como sistema político, atingiu a perfeição e contribuiu para o domínio que os dois estados exerceram sobre a federação. Os coronéis articulavam-se com os governadores, que se articulavam com o presidente da República, quase sempre oriundo de um dos dois estados. (CARVALHO, 2008, p. 56).

Seguindo com a política do café-com-leite, em 1902, assumiu a presidência da República o representante do Estado de São Paulo, Francisco de Paula Rodrigues Alves (1902-1906). Nesse mesmo ano, nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo foram fundadas a Academia de Comércio⁷ e a Escola Prática de Comércio⁸, respectivamente. Por se tratarem de instituições privadas e não estarem sujeitas a nenhuma regulamentação legal, o governo federal, em 1905, estabeleceu pela primeira vez algumas normas específicas para o ensino comercial, desenvolvido por ambas as instituições, com o objetivo de regulamentar e instituir regras para a oferta de cursos.

QUADRO 1- RELAÇÃO DE DISCIPLINAS QUE COMPÕEM OS CURSOS GERAL E SUPERIOR DO COMÉRCIO, INSTITUÍDOS PELO DECRETO Nº 1.339/1905.

Curso Geral	Curso Superior
<ul style="list-style-type: none"> - Português - Francês - Inglês - Aritmética - Álgebra - Geometria - Geografia - História - Ciências Naturais - Noções de Direito Civil e Comercial - Legislação Fazendária e Aduaneira - Prática Jurídico-Comercial - Caligrafia - Estenografia - Desenho - Escrituração mercantil 	<ul style="list-style-type: none"> - Curso Geral como Pré-Requisito - Geografia Comercial - Estatística - História do Comércio e da Indústria - Tecnologia Industrial e Mercantil - Direito Comercial e Marítimo - Economia Política - Ciência das Finanças - Contabilidade do Estado - Direito Internacional - Diplomacia - História dos Tratados - Correspondência Diplomática - Alemão - Italiano - Espanhol - Matemática Superior - Contabilidade Mercantil Comparada - Banco Modelo

Fonte: Elaborado com base no Decreto nº 1.339/1905.

⁷ Academia de Comércio foi precedida pelo Instituto Comercial do Rio de Janeiro, instituído pelo Decreto Lei nº 1.763, de 14/5/1856, que, por sua vez, substituiu as Aulas de Comércio da Corte, existentes desde a vinda de Dom João VI, em 1808 (SOUZA, 2006, p. 13).

⁸ A Escola Prática de Comércio, de São Paulo foi inaugurada em 01 de junho de 1902, tendo Antônio Álvares Penteado, Horácio Berlinck, João Pedro da Veiga Filho e Antônio Lacerda Franco, como os principais colaboradores. Em 1907, a instituição passou a ser denominada Escola de Comércio Álvares Penteado, em homenagem ao responsável pela doação do terreno e fornecimento de recursos para a construção da escola (ADDE, 2012, p. 51).

Essas normas foram regulamentadas por meio do Decreto nº 1.339, de 09 de janeiro de 1905, que declarou a Academia de Comércio do Rio de Janeiro e a Escola Prática de Comércio de São Paulo como utilidade pública, sendo, portanto, reconhecidos oficialmente os diplomas por elas conferidos. A instituição localizada no Rio de Janeiro passaria também a ser considerada como órgão de consulta do governo sobre assuntos relacionados à indústria e ao comércio. Além disso, manteria dois cursos, um geral e prático e o outro superior do comércio, conforme Quadro 1 (BRASIL, 1905).

O Curso Geral habilitava os alunos concluintes para exercerem as funções de guarda-livros, perito judicial e empregados no âmbito Fazendário. Já os alunos que concluíssem o Curso Superior estavam habilitados a assumir os cargos de agentes consulares, funcionários do Ministério das Relações Exteriores, atuários de companhias de seguros e chefes de contabilidade de estabelecimentos bancários e de grandes empresas comerciais.

O Decreto nº 1.339/1905 que oficializou o ensino comercial no Brasil privilegiava apenas as escolas e os alunos que estivessem relacionados à Academia de Comércio do Rio de Janeiro e à Escola Prática de Comércio de São Paulo, como o Instituto Commercial, do Distrito Federal e a Academia de Commercio de Juiz de Fora, em Minas Gerais. O caráter elitista dessa norma trouxe a legislação como uma forma de expressão, de imposição e interesses dos representantes das classes de maior influência no cenário político, social e econômico da época, uma vez que tal Decreto regulamentava e oficializava somente algumas instituições.

No final do ano seguinte, em 29 de dezembro de 1906, já no governo Afonso Pena (1906-1909), foi promulgado o Decreto nº 1.606 que criou o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, que passou a ser responsável pelos ensinamentos agrônomo⁹, industrial e comercial. O ensino comercial, tanto no Império quanto na Primeira República, não obteve do governo federal a mesma atenção dispensada para outros ramos de ensino, como o Primário, o Secundário, o Superior e o Profissional, especialmente por se tratar de interesse de empresários que identificavam a necessidade de habilitar profissionais para atuarem em seus empreendimentos, pois, desta forma, poderiam ampliar os limites de atuação (ADDE, 2012, p. 51).

⁹ O Decreto nº 8.319, de 20 de outubro de 1910, criou o ensino agrônomo e aprovou seu regulamento, que possui 591 artigos. “[...] para se ter uma ideia aproximada do seu conteúdo basta que se pense nas onze divisões do ensino: superior, ensino médio ou teórico-prático, ensino prático, aprendizados agrícolas, ensino primário agrícola, escolas especiais de agricultura, escolas domésticas agrícolas, cursos ambulantes, cursos conexos com o ensino agrícola, consultas agrícolas e conferências agrícolas [...]” (NAGLE, 1974, p. 182).

Dias antes da promulgação do Decreto nº 1.606, Nilo Peçanha, então presidente do Estado do Rio de Janeiro, criou cinco escolas profissionais distribuídas em Campos, Petrópolis, Niterói, Resende e Paraíba do Sul. Já em 1909, com o falecimento de Afonso Pena, Nilo Peçanha assumiu a presidência da República e três meses depois, promulgou o Decreto nº 7.566, de 23 de setembro, que criava 19 escolas de Aprendizes e Artífices. Essas escolas seriam custeadas pelos estados, municípios e associações particulares, bem como subsidiadas pelo Governo Federal, por meio de recursos constantes no orçamento do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (DOMINSCHKE, 2008, p. 17).

Um aspecto negativo do Decreto nº 7.566/1909 estava em manter o apoio de antigas práticas, ou seja, o ensino industrial continuaria a destinar-se apenas aos desfavorecidos (RODRIGUES, 2002, p. 56), não abrangendo outro público. Em contrapartida, a característica do ensino comercial, de ser requisitado por empresários e destinar-se a formar profissionais que assumiriam cargos de destaque tanto em empresas particulares como em órgãos públicos, diferenciava-se do ensino industrial.

Em 1920, embora o processo de urbanização fosse pequeno e estivesse em constante crescimento desde 1910, o país continuava a ser predominantemente agrícola, pois mais de 70% dos trabalhadores atuavam na agricultura (SKIDMORE, 1982, p. 26). A população, considerada classe média e que aos poucos se desvinculava da vida rural, estava representada por profissionais liberais, empregados do comércio e da indústria (SKIDMORE, 1982, p. 32).

O Estado de São Paulo foi o que apresentou maior expansão urbana, seja com a chegada espontânea de imigrantes¹⁰ ou com a busca de oportunidades diferentes daquelas oferecidas no trabalho agrícola, como artesanato, comércio de rua, oficinas, profissionais liberais e serviços domésticos (FAUSTO, 1995, p. 284).

Em paralelo à urbanização, houve a ocorrência de surtos industriais¹¹, especialmente nas cidades de Rio de Janeiro, Recife, Salvador e São Paulo, nas décadas de 1920 e 1930, por meio da criação de fábricas¹² de fundo de quintal, de grandes construções fabris e de indústrias de alimentos, bebidas e vestuário.

¹⁰ Dentre os imigrantes que chegaram ao Brasil, na Primeira República, os italianos formaram o grupo de maior representatividade, totalizando 36% do total, seguidos pelo de nacionalidade portuguesa, que alcançaram 29%. (CUNHA, 2005, p. 8).

¹¹ Os principais surtos de investimentos na indústria de transformação, no século XX, ocorreram nos anos anteriores à Primeira Guerra Mundial, na década de 20 e de 1933 em diante (SIZIGAN, W., 1986, p. 78 *apud* SARMENTO, 2008, p. 9)

¹² Em decorrência desses surtos industriais, dos 636 estabelecimentos industriais, com 54.169 operários existentes em 1889, passou-se respectivamente, em 1907, a 3.250, com 150.841 operários, e em 1920 a 13.336 com 275.512 operários, enquanto entre 1920 a 1929 o número de estabelecimentos aumenta de 4.697 (NAGLE, 1974, p. 14-15).

Não apenas a imagem desses locais foi transformada, mas houve uma modificação e adaptação do mercado interno, que passou a comercializar os produtos industrializados produzidos no próprio país, em decorrência da impossibilidade de importar produtos e equipamentos durante a Primeira Guerra Mundial. Ou seja, deu-se início a um processo de “nacionalização da economia com a redução de importações” (DOMINSCHKE, 2008, p. 18).

Em 1923, um pouco mais de 17 anos da promulgação do Decreto nº 1.339/1905, o governo federal, sob a responsabilidade de Arthur Bernardes (1922-1926), estabeleceu o Decreto nº 4.724-A, de 23 de agosto, no qual determinou que os diplomas expedidos por outras instituições¹³ que ofertassem ensino comercial no Brasil seriam igualados aos emitidos pela Academia de Comércio do Rio de Janeiro. Também definiu que, enquanto o ensino das ciências econômicas e comerciais não fosse organizado, as instituições deveriam cumprir o programa de ensino instituído pelos parágrafos 2º e 5º, do artigo 1º, do Decreto nº 1.339/1905, ou seja, o mesmo ofertado pela Academia de Comércio do Rio de Janeiro.

Art. 1º [...] § 2º O curso geral compreende o ensino de portuguez, francez, inglez, arithmetica, algebra, geometria, geographia, historia, scienciasnaturaes, inclusive o reconhecimento de drogas, tecidos e outras mercadorias, noções de direito civil e commercial, e legislação de Fazenda e aduaneira, pratica juridico-commercial, calligraphia, stenographia, desenho e escripturaçãomercantiI.[...]
§ 5º Além das disciplinas obrigatorias nos cursos regulares, poderá a Academia de Commercio estabelecer aulas livres de outras materias, conforme melhor convier á elevação do nivel moral e intellectual dos que se dedicara á carreira do commercio (BRASIL, 1905).

A partir desse momento, o governo federal deu início ao processo de fiscalização dos estabelecimentos e cursos de ensino comercial já reconhecidos, sendo os custos com esse trabalho de responsabilidade das instituições fiscalizadas. Quase três anos após o início do processo de fiscalização das instituições de ensino comercial, o governo federal, na gestão de Arthur Bernardes, promulgou o Decreto nº 17.329, de 28 de maio de 1926, que regulamentava o funcionamento das instituições de ensino comercial, reconhecidos oficialmente pelo Governo Federal. A partir desse decreto, o ensino comercial passaria a ser composto por um Curso Geral, com duração de quatro anos e obrigatório para todos os estabelecimentos, e um Curso Superior, de caráter facultativo (BRASIL, 1926). O Curso Geral compreenderia disciplinas propedêuticas e técnicas, conforme indica o Quadro 2.

¹³ Academia de Ciências Comerciais de Alagoas, Academia de Ciências Comerciais do Liceu de Artes, Ofícios e Comércio do Santo Coração de Jesus, de São Paulo, Instituto Comercial Mineiro, Instituto Lafayette, na capital federal, Liceu de Nossa Senhora Auxiliadora, de Campinas, Escola Prática do Comércio pelo Fenix Caixeiral do Ceará, Associação Commercial do Pará, Escola do Commercio e Academia de Commercio, a cargo da Associação Commercial de Pernambuco, são equiparados para todos os efeitos aos expedidos pela Academia de Commercio do Rio de Janeiro. (Decreto nº 4.724- A, de 23 de agosto de 1923).

Dentre as disciplinas previstas para o curso geral, algumas são oriundas do curso instituído anteriormente pelo Decreto nº 1.339/1905. A diferença entre as duas grades curriculares é que a prevista pelo Decreto 17.329/1926 contempla um número maior tanto de disciplinas introdutórias (em destaque no Quadro 3) como específicas para a atuação no comércio. Essas foram distribuídas entre os quatro anos de duração do curso geral, considerando sete cadeiras em cada um deles.

QUADRO 2 - RELAÇÃO DE DISCIPLINAS QUE COMPÕEM O CURSO GERAL COMERCIAL INSTITUÍDO PELO DECRETO Nº 17.329/1926.

Disciplinas Propedêuticas	Disciplinas Técnicas
<ul style="list-style-type: none"> - Língua Portuguesa*, Francesa* e Inglesa* - Noções de Ciências Naturais* (Física, Química e História Natural) - Matemática* (Aritmética, Álgebra e Geometria) - Geografia Física e Política - Geografia do Brasil - História Geral e do Brasil - Instrução Moral e Cívica - Caligrafia* - Datilografia - Desenho* 	<ul style="list-style-type: none"> - Noções de Geografia Econômica e da História do Comércio, da Agricultura e da Indústria - Merceologia e Tecnologia Merceológica - Matemáticas Aplicadas (operações financeiras a curto e a longo prazo) - Noções de Direito Constitucional - Noções de Direito Civil e Comercial* - Legislação de Fazenda e Aduaneira* - Prática Jurídico-Comercial* - Contabilidade (integral) - Complementos de Ciências Naturais Aplicadas ao Comércio - Estenografia* - Mecanografia e Prática de Comércio

Fonte: Elaborado com base no Decreto nº 17.329/1926.

* Disciplinas oriundas do Decreto nº 1.339/1905.

Com base nas informações do Quadro 3, percebe-se que os três primeiros anos apresentam basicamente disciplinas propedêuticas, ou seja, disciplinas introdutórias que fundamentariam as demais disciplinas técnicas. O último ano é totalmente voltado para as disciplinas técnicas, pois estão diretamente relacionadas às atividades ligadas ao comércio. A Contabilidade, embora seja uma disciplina técnica está presente em todos os anos do curso.

A conclusão do Curso Geral habilitava o aluno à profissão de Contador. Embora as definições impostas pelo Decreto nº 17.329/1926 apresentassem pontos positivos, críticas não deixaram de ser feitas, como em relação à quantidade de matérias postas pelo currículo do curso geral, que ao considerar o desmembramento de algumas, chegaria a 35 para serem trabalhadas por um período de quatro anos. Esse número influiria na quantidade de professores necessários para ministrar aulas de uma variedade de matérias (NAGLE, 1974, p. 180).

QUADRO 3 – DISTRIBUIÇÃO DAS DISCIPLINAS QUE COMPÕEM O CURSO GERAL DE COMÉRCIO, POR ANO DE CURSO E CADEIRAS (1926)

Cadeiras	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano
1ª cadeira	Instrução Moral e Cívica	Português	Português	Matemáticas Aplicadas (compreendendo binômios e séries, tipos de empréstimos, cálculo de probabilidade e seguros de coisa e vida)
2ª cadeira	Português	Francês	Francês	Contabilidade Bancária e de Companhias de Seguros
3ª cadeira	Francês	Inglês	Inglês	Contabilidade Pública (classificação da despesa e da receita)
4ª cadeira	Inglês	Matemáticas: Aritmética (teoria e prática); Álgebra (teoria e prática, até equações do 2º grau, inclusive)	Contabilidade Agrícola e Industrial	Complementos de Física, Química e História Natural, aplicadas ao comércio
5ª cadeira	Matemáticas: Aritmética (parte prática); Álgebra (até equações do 1º grau, inclusive) cinco aulas por semana: três de aritmética e duas de álgebra	Contabilidade Mercantil; Métodos de Classificação de Papéis e Sistemas de Fichas	Álgebra (equações biquadradas, irracionais, logaritmos e suas principais aplicações), geometria (plana e no espaço) quatro aulas por semana: duas de cada matéria.	Noções de Direito Constitucional, Civil (pessoas, domínios e atos jurídicos) e Comercial (atos e sociedades mercantis), Prática Jurídico-Comercial
6ª cadeira	Contabilidade	Geografia do Brasil	Noções de Geografia Econômica e de História do Comércio, da Agricultura e da Indústria	Legislação de Fazenda e Aduaneira
7ª cadeira	Geografia Física e Política	História Geral e do Brasil	Noções de Ciências Naturais (Física, Química e História Natural)	Merceologia e Tecnologia Merceológica
8ª cadeira	Caligrafia	Datilografia e Desenho à Mão Livre Aplicado ao Comércio	Aula de Mecanografia e de Desenho Geométrico	Prática de Comércio, Estenografia e de Processos de Propaganda Comercial e Anúncios.

Fonte: Elaborado com base no art. 5º, do Decreto nº 17.329/1926.

Além do Curso Geral, o Decreto nº 17.329/1926 contemplou o Curso Superior de Comércio, com oferta facultativa pelos estabelecimentos. Também considerou disciplinas previstas anteriormente pelo Decreto nº 1.339/1905, da mesma forma que fez com o Curso Geral, no entanto, com cinco cadeiras, em cada um dos três anos de duração do curso (Quadro 4).

QUADRO 4 – DISTRIBUIÇÃO DAS DISCIPLINAS QUE COMPÕEM O CURSO SUPERIOR DE COMÉRCIO, POR ANO DE CURSO E CADEIRAS (1926).

Cadeiras	1º ano	2º ano	3º ano
1ª cadeira	Alemão, Italiano ou Espanhol*	Alemão, Italiano ou Espanhol	Alemão, Italiano ou Espanhol
2ª cadeira	Matemáticas Aplicadas às Operações Comerciais	Obrigações de Direito Civil, Direito Comercial e Marítimo*	Contabilidade Mercantil Comparada e Banco Modelo*
3ª cadeira	Geografia Humana e Geografia Comercial*	Economia Política* e Ciência das Finanças*	Direito Internacional*, Diplomacia*, História dos Tratados* e Correspondência Diplomática* e Consular
4ª cadeira	Tecnologia Industrial e Mercantil*	História do Comércio*, da Agricultura e da Indústria*	Direito Industrial e Legislação Operária
5ª cadeira	Contabilidade Administrativa, Agrícola e Industrial	Direito Constitucional e Administrativo, Ciência da Administração	Psicologia Aplicada ao Comércio e Noções de Arte Decorativa

Fonte: Elaborado com base no art. 6º, do Decreto nº 17.329/1926.

* Disciplinas oriundas do Decreto nº 1.339/1905.

Os Quadros 3 e 4 trazem a distribuição das disciplinas que compõem o Curso Geral e o Curso Superior do comércio, respectivamente. As diferenças existentes entre esses dois níveis estão na duração de cada um deles, pois o primeiro compreende o período de quatro, e o segundo três anos, e na diminuição nos números de cadeiras de cada curso. Nesse aspecto, o Superior apresenta diferença de duas cadeiras a menos que o curso geral. No que concerne às disciplinas, ambos contemplam o ensino de línguas, porém com idiomas distintos. Algumas disciplinas como Matemática, Contabilidade, Geografia e Direito estão contempladas nos dois cursos, com as devidas especificidades e outras estão presentes apenas no Curso Superior. As nuances existentes entre o Curso Geral e o Superior, como a duração, o número de cadeiras e as disciplinas, justificam-se, pois para o aluno se matricular no Ensino Superior do Comércio,

obrigatoriamente, ele deveria apresentar o diploma de conclusão do curso geral, emitido por estabelecimento de ensino comercial legalizado (BRASIL, 1926).

A partir da promulgação do Decreto nº 17.329, de 28 de maio de 1926, o ensino comercial começou a ser citado nos relatórios do Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, Geminiano Lyra Castro¹⁴. Em 1927, com base nos currículos propostos para os cursos Geral e Superior, o ministro ratificou que o ensino de línguas era realizado pelo método direto, ou seja, no próprio idioma objeto de estudo, de forma a dar condições para que os alunos o utilizassem durante a execução de suas atividades profissionais. A matéria Merceologia era trabalhada em larga escala e, ainda, lecionava-se pela primeira vez técnicas de vender, comprar e anunciar, além da prática de escritório com mecanografia, por meio de disciplinas, como a prática de comércio, merceologia e tecnologia merceológica, como também, processos de propaganda comercial e anúncios. Segundo ele, essa alteração despertou o interesse de algumas famílias, pois o ensino comercial não se limitava “a um simples curso noturno com o fim de adestrar praticantes da contabilidade, [mas, formava] contabilistas, patrões, gerentes, vendedores, compradores, anunciantes, homens de visão nova capazes de manejar a riqueza do Brasil”. (BRASIL, 1927, p. 254).

De fato, as escolas de ensino comercial formavam os profissionais que trabalhavam em empresas de destaque e em órgãos públicos. Segundo Polatto (2008, p. 79), na Escola Prática de Comércio de São Paulo,

[...] os alunos não buscavam simplesmente o título. [Eles] buscavam atingir altos cargos da administração pública e privada. Essa suposição tem como indícios de sua pertinência fontes, como currículos de professores, empresas e empresários que investiram na criação da escola, matérias ensinadas e anúncios em jornais [...].

O Decreto de 1926, ainda trazia orientações sobre os procedimentos para matrícula dos alunos e a divisão das disciplinas por curso, período letivo, semana e duração das aulas. O ensino deveria ser prático e em diferentes línguas, para que os alunos fossem habilitados a comunicar-se oralmente ou por escrito em qualquer um dos idiomas que constavam no currículo. Ao final dos cursos geral e superior, os alunos que os concluíssem, com aprovação, receberiam diploma de contador ou graduado em ciências econômicas e comerciais, respectivamente. (BRASIL, 1926).

¹⁴ Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, no período de 16/11/1926 a 23/10/1930, durante o governo de Washington Luís. Médico, nasceu no Estado do Pará, em 1863 e faleceu no Estado do Rio de Janeiro, em 1936. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/galeria-de-ministros/geminiano-lyra-castro>. Acesso em 26set. 2017.

Nesse período, as instituições de ensino comercial, embora particulares, estavam sob a responsabilidade do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, que realizava a fiscalização, por meio da Superintendência de Fiscalização dos Estabelecimentos do Ensino Comercial. Essa fiscalização englobava todos os processos que envolviam a organização e o funcionamento das instituições, registrados em relatório que informava se o regulamento estava sendo cumprido em sua totalidade. Cabe ressaltar que o processo de fiscalização estava a cargo de um órgão do governo federal ligado diretamente às atividades de produção econômica e não à educação (GOMES JÚNIOR, 2013).

Ainda no relatório do Ministério referente ao ano de 1927, Geminiano Lyra Castro registrou que, com o processo de fiscalização governamental, as instituições que, até então, trabalhavam à margem da legislação, organizaram-se documentalmente e passaram a ministrar cursos com maior regularidade. Essa necessidade de vistoriar as escolas era tida como necessária pelos estabelecimentos que estavam de acordo com as normas legais, pois desta forma, a concorrência não seria desleal (BRASIL, 1929, p. 254). No período de 1926 a 1929, os relatórios publicados pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio indicavam as instituições educacionais de diversos Estados do país, que foram fiscalizadas e oficializadas a ofertarem o ensino comercial.

O Quadro 5 mostra o cenário da fiscalização e da oficialização das instituições que ofertavam o ensino comercial entre 1926 a 1929, no Brasil, a partir das informações que constam nos Relatórios do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Pode-se perceber que algumas instituições foram fiscalizadas mais de uma vez até serem oficializadas, como é o caso da Academia Commercial Mercúrio, de São Paulo e a Escola Commercial da Bahia. Outras tiveram a fiscalização realizada num ano e foram oficializadas no ano seguinte, como a Academia de Commercio do Rio de Janeiro, de Juiz de Fora, do Curso Freycinet, no Rio de Janeiro, da Escola Commercial de Moóca, em São Paulo e da Escola do Commercio José Bonifácio, em Santos.

QUADRO 5 – RELAÇÃO DE INSTITUIÇÕES DO ENSINO COMERCIAL, FISCALIZADOS E OFICIALIZADOS NO BRASIL ENTRE 1926 E 1929. (cont.).

Nome do estabelecimento	Localização	1926		1927		1928		1929	
		Fiscalizados	Oficializados	Fiscalizados	Oficializados	Fiscalizados	Oficializados	Fiscalizados	Oficializados
1. Academia Commercial do Brasil	São Paulo (SP)							x	
2. Academia Commercial Mercurio	São Paulo (SP)	x		x		x			x

3. Academia Commercial São Carlos	São Paulo (SP)	x							
4. Academia de Commercio São José	Guaxupé (MG)			x					
5. Academia de Commercio	Rio de Janeiro (RJ)	x			x				
6. Academia de Commercio	Juiz de Fora (MG)	x			x				
7. Academia de Commercio	Recife (PE)			x					
8. Academia de Commercio O' Grambery	Juiz de Fora (MG)	x							
9. Academia de Commercio de Alfenas	Alfenas (MG)	x							
10. Academia de Commercio de São José de Guaxupé				x			x		
11. Academia de Commercio de Pernambuco	Recife (PE)								x
12. Academia de Commercio de Porto Alegre	Porto Alegre (RS)								x
13. Academia de Commercio de São Luiz	Campinas (SP)				x				
14. Academia de Commercio do Collegio Marista								x	
15. Academia de Commercio Leão de Faria	Alfenas (MG)			x			x		
16. Academia de Commercio Saldanha Marinho	São Paulo (SP)					x			
17. Academia Fluminense de Commercio								x	
18. Colégio Diocesano	Campos (RJ)					x			x
19. Colégio Eucharístico de Jesus	Recife (PE)			x		x			
20. Colégio Fontoura Ilha	Santa Maria (RS)					x			
21. Colégio Nacional	Parahyba do Sul (RJ)					x			
22. Colégio Nossa Senhora do Carmo	Recife (PE)			x					
23. Colégio Pedro Palacios	Cachoeira do Itapemirim (ES)	x							
24. CollegioSacreCouer de Marie								x	
25. Colégio Santo Antonio de Limeira	Limeira (SP)			x			x		
26. Collegio São Francisco								x	
27. Collegio São Geraldo								x	
28. Collegio São José								x	
29. Colégio Sylvio Leite	Petrópolis (RJ)			x		x			x
30. Colégio Syrio Brasileiro	Araraquara (SP)					x			
31. Curso Commercial de Bauru	São Paulo (SP)	x							
32. Curso Freycinet	Rio de Janeiro (RJ)	x			x				
33. Escola Commercial D. Bosco, do Collegio Maria Auxiliadora								x	
34. Escola Commercial da Bahia		x		x			x		
35. Escola Commercial de Bebedouro								x	
36. Escola Commercial de Moóca	São Paulo (SP)	x			x				
37. Escola Commercial de Ribeirão Preto	Ribeirão Preto (SP)	x							
38. Escola Commercial do Lyceu Salesiano de Nossa Senhora Auxiliadora	Campinas (SP)				x				
39. Escola Commercial Feminino da Bahia						x			x
40. Escola Commercial José Bonifácio	Santos (SP)	x			x				
41. Escola Commercio Guaratinguetá	São Paulo (SP)	x							

42. Escola de Commercio Alvarez Penteado									X	
43. Escola de Commercio Antônio Rodrigues Alves, anexo ao Gymnasio Nogueira da Gama	Guaratinguetá (SP)				X					
44. Escola de Commercio Christovam Colombo	Piracicaba (SP)					X				
45. Escola de Commercio D. Pedro II	São Paulo (SP)					X				X
46. Escola de Commercio de Bello Horizonte	Belo Horizonte (MG)			X		X				
47. Escola de Commercio de Jacarihy	Jacarehy (SP)			X		X				
48. Escola de Commercio Jean Brand	Santos (SP)			X						
49. Escola de Commercio de São Luiz		X								
50. Escola de Commercio de Taubaté	São Paulo (SP)	X								
51. Escola de Commercio do Collegio Sylvio Leite				X		X				X
52. Escola de Commercio do Collegio Baptista									X	
53. Escola de Commercio do Gynasio Queluziano									X	
54. Escola de Commercio do Lyceu Coração de Jesus	São Paulo (SP)				X					
55. Escola de Commercio Doze de Outubro	São Paulo (SP)					X				
56. Escola de Commercio Phenix Caixeiral	Fortaleza (CE)			X		X				
57. Escola de Commercio Rio Branco	São Paulo (SP)					X				X
58. Escola de Commercio São Carlos	São Carlos (SP)				X					
59. Escola de Commercio Taquaitinga	São Paulo (SP)					X				
60. Escola de Commercio Tiradentes									X	
61. Escola Normal do Commercio		X								
62. Escola Prática de Commercio Ateneu Franco									X	
63. Escola Prática de Contabilidade Moraes Barros	Piracicaba (SP)					X				
64. Escola Superior de Commercio	Rio de Janeiro (RJ)	X			X					
65. Faculdade de Commercio	Recife (PE)			X						
66. Gynasio Gonzaga	Pelotas (RS)					X	X			
67. Gynasio Syrio Brasileiro	Araraquara (SP)					X				
68. Instituto Brasileiro									X	
69. Instituto Brasileiro de Contabilidade	Rio de Janeiro (RJ)					X				
70. Instituto Commercial – anexo ao Gynasio de Nossa Senhora do Rosário	Porto Alegre (RS)					X	X			
71. Instituto Commercial de Campos	Campos (RJ)					X				X
72. Instituto Commercial de Ribeirão Preto	São Paulo (SP)			X			X			
73. Instituto Commercial do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro (RJ)	X		X					X	
74. Instituto Commercial Mineiro	Juiz de Fora (MG)			X			X			
75. Instituto Joaquim Ribeiro	Rio Claro (SP)					X				
76. Instituto La-Fayette		X			X					
77. Instituto Médio Italo-Brasileiro Dante Alighieri									X	
78. Instituto Propedêutico Carangolense									X	
79. Instituto Propedêutico de Ponte Nova				X						

80. Instituto Spencer	Recife (PE)			x					
81. Instituto Superior do Commercio, anexo ao Gynasio de Nossa Senhora do Rosário	Porto Alegre (RS)			x					
82. Lyceu São Paulo	Santos (SP)					x			

Fonte: Elaborado com base nos relatórios dos Ministros da Agricultura, Indústria e Comércio entre 1926 a 1929.

Somente duas instituições (em destaque amarelo no Quadro 6), tiveram a fiscalização realizada num ano e foram oficializadas no ano seguinte. É possível considerar que esse fato incidiu em decorrência ao não atendimento pelas instituições de ensino comercial, às prerrogativas do artigo 11, do Decreto nº 17.329/1926, o qual determinava o atendimento a nove itens de caráter obrigatórios: os docentes deveriam ser contratados a cada dois anos, mediante concurso ou estágio; os exames finais de cada disciplina deveriam ser, no mínimo, trimestrais; as instituições deveriam organizar bancas examinadoras com professores ou substitutos para lavrar atas após a realização de provas orais; havia a necessidade de lavrarem termo de conclusão dos cursos com as respectivas aprovações e indicações de datas; a concessão de diplomas se daria somente aos alunos que concluíssem o curso de contador e o de ciências econômicas e comerciais; os estabelecimentos, ainda, tinham a obrigatoriedade de conferir diplomas de cursos geral, para o aluno matricular-se no curso superior; para as matrículas nos Curso Geral e Superior, os alunos deveriam apresentar idade mínima de 12 e 16 anos, respectivamente, além do atestado de saúde e vacina; os aspectos administrativos como a criação de congregações e comissões no regimento interno, os termos de conclusão de curso, abertura e encerramento de matrículas e exames, visados pelos fiscais, deveriam ser registrados em livro ata; e a última obrigatoriedade destinada às instituições, referia-se à observância integral de todas as disposições do regulamento (BRASIL, 1926).

Há também instituições que foram fiscalizadas e oficializadas num mesmo ano, como ocorreu com o Gynasio Gonzaga e o Instituto Commercial anexo ao Gynasio de Nossa Senhora do Rosário, ambas, em 1928. Das 82 instituições de ensino comercial relacionadas nos Relatórios, aproximadamente 64% delas, foram indicadas uma única vez, seja para registrar a realização da fiscalização ou da oficialização. Tal fato pode ter ocorrido, pois algumas instituições trabalhavam na provisoriedade e seriam oficializadas apenas quando apresentassem os requisitos mínimos, como a aquisição de mobiliários, gabinetes de física e laboratórios de química, de forma que os cursos pudessem ser ofertados com toda a estrutura necessária.

A fiscalização que ocorria nas instituições de ensino comercial observava aspectos relacionados à organização e ao funcionamento desses estabelecimentos. E para auxiliar nesse processo, o Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, Geminiano Lyra Castro, nomeou

fiscais que atuavam de forma itinerante. (BRASIL, 1926). Para tanto, afirmou no Relatório Anual correspondente ao ano de 1928, que o ensino comercial, avançou em relação ao ano anterior, na medida em que apresentou uma melhor organização no que se refere à fiscalização das instituições, que ultrapassou o limite da crítica ou repreensão e tornou-se um meio de informar, organizar e cooperar com elas (BRASIL, 1929, p. 24-25).

Após três anos de promulgação do Decreto nº 17.329, o relatório anual de 1929, referente às atividades desenvolvidas pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, apontou, que o ensino comercial seguia numa perspectiva de crescimento. O regime de fiscalização das instituições prosseguiu com o acompanhamento anual da definição dos métodos e livros utilizados nos cursos, das provas de exames e da expedição dos diplomas, sem a supressão da liberdade didática do professor, uma vez que os programas e processos adotados por eles não se afastavam dos aspectos pedagógicos e das definições que regiam o ensino comercial (BRASIL, 1929, p. 17). Nesse ano, 18 instituições requisitaram a fiscalização e 10 foram oficializadas.

O ensino comercial, criado pela iniciativa privada, buscava profissionalizar pessoas para atuar em empresas particulares ou em órgãos públicos. Diferentemente do ensino industrial, seu objetivo não era retirar das ruas os menores delinquentes, nem qualificar para o trabalho na indústria (POLATTO, 2008, p. 77). O Governo Federal apenas em 1905 passou a regulamentar esse ramo de ensino, por meio do Decreto nº 1.339. Outros dois decretos ainda foram promulgados nos anos de 1923, com o Decreto nº 4.724-A, e em 1926, com o Decreto nº 17.329. Esse último instaurou a obrigatoriedade da fiscalização nas instituições de ensino comercial existentes em todos os Estados do Brasil. Tal procedimento ocorreu até a realização da primeira reforma desse ramo de ensino, em 1931.

1.2. AS REFORMAS DO ENSINO COMERCIAL NO BRASIL

No Brasil da década de 1930, o desgaste que vinha ocorrendo desde a Primeira República nos aspectos político e econômico, especialmente na última década, durante o governo do Presidente Washington Luís (1926-1930), colocou em risco o modelo de governo vigente naquele momento. Ocorreram movimentos de trabalhadores e militares, como o tenentista (SKIDMORE, 1982). No entanto, com o enfraquecimento desse movimento, as alianças existentes entre Minas Gerais e São Paulo permaneceram até as eleições presidenciais de 1930, quando ambos romperam com a aliança, uniram-se a outros Estados e lançaram como candidatos oponentes Getúlio Vargas e Júlio Prestes, que venceu a eleição. Os

opositores a esse cenário, inconformados com o resultado das eleições, uniram-se e dirigiram-se até a capital federal. Ao chegarem, destituíram o presidente em exercício e, em caráter provisório, Vargas assumiu a Presidência da República (BERCITO, 1990; PANDOLFI, 1999; SKIDMORE, 1982).

Logo que assumiu o Governo Provisório, Getúlio Vargas¹⁵ estabeleceu algumas modificações. Uma delas foi a criação de uma Secretaria de Estado com a denominação de Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, por meio do Decreto nº 19.402, de 14 de novembro de 1930, que teria sob sua responsabilidade o estudo e a deliberação de todos os assuntos que envolviam o ensino, a saúde pública e a assistência hospitalar. A partir desse momento, a política educacional do país ficou centralizada em âmbito federal, pois os Estados e municípios assumiram novas funções relacionadas à execução e à fiscalização das normas educacionais (BRASIL, 1930). Com essa mudança ocorrida no governo, o novo Ministério passou abranger,

[...] o Departamento do Ensino, o Instituto Benjamim Constant, a Escola Nacional de Belas Artes, o Instituto Nacional de Música, o Instituto Nacional de Surdos Mudos, a Escola de Aprendizes Artífices, a Escola Normal de Artes e Ofícios Venceslau Braz, a Superintendência dos Estabelecimentos de Ensino Comercial, o Departamento de Saúde Pública, o Instituto Osvaldo Cruz, o Museu Nacional e a Assistência Hospitalar (BRASIL, 1930).

Com a instituição de um Ministério voltado para as ações de educação, o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio deixou de realizar as atividades de fiscalização nas instituições de ensino comercial. Francisco Luís da Silva Campos foi o primeiro ministro dos Negócios da Educação e Saúde Pública. Em seu discurso de posse, afirmou que

quando chamado a ocupar a pasta da Educação no Governo Provisório, impressionou-me desde logo o facto do desequilíbrio existente entre a nossa já intensa vida econômica e a ausência de uma educação adequada às novas fórmulas de actividade commercial e industrial, para as quaes, em todo o mundo haviam sido creadas categorias especiaes de escolas, destinadas á racionalização do trabalho intellectual na industria e no commercio, ainda entregue a nós ao acaso das vocações e ao empirismo do aprendizado rotineiro (CAMPOS, 1940, p. 125 apud CARVALHO, 2011, p. 47).

Campos com esse discurso mostrava que o Brasil, até aquele momento, não apresentava uma estrutura educacional compatível com as necessidades do comércio e da indústria, que se encontravam em expansão, decorrente do desenvolvimento do mercado

¹⁵ Getúlio Vargas chega ao poder em 1930, com o golpe. Permaneceu na presidência da República, por mais dois períodos, o primeiro de 1930 a 1937 e, depois, de 1937 a 1945, quando renuncia ao cargo. No entanto, Getúlio Vargas ainda retorna ao poder, por meio de voto popular, e permanece entre 1951 a 1954. (GILES, 1987, p. 290).

interno nacional e do processo de urbanização. Diante disso, durante sua permanência como ministro dos Negócios da Educação e Saúde Pública, foi o responsável pela execução da chamada Reforma Francisco Campos, efetivada após a promulgação de alguns dispositivos legais, como o Decreto nº 19.850/1931, que criou o Conselho Nacional de Educação, o Decreto nº 19.851/1931, que regulamentou e organizou o ensino superior no Brasil¹⁶, o Decreto nº 19.852/1931 em que organizou a Universidade do Rio de Janeiro, o Decreto nº 19.890/1931 que organizou o ensino secundário¹⁷, o Decreto nº 21.241 que regulamentou o ensino secundário e o Decreto nº 20.158/1931, em que promulgou a organização do ensino comercial e regulamentou a profissão de contador (GHIRALDELLI JR, 2008, p. 40).

Essa última reforma trouxe as mudanças mais significativas ao ensino comercial, pois não aproveitou nenhuma determinação dos decretos de 1905, 1923 e 1926. Na Exposição de Motivos, o Ministro Francisco Campos evidenciou que “o ensino comercial, no Brasil, teve início em escolas particulares destinadas apenas à Contabilidade, e sem nenhuma influência oficial” (BRASIL, Exposição de Motivos, 1931). De fato, o ministro reconheceu a ausência do governo federal em relação ao ensino comercial até o momento em que propôs uma reforma nesse ramo de ensino. Ainda nessa exposição, o ministro destinou grande responsabilidade às finalidades do ensino comercial quando afirmou que no Brasil, esse ramo tem uma

grande missão de aperfeiçoamento de métodos, de modos de trabalhar. Todos os processos da produção dependem dos processos dos que compram, vendem e distribuem e assim o ensino das diversas carreiras do comércio prepara o Brasil maior e mais próspero de amanhã. A reorganização do ensino comercial procurou aparelhar os futuros homens de comércio para a realização desse grande ensino (LOPES, 1931, p. 372 *apud* GOMES JÚNIOR, 2013, p. 45).

Com a promulgação do Decreto 20.158/1931, o ensino comercial passou a ter os cursos Propedêutico, Técnico, Superior e Elementar, diferentemente dos decretos anteriores que estabeleciam apenas os cursos Geral e Superior. Com exceção dos cursos técnicos de Atuário e Perito-Contador e do curso superior de Administração e Finanças, que tinham duração de três anos, bem como do curso Técnico de Secretário, que durava um ano, os cursos, Guarda-Livros, Administrador-Vendedor e Auxiliar do Comércio, permaneciam com a mesma duração que os cursos propedêuticos, ou seja, dois anos (BRASIL, 1931). Esse

¹⁶ No Ensino Superior é estabelecido o Estatuto das Universidades Brasileiras, que adota como regra a organização universitária (FERREIRA, 1980, p. 53).

¹⁷ O Ensino Secundário tem regulado os seus ramos, ficando dividido em dois ciclos. A reforma Francisco Campos representa o marco inicial à instalação de uma estrutura de ensino secundário no país (FERREIRA, 1980, p. 54).

cenário diferenciava-se do curso geral instituído em 1926, pois apresentava currículos distintos para a área do comércio, que passava a contemplar os três níveis da educação, ou seja, o propedêutico, o técnico e o superior.

O currículo do curso propedêutico estava estruturado em 10 disciplinas e contemplava três idiomas (Português, Francês e Inglês), além de Matemática, Geografia, Geografia do Brasil, História da Civilização, História do Brasil, Noções de Física, Química, História Natural e Caligrafia distribuídas em três anos (BRASIL, 1931). Os currículos dos cursos técnicos apresentavam disciplinas comuns.

Com base no Quadro 6, a disciplina Mecanografia dividia-se em datilografia e manipulação das principais máquinas utilizadas em escritórios, como mimeógrafos, duplicadores e máquinas de calcular. Na datilografia, os alunos deveriam escrever corretamente e com agilidade suficiente para não desviar o olhar para o teclado. Essa disciplina estava presente nos currículos dos primeiros anos dos cursos Secretário, Administrador-Vendedor, Atuário e Perito-Contador. No curso Guarda-Livros, a disciplina Mecanografia estava contemplada nos dois anos do curso, sendo que no primeiro havia a fundamentação e no segundo, exercícios.

Outra disciplina também presente em todos os cursos seja no primeiro ou no segundo ano, foi a Legislação Fiscal, que englobava o estudo das leis, regulamentos fiscais e tarifas aduaneiras. Ela contemplava atividades práticas sobre a incidência de taxas, a execução da escrita fiscal, a declaração de rendas e a manipulação de formulários. Já a disciplina Matemática Comercial, Técnica Comercial e Processos de Propaganda e Contabilidade (noções preliminares) estão presentes nos currículos dos cursos Guarda-livros, Administrador-Vendedor, Atuário e Perito-Contador.

QUADRO 6 – CLASSIFICAÇÃO DAS DISCIPLINAS POR CURSOS TÉCNICOS DEFINIDOS
NO DECRETO Nº 20.158/1931.

[illegible]

Estenografia	X	X	X			X			X		
Mecanografia	X	X	X	X		X			X		
Contabilidade (noções preliminares)		X				X			X		
Matemática comercial		X	X	X		X			X		
Noções de direito comercial		X									
Contabilidade mercantil			X				X			X	
Técnica comercial e processos de propaganda			X		X		X			X	
Francês comercial				X							
Inglês comercial				X							
Merceologia e tecnologia merceológica				X			X			X	
Desenho				X							
Economia política e finanças					X					X	
Geografia econômica					X						
Noções de direito constitucional e civil						X			X		
Matemática financeira							X			X	
Matemática financeira											
Noções de direito comercial terrestre							X			X	
Economia política e finanças							X				
Contabilidade dos seguros								X			
Cálculo atuarial								X			
Legislação de seguros								X			
Estatística								X			X
Seminário econômico								X			X
Contabilidade industrial e agrícola											X
Contabilidade bancária											X
História do comércio, indústria e agricultura											X
Prática do processo civil e comercial											X

Fonte: Elaborado com base no Decreto nº 20.158/1931.

O Decreto 20.158/1931 também trazia a organização do ensino superior com o curso Administração e Finanças, que tinha duração de três anos. Para acesso ao curso superior era necessário comprovar a conclusão dos cursos técnicos Atuário e Perito-Comprador. (BRASIL, 1931). Diferentemente dos cursos propedêutico e técnico, no ensino superior, o decreto não trazia detalhes sobre o desmembramento das disciplinas.

A participação nos cursos Propedêutico e Auxiliar de Comércio se dava a partir da realização e aprovação em exame admissional com questões baseadas nas disciplinas: aritmética, português, geografia e francês (BRASIL, 1931). Equiparado ao nível primário estava o curso Auxiliar de Comércio. Ele abordava as mesmas disciplinas (português, inglês, aritmética, contabilidade, caligrafia e datilografia), tanto no primeiro quanto no segundo ano. No entanto, possuíam complexidades distintas.

Para a operacionalização dos cursos, o Decreto nº 20.158/1931 determinou o período letivo, os critérios para a efetivação de matrícula, o índice de frequência obrigatória às aulas, o processo de avaliação da aprendizagem e aprovação, assim como os requisitos mínimos de

infraestrutura (gabinete de física, laboratório de química, museu de merceologia e história natural, biblioteca, escritório modelo). O órgão responsável por fiscalizar os estabelecimentos de ensino comercial era a Superintendência do Ensino Comercial.

A Superintendência de Fiscalização dos Estabelecimentos do Ensino Comercial, subordinada diretamente ao Ministro da Educação e Saúde Pública, terá ao seu cargo a fiscalização dos estabelecimentos de ensino comercial, reconhecidos ou em período de fiscalização prévia, e a direção de todos os instituídos ou escola de comércio, ciências econômicas e administração, mantidos ou dependentes da União, e bem assim o registro dos diplomas das escolas de comércio, de ciências econômicas e administração e dos títulos de habilitação previstas neste decreto (BRASIL, 1931, art. 34).

De acordo com o relatório anual¹⁸ do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, assinado por Washington Ferreira Pires, sucessor de Francisco Campos, essa superintendência realizou, em 1931, a fiscalização de um total de 192 estabelecimentos distribuídos em todo o país,

[...] sendo dois no Amazonas, dois no Pará, dois no Maranhão, três no Ceará, dois no Rio Grande do Norte, dois na Paraíba, seis em Pernambuco, um em Sergipe, quatro na Baía, dois no Espírito Santo, 27 em Minas Gerais, nove no Estado do Rio, 29 no Distrito Federal, 81 no Estado de São Paulo, três em Mato Grosso, quatro no Paraná, três em Santa Catarina, nove no Rio Grande do Sul e um no Estado de Alagoas (BRASIL, 1934, 1934, p. 65-66).

O ministro informou que nesse ano, as instituições de ensino comercial apresentaram 22 mil matrículas. Em 1932, esse número aumentou para 24 mil, e em 1933, 28 mil matrículas¹⁹ (BRASIL, 1934, p. 66), considerando o curso elementar, o propedêutico, o técnico e o superior em todos os Estados. Destacou, também, os esforços que o Governo Federal dedicou para que esse ramo da educação tivesse uma organização compatível com as atividades desenvolvidas entre os produtores e os consumidores da vida econômica do país (BRASIL, 1934, p. 64).

Durante o período do governo provisório de Getúlio Vargas, algumas regiões da sociedade brasileira continuavam a ser impulsionadas pela industrialização e pela urbanização. Esses fatores colaboraram para que houvesse um avanço no desenvolvimento de atividades relacionadas ao comércio, no qual resultou num aumento de postos de trabalho

¹⁸ O Relatório Anual do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública referente ao ano de 1932 foi elaborado em dezembro de 1933 e publicado em 1934.

¹⁹ Os dados publicados no relatório anual do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública divergem do anuário estatístico do Brasil, de 1937, no qual constam que nos anos de 1932 e 1933, houve um total de 19.268 e 20.343 matrículas gerais, respectivamente, nos cursos do ensino comercial. No anuário estatístico não foi encontrado os valores referentes ao ano de 1931, uma vez que por um período de quase 25 anos, não houve a realização de levantamento estatístico no país (Anuário Estatístico do Brasil, 1937).

especialmente em vendas, serviços e em escritórios. O resultado desse crescimento influenciou diretamente no ensino comercial (GOMES JÚNIOR, 2013, p. 66).

Em 1934, foi promulgada a segunda Constituição Federal do Brasil, que pela primeira vez dedicou um capítulo específico à educação e à cultura. A partir dessa Carta, o governo federal definiu as diretrizes da educação nacional e fixou o “Plano Nacional de Educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados”, assim como coordenou e fiscalizou a sua execução, em todo o território nacional (BRASIL, 1934), porém, não estabeleceu nenhuma orientação específica voltada ao ensino comercial.

Nos anos que se seguiram o país passou por períodos de turbulências, com posicionamentos contrários²⁰ ao governo Vargas, que reagiu e, por meio de um golpe de Estado, em 1937, deu início ao chamado Estado Novo, que perdurou até 1945. Nessa ocasião acentuou-se a interferência do governo nos aspectos econômicos relacionados ao desenvolvimento do setor industrial, ao nacionalismo e à aproximação com o capital estrangeiro (ARAÚJO, 2016). Mudanças também ocorreram em instâncias da vida política e da administração pública, como a transferência de funções estaduais ou municipais nas quais passaram a ser de competência federal. Essas alterações transformaram “as relações entre o poder federal e estadual, aproximando o Brasil de um governo verdadeiramente nacional” (SKIDMORE, 1982, p. 55).

Ainda em 1937, foi promulgada uma nova Constituição Federal. Essa Constituição manteve o capítulo específico da educação e cultura, já existente na Carta anterior. Entretanto, o Estado colocou-se em uma posição de coadjuvante no favorecimento e fundação de instituições artísticas, científicas e de ensino (BRASIL, 1937). Segundo Faria Filho (2010, p. 95), “a obrigação do poder público é, apenas, para aqueles que demonstrarem insuficiência de recursos para se manter numa escola particular. Nesse sentido, o ensino profissional passa a ser a principal obrigação do Estado em matéria de educação”.

Meses antes do golpe de Estado, em 1937, por meio da Lei nº 378/1937, o Ministério da Educação e Saúde Pública, agora sob o mandato de Gustavo Capanema, recebeu uma nova organização, iniciada pela alteração do nome do órgão, que passou a denominar-se Ministério da Educação e Saúde. A partir desse momento, o Ministério instituiu dois departamentos, um voltado para a saúde e o outro para a educação. Ao Departamento Nacional de Educação coube a administração das atividades relacionadas à educação escolar e extraescolar, classificadas em diferentes divisões, dentre elas a Divisão de Ensino Comercial, que

²⁰Disputas eleitorais, a constituição da Ação Nacional Libertadora e a realização de movimentos grevistas. (SKIDMORE, 1982).

substituiu a Superintendência do Ensino Comercial, de 1931. Nesse período, essa Divisão sofreu várias modificações, substituindo, assim,

[...] aquele aspecto de órgão fiscal e de registro pouco expressivo, com meia dúzia de funcionários, por um corpo administrativo e técnico com mais de quinhentos servidores, já diversificado, incluindo elementos técnicos especializados, órgãos regionais espalhados pelo território nacional e com funções de estímulo, orientação, de pesquisa, de formação de pessoal para as escolas, etc. (CARVALHO, 1965, 75).

Outra reforma da educação promulgada durante o Estado Novo, de iniciativa do ministro Gustavo Capanema e considerada importante para a educação no Brasil (ARANHA, 1996, p. 202), refere-se às Leis Orgânicas do Ensino. Essa reforma alcançou vários ramos do ensino secundário, que tinham como foco o ensino técnico-profissional. A promulgação dessas leis propiciou uma equivalência, mesmo que parcial, com o ensino regular, ao possibilitar o ingresso em cursos superiores, dos alunos que concluíssem os cursos secundários profissionalizantes (KUENZER, 2007, p. 13).

O primeiro Decreto-Lei nº 4.073, promulgado em 30 de janeiro de 1942²¹ estabelecia as bases da organização e do regime de ensino industrial, destinado ao preparo profissional dos trabalhadores da indústria, das atividades artesanais e dos trabalhadores dos transportes, das comunicações e da pesca (BRASIL, 1942).

O segundo Decreto-Lei instituído no âmbito da Reforma Capanema, está representado pelo nº 4.244, de 9 de abril de 1942, no qual organizou o ensino secundário em dois ciclos: ginásial e colegial, respectivamente. O ensino secundário tinha como finalidades formar a personalidade integral, acentuar a consciência patriótica e humanística e preparar intelectualmente os adolescentes para que alcançassem estudos mais elevados de formação especial (BRASIL, 1942). A proposta do ensino secundário trazia uma matriz clássica humanista com caráter generalizante. Ela voltava-se às pessoas que prosseguiriam os estudos em nível superior e, conseqüentemente estariam favorecidos para comandarem a nação (BONEMY, 1999, p. 138-139.). A última lei orgânica instituída durante o Estado Novo fez referência ao ensino comercial, que a partir do Decreto-Lei nº 6.141/43, teve como finalidades

²¹ Uma semana antes, ou seja, em 22 de janeiro de 1942, foi criado o Senai – Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários, por meio do Decreto-Lei nº 4048. Essa instituição refletia o aspecto econômico-político-ideológico vivido pelo Brasil, naquele momento. O aspecto econômico emanava da necessidade de aumentar o processo de industrialização, com a contratação de pessoal especializado. Já o político-ideológico, era consentido à classe de operários, por meio do populismo, “um órgão sem recursos financeiros estatais, para minimizar as possibilidades da formação de uma consciência e acirramento da luta de classes.” (FERREIRA, 1980, p. 69).

formar profissionais aptos ao exercício de atividades específicas no comércio e bem assim de funções auxiliares de caráter administrativo nos negócios públicos e privados; dar a candidatos ao exercício das mais simples ou correntes atividades no comércio e na administração uma sumária preparação profissional; aperfeiçoar os conhecimentos e capacidades técnicas de profissionais diplomados [...] (BRASIL, 1943)

A partir desse decreto, o ensino comercial passou a apresentar dois ciclos. O primeiro constava o curso de formação Comercial Básico, os cursos de Continuação ou Cursos Práticos e os cursos de Aperfeiçoamento. E no segundo ciclo, estavam cinco cursos Comerciais Técnicos e cursos de Aperfeiçoamento (Quadro 7). Com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 7.938, de 1945, o art. 2º do Decreto-Lei nº 6.141, de 1943 passou a determinar que os alunos que tivessem concluído a primeira série do curso Auxiliar do Comércio e os que houvessem concluído a primeira ou a segunda série do curso Propedêutico, ambos descritos no Decreto nº 20.158/31, poderiam adaptar-se em qualquer fase do curso Comercial Básico (BRASIL, 1931).

QUADRO 7 – COMPOSIÇÃO DO ENSINO COMERCIAL, A PARTIR DO
DECRETO-LEI Nº 6.141/1943.

1º CICLO	FORMAÇÃO	Curso Comercial Básico
	CONTINUAÇÃO OU CURSOS PRÁTICOS	O decreto-lei não trouxe cursos com títulos específicos
	APERFEIÇOAMENTO	O decreto-lei não trouxe cursos com títulos específicos
2º CICLO	FORMAÇÃO	Cursos Comerciais Técnicos: a. Comércio e Propaganda b. Administração c. Contabilidade d. Estatística e. Secretariado
	APERFEIÇOAMENTO	O decreto-lei não trouxe cursos com títulos específicos

Fonte: Elaborado com base no Decreto-Lei nº 6.141/1943.

A Lei Orgânica do Ensino Comercial definiu, ainda, diretrizes específicas para o desenvolvimento dos cursos de formação, continuação e aperfeiçoamento, bem como se daria a organização escolar e o regime disciplinar (BRASIL, 1943).

De acordo com o Decreto n.º 14.373, de 28 de dezembro de 1943, que regulamentava a estrutura dos cursos de formação do ensino comercial, o currículo do curso Comercial Básico dividia-se em disciplinas de cultura geral e cultura técnica, além de práticas educativas intercaladas nos seus quatro anos de duração. Em comparação ao que propunha a Reforma Francisco Campos, em 1931, no qual instituiu o Curso Propedêutico, de formação geral, com duração de três anos, o curso estabelecido pela Reforma Capanema, possuía um caráter profissional, ao preparar pessoas para trabalharem no segmento do comércio ou administrativo (Quadro 8).

QUADRO 8 – COMPARATIVO ENTRE AS DISCIPLINAS DO CURSO PROPEDÊUTICO E DO CURSO COMERCIAL BÁSICO.

CURSO PROPEDÊUTICO (Decreto nº 20.158/1931) Duração: 3 anos		CURSO COMERCIAL BÁSICO (Decreto nº 14.373/1943) Duração: 4 anos		
Primeiro Ano	<ul style="list-style-type: none"> - Francês - Inglês - Matemática - Geografia e - História da Civilização 	Primeira Série	Cultura Geral	<ul style="list-style-type: none"> - Português* - Francês - Matemática - Geografia Geral** - História Geral**
			Cultura Técnica	<ul style="list-style-type: none"> - Caligrafia - Desenho
Segundo Ano	<ul style="list-style-type: none"> - Português - Francês - Inglês - Matemática - Corografia do Brasil - História do Brasil 	Segunda Série	Cultura Geral	<ul style="list-style-type: none"> - Português - Francês - Inglês - Geografia Geral - História Geral
			Cultura Técnica	<ul style="list-style-type: none"> - Caligrafia
Terceiro Ano	<ul style="list-style-type: none"> - Português - Francês - Inglês - Matemática - Física, Química e História Natural - Caligrafia 	Terceira Série	Cultura Geral	<ul style="list-style-type: none"> - Português - Francês - Inglês - Matemática - Ciências Naturais - Geografia do Brasil - História Geral
			Cultura Técnica	<ul style="list-style-type: none"> - Datilografia - Estenografia
		Quarta Série	Cultura Geral	<ul style="list-style-type: none"> - Português - Francês - Inglês - Matemática - Ciências Naturais - História do Brasil - Economia Doméstica
			Cultura Técnica	<ul style="list-style-type: none"> - Escrituração Mercantil - Prática de Escritório - Economia Doméstica

Fonte: Elaborado com base nos Decretos nº 20.158/1931 e nº 14.373/1943.

Instituído pelo Decreto nº 14.373/1943, o curso Comercial Básico trouxe algumas disciplinas e excluiu outras do Curso Propedêutico, citado no Decreto nº 20.158/1931. Na exposição de motivos sobre a Lei Orgânica do Ensino Comercial, Gustavo Capanema afirmou que as disciplinas de caráter geral contemplavam “a formação intelectual da personalidade adolescente” e tinham a obrigatoriedade de realizar as práticas educativas que concorriam para a “formação da personalidade física e moral dos alunos” (BRASIL, 1943).

As disciplinas que constituíam o curso Comercial Básico estavam divididas de forma que grande parte das relacionadas à de cultura geral repetia-se. As práticas educativas, como a educação física, eram obrigatórias para todos os alunos até 21 anos. O canto orfeônico, até os 18 anos de idade. A instrução pré-militar destinava-se aos alunos do sexo masculino até chegarem à idade prevista para a instrução militar e o ensino de religião não tinha caráter obrigatório. No terceiro e quarto anos, as alunas ainda participavam da disciplina economia doméstica (BRASIL, 1943). Segundo Cintra (2005, p. 50)²², a disciplina economia doméstica também foi considerada na Lei Orgânica do Ensino Secundário, com a orientação que fosse enfatizada a natureza da personalidade feminina e a missão da mulher dentro do lar. No ensino comercial, as prescrições eram semelhantes e presumiam a orientação de boas esposas e futuras donas de casa.

Os currículos dos cinco cursos técnicos de ensino comercial, (Comércio e Propaganda, Administração, Contabilidade, Estatística e Secretariado) instituídos a partir da Lei Orgânica, assim como o curso Comercial Básico, também contemplavam disciplinas técnicas e disciplinas de caráter geral, conforme apresentado no Quadro 9.

Da mesma forma como ocorreu com o Curso Comercial Básico em relação ao Curso Propedêutico, instituído na Reforma Francisco Campos, os cursos Comerciais Técnicos também passaram por algumas mudanças. A primeira foi à padronização do tempo de duração dos cursos que anteriormente variava de um a três anos e com a Reforma Capanema, todos passaram a apresentar três. O Curso Técnico em Secretário teve o título alterado para Secretariado. Das disciplinas que o compunham, permaneceram Mecanografia e Estenografia. O Curso Técnico em Guarda-Livros, também teve o título substituído para Técnico em Contabilidade e aumentou em um ano a sua duração. O curso técnico Comércio e Propaganda, a partir da Lei Orgânica do Ensino Comercial, passou a substituir o curso Administrador-Vendedor, vigente durante a Reforma Francisco Campos.

²²Sobre o ensino profissional feminino em Curitiba, entre 1942 a 1955, leia CINTRA, 2005.

As disciplinas dos cursos comerciais técnicos passaram a ser agrupadas em cultura geral e cultura técnica, sendo que as primeiras estavam presentes nos currículos dos cinco cursos técnicos de formação.

QUADRO 9 – CLASSIFICAÇÃO DAS DISCIPLINAS DOS CURSOS COMERCIAIS TÉCNICOS.

	Disciplinas	Comércio e Propaganda	Administração	Contabilidade	Estatística	Secretariado
Cultura geral	Português	X	X	X	X	X
	Francês ou inglês	X	X	X	X	X
	Matemática	X	X	X	X	X
	Física e química	X	X	X	X	X
	Biologia	X	X	X	X	X
	Geografia humana no Brasil	X	X	X	X	X
	História administrativa e econômica do Brasil	X	X	X	X	X
Cultura técnica	Organização e técnica comercial	X		X		X
	Merceologia	X		X		
	Comércio de exportação e importação	X				
	Técnica de compra, venda, armazenamento e distribuição	X				
	Desenho técnico	X			X	
	Mecanografia	X	X	X	X	X
	Técnica da propaganda	X				
	Contabilidade geral	X	X	X		
	Contabilidade aplicada	X	X			
	Elementos de estatística e economia	X	X	X		
	Direito usual	X				X
	Elementos de administração		X			
	Organização dos serviços públicos		X			
	Organização das empresas		X			
	Administração de pessoal		X			
	Administração de material		X			
	Elementos de finanças		X			
	Contabilidade comercial			X		
	Contabilidade bancária			X		
	Contabilidade industrial			X		
	Contabilidade pública			X		
	Prática jurídica geral e comercial			X		
	Estatística geral				X	
	Estatística aplicada				X	
	Complementos de matemática e cálculos estatísticos				X	
	Elementos de contabilidade				X	X
	Ciências sociais				X	
	Datilografia					X

	Estenografia					X
	Biblioteconomia e arquivística					X
	Estudos sociais					X
	Psicologia das relações humanas					X

Fonte: Elaborado com base no Decreto nº 14.373/1943.

Dentre as disciplinas técnicas, apenas a Mecanografia era contemplada em todos os cursos. As demais poderiam estar em um ou mais cursos, como a disciplina de Merceologia, presente nos cursos Comércio e Propaganda e Contabilidade.

A partir da promulgação da Lei Orgânica do Ensino Comercial, a criação de instituições nesse ramo de ensino poderia ocorrer por responsabilidade do governo federal ou de particulares. Esse fato permitiu que houvesse um aumento tanto no número de instituições criadas após dois anos de vigência do Decreto nº 6.141/43, quanto no número de alunos matriculados. Diferentemente do que ocorreu na reforma Francisco Campos, que teve como foco apenas o ensino secundário, comercial e superior, a reforma Capanema contemplou todos os ramos de ensino, inclusive o agrícola, o doméstico, o normal e o industrial, uma vez que tinha como objetivo corresponder às demandas provenientes do processo de industrialização que o país passava durante o governo de Getúlio Vargas, o qual exigia que um maior número de trabalhadores fosse qualificado (GILES, 1987, p. 290).

Entre 1932 e 1945, o ensino comercial, conforme foi divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e está representado no Quadro 10, apresentou um total de aproximadamente 6.584 Unidades Escolares e destacou-se por ser o ramo que criou maior número de estabelecimentos em comparação aos demais. Em 1933, 1937 e 1939 ocorreram os menores crescimentos em relação às Unidades Escolares. Somente a partir da década de 40, que esse ramo de ensino apresentou significativo aumento com uma média de 826,2 Unidades Escolares por ano. O ensino normal no período de 1937 a 1942 apresentou um decréscimo na quantidade de Unidades Escolares criadas, sendo o pior cenário representado pelo ano de 1939, que teve 63 estabelecimentos a menos do que em 1937. Somente após esse período é que o referido ramo de ensino voltou a apresentar números positivos, como em 1945, em que houve a criação de 95 Unidades Escolares. O ensino agrícola apareceu apenas em 1947, com 11 Unidades Escolares distribuídas no país.

O ensino industrial num período de quase dez anos, apresentou um total de 1.060 Unidades Escolares, conforme apresenta o Quadro 10. Esse número é inferior à quantidade de estabelecimentos que foram criados apenas em 1943, com 1.190. É possível considerar que as

causas desse aumento, se deram com a criação do Senai²³ e a promulgação do Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942 que instituiu o ensino industrial. O ensino doméstico, nesse contexto, passou a ser classificado no âmbito do ensino industrial e, portanto, diminuiu efetivamente os números, a partir de 1943.

Com a promulgação da Lei Orgânica do Ensino Comercial, esse ramo de ensino foi equiparado ao ensino secundário. Logo, os cursos ofertados a partir desse momento estavam de acordo com as especificidades de determinadas ocupações. O curso superior de Administração e Finanças e o elementar de Auxiliar de Comércio, previstos no Decreto nº 20.158/1931 foram suprimidos nessa nova legislação. Dessa forma, é possível compreender que as disciplinas consideradas de maior complexidade seriam trabalhadas no ensino superior. Outras legislações²⁴ foram promulgadas após 1943, com novas disposições e alterações para a execução da Lei Orgânica do Ensino Comercial.

QUADRO 10 – NÚMEROS DE UNIDADES ESCOLARES E MATRÍCULA GERAL NOS RAMOS DE ENSINO COMERCIAL, AGRÍCOLA, DOMÉSTICO, NORMAL E INDUSTRIAL DE 1932 A 1945.

UNIDADES ESCOLARES	1932	1933	1936	1937	1939	1941	1942	1943	1944**	1945
Comercial	401	416	534	543	559	640	721	801	955	1.014
Agrícola	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Doméstico*	184	332	440	491	567	852	873	67	41	65
Normal	258	328	425	445	382	377	372	406	444	539
Industrial	108	133	154	157	148	164	196	1.190	1.263	1.368

* A diminuição que se observa entre 1943 e 1945 em relação aos anos anteriores, foi motivada pela mudança de critério na classificação de alguns cursos, os quais até 1942 figuraram na categoria de ensino doméstico e, a partir de 1943, passaram a ser classificados como ensino industrial, de acordo com a Lei Orgânica que rege os referidos ensinos.** Os dados referentes a 1944 são provisórios. Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Anuário Estatístico do Brasil. Anos XI-1950; Ano X-1949; Ano VIII-1947.

O ensino comercial durante o governo de Getúlio Vargas passou por duas grandes reformas. A primeira proposta por Francisco Campos, em 1931 e a segunda, por Gustavo Capanema, em 1943. Ambos buscaram definir diretrizes que visavam atender às demandas emanadas do comércio e dos setores públicos e privados. Pode-se afirmar que foi nesse

²³ O Senai foi criado pelo Decreto-Lei nº 4048, de 22 de janeiro de 1942, como uma entidade de direito privado, organizada pelo empresariado industrial através da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e pelas federações de indústrias dos estados. No Paraná, ele foi instalado em 12 de março de 1943, como uma entidade do Sistema da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP) (DOMINSCHKE, 2008, p. 1).

²⁴ Decreto-Lei nº 7.938, de 06 de setembro de 1945, que se refere às novas disposições transitórias para a execução da Lei Orgânica do Ensino Comercial; o Decreto-Lei nº 8.196, de 20 de novembro de 1945, que altera disposições do Decreto-Lei nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943, a Lei nº 1.076, de 31 de março de 1950, que assegura aos estudantes que concluírem o curso do primeiro ciclo do ensino comercial, industrial ou agrícola, o direito a matrícula nos cursos clássicos de científico e dá outras providências e o Decreto nº 3.384, de 28 de abril de 1958, que dá nova denominação à profissão de Guarda-Livros.

governo que o ensino comercial apresentou normativas que o estruturaram e o colocaram juntamente com outros ramos de ensino, no cenário da educação no Brasil.

Com a promulgação das Leis Orgânicas do Ensino e uma infraestrutura desfavorável para ampla oferta de cursos de ensino profissional, o governo federal recorreu ao setor privado para implantar um sistema de ensino paralelo, voltado à capacitação de pessoas para o trabalho, num tempo mais curto que o sistema oficial. Como consequência disso, em 1942 e 1946, foram criados o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), respectivamente.

1.3. A CRIAÇÃO DO SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL

No ano de 1945, o Brasil preocupava-se com as consequências que a Segunda Guerra Mundial trazia para o país naquele momento, pois as importações de bens tornavam-se escassas (SILVEIRA, 2014, p. 37). O presidente da República, Getúlio Vargas, renunciava ao cargo e encerrava, desta forma, o período de governo chamado Estado Novo. A saída de Vargas trouxe consequências profundas e imediatas ao cenário político, como a criação de partidos políticos e de uma nova estrutura legal para acompanhar a era democrática, além da necessidade de elaborar outra Constituição que substituísse a de 1937 (SKIDMORE, 1982, p. 79). O setor industrial requisitava maiores investimentos que, com o aumento da produção, atingiria o setor do comércio. Esse aumento teve como consequência a necessidade de ampliar a formação dos trabalhadores nesses segmentos.

Nesse mesmo ano, industriais reuniram-se e propuseram a realização da I Conferência Nacional das Classes Produtoras²⁵ - CONCLAP (Figura 2), com a finalidade de organizar, com pretensões hegemônicas, um projeto político de âmbito global (AQUINO, 2011, p. 27). Diferentemente da intenção dos industriais trazida por Aquino (2011), o Senac afirmou que essa Conferência foi indicada pela Federação das Associações Comerciais do Brasil e a Confederação Nacional da Indústria com o objetivo de beneficiar a formação e a capacitação necessárias de trabalhadores com maior domínio no desenvolvimento econômico nacional” (SENAC/SC, 2014, p. 23).

Em que pese a diferença de informações existentes em relação à iniciativa de realizar tal conferência, é possível considerar que a formação e a capacitação poderiam ser

²⁵ Além da I Conferência Nacional das Classes Produtoras, realizada em Teresópolis, houve ainda na década de 40, o I Congresso Brasileiro de Economia, no Rio de Janeiro e o I Congresso Brasileiro da Indústria, em São Paulo. Esses congressos foram importantes, pois explicavam o comportamento dos industriais como atores sociais no país que passava por influências externas e internas (AQUINO, 2011, p. 172).

algumas das pretensões dos participantes do evento, no entanto, não eram as únicas, uma vez que os envolvidos aspiravam uma ação que abrangesse toda a cadeia produtiva.

FIGURA 2 – ENCERRAMENTO DA CONCLAP (1945).



Na primeira fila de baixo para cima e da esquerda para a direita foram identificados João Daudt d'Oliveira (5º) e Roberto Simonsen (6º), que compuseram a mesa diretora da Conferência.

Fonte: Acervo do Centro de Memória do Sistema FIEMG.

Essa Conferência foi realizada na cidade de Teresópolis, no Estado do Rio de Janeiro, em 1945. Estiveram presentes novecentos delegados de 680 entidades representativas do comércio, indústria e agricultura de todo o país²⁶. Na faixa disposta no recorte fotográfico consta a seguinte mensagem: “A Conferência de Teresópolis trabalha pela grandesa do Brasil. ACIAT²⁷”. Com essa frase, os participantes quiseram destacar especialmente no trecho entre aspas, não apenas o próprio evento, mas também a cidade, na qual foi ele foi realizado. Além

²⁶ Participaram como representantes do Estado do Paraná: Federação das Indústrias do Paraná, Associação Comercial e Industrial de Campo Largo, Associação Comercial de Londrina, Associação Comercial de Morretes, Associação Comercial do Paraná, Associação Comercial de Paranaguá, Sindicato do Comércio Varejista de Gêneros Alimentícios de Curitiba, Sindicato dos Lojistas do Comércio de Curitiba, Sindicato dos Bancários de Curitiba, Sindicato dos Lojistas do Comércio Varejista de Irati, Sindicato dos Contabilistas do Paraná, Sindicato dos Lojistas do Comércio do Paraná, Sindicato da Indústria da Construção Civil do Paraná, Sindicato Patronal dos Exportadores de Madeiras do Paraná, Sindicato dos Proprietários de Farmácia, Sindicato da Indústria de Extração de Madeira e Sindicato das Indústrias do Mate. (Carta de Teresópolis, 1945, p.28).

²⁷ ACIAT - Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Teresópolis.

disso, ressaltaram a importância do trabalho que desenvolviam nos segmentos da indústria, comércio e agricultura, para o desenvolvimento do país.

A mesa diretora dessa Conferência foi presidida por João Daudt d'Oliveira, Presidente da Federação do Comércio Atacadista e Presidente da Associação Comercial, ambas do Rio de Janeiro, Roberto Simonsen e Euvaldo Lodi, ligados à indústria e Brasília Machado Neto, ao comércio.

FIGURA 3 – MESA DIRETORA DA I CONCLAP (1945).



Na foto foram identificados João Daudt D' Oliveira, Euvaldo Lodi e Basílio Machado Neto, do centro para a direita e Roberto Simonsen, o primeiro do lado esquerdo.

Fonte: Senac SP²⁸.

Os delegados presentes na Conferência analisaram o cenário econômico interno e externo do Brasil e lançaram ao final, um documento chamado Carta Econômica de Teresópolis, no qual assumiam o compromisso de manter uma harmonia entre todos os envolvidos na cadeia produtiva (CARTA ECONÔMICA DE TERESÓPOLIS, 1945).

No momento em que, num clima de profundas transformações mundiais de ordem econômica, social e política, o Brasil se prepara para reestruturar suas instituições de governo, entenderam a Agricultura, a Indústria e o Comércio nacionais constituir seu dever trazer a contribuição de sua experiência e do seu patriotismo para que, nos rumos a serem traçados à vida do país nos setores de suas atividades, sejam adotadas soluções que atendam aos justos anseios e interesses da coletividade, da qual são parte integrante. Com este alto propósito, reuniram-se em Conferência, na cidade de Teresópolis, delegações dos três ramos das atividades produtoras, providas de todas as regiões do país, representando a totalidade das forças econômicas nacionais. Assistidos pelos órgãos técnicos de estudo e pesquisa de suas associações de classe, sem outras preocupações que não as do bem geral e colocados acima das competições de partidos, grupos ou pessoas, os agricultores, industriais e comerciantes dedicaram-se em conjunto ao exame minucioso de todos os problemas

²⁸ Disponível em: <http://www.sp.senac.br/jsp/default.jsp?newsID=a7871.htm&testeira=453&template=&uniT=ANY>. Acesso em: 17 ago. 2016.

da economia brasileira, quer em seus aspectos internos, quer em suas relações internacionais. Na consideração desses problemas, destacaram-se desde logo objetivos básicos ou aspirações fundamentais, constitutivos de uma consciência coletiva predominante na orientação de todas as atividades da Conferência, e, em complemento a esses objetivos básicos, os princípios de política econômica que foram com eles um corpo de declarações, capaz de constituir, neste momento histórico, uma Carta Econômica para o Brasil (CARTA ECONÔMICA DE TERESÓPOLIS, 1945, p. 1)

Os objetivos básicos trazidos pela Carta remetiam ao combate à pobreza, por meio de ações conjuntas do Estado e da iniciativa privada, nas quais o homem fosse valorizado e tivesse condições econômicas mais adequadas ao desenvolvimento do país; ao aumento da renda nacional, com a instituição de ações que possibilitassem o melhor aproveitamento das fontes de produção agrícola e industrial, nos setores de transporte, energia e crédito; ao desenvolvimento das forças econômicas que atribuíam ao cenário político importante posição e sólido alicerce das realizações de todos os setores empenhados com o progresso nacional; à democracia econômica, que ficaria completa se houvesse o desenvolvimento paralelo de todos os setores da produção, de todas as regiões e atividades; e à justiça social, para iluminar incompreensões que existiam nas relações entre empregadores e empregados, permitindo o trabalho coeso, o compartilhamento de responsabilidades, a justa divisão de direitos e deveres e uma crescente participação de todos na riqueza comum (CARTA ECONÔMICA DE TERESÓPOLIS, 1945).

Esses objetivos estavam pautados em princípios que compreendiam os setores econômico, agrícola, florestal, energia, combustíveis, transporte, industrial, mineral, política de investimentos, comercial, monetária, bancária e tributária, social e de povoamento do Brasil. Os conferencistas afirmaram que a economia brasileira tinha como base o princípio da liberdade e a primazia da iniciativa privada. Entretanto, admitiram que o Estado poderia interferir no estímulo às atividades econômicas sempre que as empresas excedessem o poder, a capacidade ou a conveniência da iniciativa privada. Logo, quando as atividades não se enquadravam nesses casos, o Estado poderia intervir apenas se fosse em prol do bem comum ou da segurança interna e externa. (BOLETIM MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, 1945). Nesse contexto, a Carta Econômica de Teresópolis, mostrou que a classe empresarial estava disposta a aceitar a ação do Estado e superar as incompreensões existentes na relação entre empregador e empregado. Com isso, poderiam executar ações, sob a liderança da indústria, voltadas ao desenvolvimento da economia do país (DELGADO, 2007, p. 151).

O Brasil nesse período era governado por Eurico Gaspar Dutra, que logo após assumir o mandato, deu início aos trabalhos da nova constituinte, que veio a ser promulgada em 1946. A partir desse momento, o Brasil foi definido como República Federativa, instituindo as atribuições da União, dos Estados e Municípios, bem como os poderes: executivo, legislativo e judiciário. A educação voltou a ser direito de todos e o ensino comercial, pela primeira vez, no teor de uma Constituição Federal, foi considerado no artigo 168, no qual definiu que as empresas comerciais deveriam ministrar, em cooperação, aprendizagem aos seus trabalhadores menores, pela forma da lei e respeito aos direitos dos professores. Essa Constituição considerou novamente como dever da União, a fixação das diretrizes e bases da educação nacional (BRASIL, 1946).

Durante a CONCLAP também foi criada com base no que fez a indústria²⁹, a Confederação Nacional do Comércio (CNC), por meio do Decreto nº 20.068/1945, que reconheceu a entidade como órgão sindical que passaria a coordenar os interesses econômicos do comércio em todo o território nacional, em conformidade com a Consolidação das Leis do Trabalho (BRASIL, 1945). A Confederação teve como primeiro presidente o empresário João Daudt d'Oliveira, que em seu pronunciamento de posse, reforçou a relevância que a classe empresarial tinha para o desenvolvimento da sociedade brasileira. Para tanto, afirmou “o homem de negócios veio, afinal, colocar-se dentro da engrenagem social no posto que lhe compete, e de onde realmente presta os mais relevantes serviços ao desenvolvimento do país e ao aumento da riqueza nacional” (ALMEIDA, 2005, p. 29).

Em janeiro do ano seguinte, no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, João Daudt d'Oliveira, apresentou para a sociedade brasileira a chamada Carta da Paz Social (Figura 4), que refletia sobre a relevância de estabelecer relações mais equilibradas entre trabalho e capital. Em seu discurso ele afirmou que

os empregadores e empregados que se dedicam, no Brasil, aos vários ramos de atividade econômica reconhecem que uma sólida paz social, fundada na ordem econômica, há de resultar precipuamente de uma obra educativa, através da qual se consiga fraternizar os homens, fortalecendo neles os sentimentos de solidariedade e confiança (CARTA DA PAZ SOCIAL, 1946).

Segundo ele, era imprescindível elevar o padrão de vida dos brasileiros, por meio do aumento da renda nacional e da sua respectiva distribuição, a partir do aproveitamento de

²⁹ Em 1938, foi criada a Confederação Nacional da Indústria em substituição à Confederação Industrial do Brasil, com o objetivo de auxiliar o país a superar os problemas decorrentes da II Guerra Mundial. Disponível em: www.portaldaindustria.com.br/cni/institucional/2015/05/1,1741/historia.html. Acesso em: 21 mar. 2016.

recursos que o país dispunha naquele momento. Para tanto, era necessário executar um planejamento econômico que fosse amplo e objetivo, conforme constava na Carta Econômica de Teresópolis (CARTA DA PAZ SOCIAL, 1946). Com esse discurso, João Daudt d'Oliveira enalteceu o trabalho realizado na I CONCLAP, em 1945, ao indicar como modelo a Carta Econômica de Teresópolis para a execução de um planejamento econômico no Brasil.

FIGURA 4 – ASSINATURA DA CARTA DA PAZ SOCIAL, EM 1946.



Fonte: Acervo Confederação Nacional do Comércio³⁰.

Ao prosseguir com a leitura da Carta da Paz Social, declarou que para alcançar os objetivos propostos na Carta Econômica de Teresópolis, se fazia necessário que empregadores e empregados reconhecessem, reciprocamente, os direitos e deveres um do outro, dentro de um chamado regime de Justiça Social. Para tanto, delinearam 11 itens que contemplavam a manutenção da democracia política e o aprimoramento das instituições consideradas essenciais à felicidade e à dignidade humana; o capital deveria ser considerado como meio de expansão econômica e bem-estar coletivo; o aumento do poder aquisitivo da população, sobretudo daquela que vivia em zona rural, com o objetivo de o país desenvolver-se e, assim, fortalecer o mercado interno; a criação de um fundo social, constituído por uma contribuição fornecida por empresas comerciais, industriais e agrícolas.

A administração do fundo social teria a participação de empregadores e empregados. Os primeiros deveriam promover a melhoria de equipamentos, o aumento da produtividade,

³⁰ Disponível em: <http://cnc.org.br/noticias/acoes-institucionais/carta-da-paz-social>. Acesso em: 08 ago. 2016.

ações educativas e assistenciais aos empregados, instituir iniciativas para aumento da produção e cooperar na qualificação profissional. Em contrapartida, os empregados deveriam esforçar-se para melhorar os índices de produção e cooperar no plano de expansão do país, diminuir a instabilidade no emprego, manter-se assíduos, evitar desentendimentos e zelar pela conservação dos equipamentos e instalações da empresa, além de buscar aperfeiçoamento profissional, por meio das ações desenvolvidas pelo Senac, criado nesse momento, e pelo Senai (CARTA DA PAZ SOCIAL, 1946).

A última medida trazida pela Carta da Paz Social (1946) direcionava-se ao Estado, ou seja, para que fosse possível a execução e o cumprimento dessas metas, além da formação de uma Comissão Executiva constituída por empregadores e empregados, era necessário que o Estado também fizesse sua parte, com ações de combate à inflação, extinção das organizações públicas que pudessem elevar o custo de vida e aumentar os preços, redução ou extinção de taxas e impostos e adequação dos Institutos de Previdência, e que assegurasse autonomia para os sindicatos e concretizasse os direitos e garantias constantes na legislação trabalhista.

Durante o evento de divulgação da Carta da Paz Social, também foram oficializados os Decretos-Lei nº 8.621 e 8.622. O primeiro criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Senac e atribuiu à Confederação Nacional do Comércio a responsabilidade de organizar e administrar, em todo o país, escolas de aprendizagem comercial que poderiam desenvolver cursos de continuação ou práticos e de especialização para os empregados adultos do comércio, não sujeitos à aprendizagem (BRASIL, 1946). Também definiu que o Senac seria custeado por estabelecimentos comerciais que desenvolviam atividades que constavam no Quadro de Atividades e Profissões³¹ que traz o plano básico de enquadramento sindical, anexo ao artigo 577, da Consolidação das Leis do Trabalho, e que estivessem ligadas às federações e sindicatos coordenados pela Confederação Nacional do Comércio. Esse custeio mensal representava o montante equivalente a um por cento sobre a remuneração total paga aos empregados de cada estabelecimento comercial (BRASIL, 1946).

O Quadro 11 traz o recorte que se refere especificamente ao comércio. Ele apresenta cinco grupos de Federações, que estão diretamente ligados à Confederação Nacional do Comércio e à Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio. As Confederações, juntamente, com as federações e os Sindicatos compunham a estrutura sindical do país. Carvalho Cavalcanti (1941) *apud* Esteves (2003, p. 73) afirmou que os empregadores e empregados deveriam estar relacionados às Confederações próprias, e essas correlacionadas

³¹O quadro a que se refere o art. 577 da Consolidação das Leis do Trabalho está disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm#anexo. Acesso em 21 mar. 2016.

uma a outra. Nesse mesmo período, outro grupo de estabelecimentos estaria isento de contribuir ao Senac, caso, mantivessem cursos Práticos de Comércio e de Aprendizagem. No entanto, para conquistarem essa dispensa, era necessário apresentar instalações, corpo docente e regime escolar adequados à finalidade a qual se intencionava, a partir da verificação realizada pelo próprio Senac (BRASIL, 1946-A).

QUADRO 11 – SÍNTESE DO QUADRO A QUE SE REFERE O ARTIGO 577, DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO.

	CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO³²	CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO
1º Grupo	Comércio Atacadista	Empregados no Comércio
2º Grupo	Comércio Varejista (Atividades ou Categorias Econômicas)	Categorias Profissionais
3º Grupo	Agentes Autônomos do Comércio (Atividades ou Categorias Econômicas)	Empregados de Agentes Autônomos do Comércio (Categorias Profissionais)
4º Grupo	Comércio Armazenador (Atividade ou Categorias Econômicas)	Trabalhadores no Comércio Armazenador (Categorias Profissionais)
5º Grupo	Empregados em Hospitalidade (Atividades ou Categorias Econômicas)	Empregados em Turismo e Hospitalidade (Categorias Profissionais)

Fonte: Elaborado com base no Quadro de Atividades e Profissões, anexo ao Art. 577, da Consolidação das Leis do Trabalho, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943.

A organização do Senac, de acordo com a Portaria nº 1, de 13 de maio de 1946, abrangia Órgãos da Administração Nacional (AN) e Departamento Nacional (DN). O primeiro compreendia o Conselho Nacional (CN), órgão de deliberação coletiva com o encargo do planejamento geral e ação do Senac e o segundo, o Departamento Nacional (DN), órgão que subsidiava e executava as Resoluções emanadas do Conselho Nacional, com as funções de orientar, coordenar e controlar o ensino ofertado pelo Senac (MEC, 1946, p. 449).

³² Para formar uma Confederação é necessário que haja três Federações de uma mesma categoria econômica ou profissional. E uma Federação é composta por um conjunto de, no mínimo, cinco sindicatos (artigos 534 e 535 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, art. CLT).

O segundo, Decreto-Lei nº 8.622/1946, dispunha sobre a aprendizagem dos comerciários e estabelecia deveres dos empregadores e dos trabalhadores menores de idade. Os estabelecimentos do comércio que apresentassem um quadro superior a nove empregados eram obrigados a contratar esses menores como praticantes e matriculá-los nas escolas do Senac. Para serem admitidos como praticantes nesses estabelecimentos, teriam preferência aqueles que fossem estudantes de curso comercial de formação, tivessem iniciado cursos no Senac e fossem filhos, órfãos, tutelados ou irmãos dos empregados (BRASIL, 1946).

Em complemento a esses requisitos, era necessário que apresentassem quatorze anos de idade, ensino primário concluído ou conhecimentos mínimos essenciais à formação profissional e aptidão física e mental averiguada por meio de processo de seleção profissional. Ainda deveriam estar devidamente protegidos contra a varíola e sem problemas de saúde. Os candidatos não aceitos nessa seleção receberiam orientação profissional para que ingressassem em atividades que se adequassem às qualidades e aptidões demonstradas.

As atividades desenvolvidas, pelo Senac, aos praticantes abrangiam o estudo de disciplinas gerais, de práticas educativas, de disciplinas técnicas e de prática de operações necessárias ao setor de comércio (BRASIL, 1946), atendendo às categorias de cursos definidas pelo Decreto-Lei nº 6.141/1943 referente à Lei Orgânica do Ensino Comercial.

Com a promulgação do Decreto-Lei que criou a Instituição, havia a necessidade de instituir condições mínimas para o funcionamento em todas as regiões do país, uma vez que se tratava de uma proposta nova para se trabalhar com o ensino comercial. Para tanto, estabeleceu-se um Departamento Nacional, localizado na cidade de São Paulo, nove Delegacias e sete Departamentos Regionais distribuídos pelo restante do país³³.

O Senac era considerado Delegacia, quando o Estado não possuía Federação do Comércio, como aconteceu em Amazonas, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Paraná, Piauí, Santa Catarina e Sergipe. Em locais que possuíam Federações do Comércio, como Distrito Federal, Minas Gerais, Rio de Janeiro/Espírito Santo³⁴, Bahia, Rio Grande do Sul, São Paulo e o chamado Nordeste Oriental³⁵, composto pelos Estados do Rio Grande do Norte,

³³ Início das atividades do Senac nos Estados: Acre (1977), Alagoas (1946), Amapá (1974), Amazonas (1947), Bahia (1947), Ceará (1946), Distrito Federal (1967), Espírito Santo (1947), Goiás (1947), Maranhão (1947), Mato Grosso (1947), Mato Grosso do Sul (1980), Minas Gerais (1948), Pará (1947), Paraíba (1946), Paraná (1947), Pernambuco (1946), Piauí (1947), Rio de Janeiro (1946**), Rio Grande do Norte (1946), Rio Grande do Sul (1946), Rondônia (1977), Roraima (1999), Santa Catarina (1947), São Paulo (1946), Sergipe (1947) e Tocantins (1997).

³⁴ Os Estados de Rio de Janeiro e Espírito Santo permaneceram com um único Departamento Regional até janeiro de 1949. (SENAC/Departamento Nacional, 2006, p. 14).

³⁵ O Departamento Regional do Nordeste Oriental foi criado em 1946. A sede localizava-se em Recife e tinha como base territorial os estados de Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Posteriormente,

Pernambuco, Paraíba, Alagoas e Ceará, o Senac era considerado Departamento Regional (SENAC/Departamento Nacional, 2006, p. 14).

Mas para que a instituição, de fato, iniciasse às atividades de ensino comercial nos Estados, foi necessário estabelecer acordos de cooperação com escolas do mesmo ramo de ensino, conforme legislação.

O "SENAC" deverá também colaborar na obra de difusão e aperfeiçoamento do ensino comercial de formação e do ensino imediato que com ele se relacionar diretamente, para o que promoverá os acordos necessários, especialmente com estabelecimentos de ensino comercial reconhecidos pelo Governo Federal, exigindo sempre, em troca do auxílio financeiro que der, melhoria do aparelhamento escolar e determinado número de matrículas gratuitas para comerciários, seus filhos, ou estudantes a que provadamente faltarem os recursos necessários. (BRASIL, 1946, art. 3º).

Nos acordos de cooperação, as escolas precisavam oferecer infraestrutura necessária para o funcionamento dos cursos. O Senac, nesse contexto, seria responsável pelo programa, pelo acompanhamento pedagógico, pelo subsídio financeiro e pela fiscalização (SENAC/Departamento Nacional, 2006, p. 14).

No Paraná, o Senac foi fundado como Delegacia Regional, em 7 de julho de 1947. Meses antes, o Sr. Manoel Francisco Lopes Meirelles³⁶, representante da Administração Nacional do Senac, visitou Curitiba para verificar as possibilidades de instalar uma sede da instituição na cidade. Nessa ocasião, concedeu uma entrevista ao Jornal Diário do Paraná, em que relatou o processo de criação da instituição e a perspectiva de instalação no Paraná.

O Senac – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - criado pelo Decreto-Lei nº 8.621, de 10 de janeiro de 1946, é esclareceu-nos o Sr. Lopes Meirelles, uma instituição educacional e que se destina a ministrar aos empregados no comércio e seus filhos menores, instrução inteiramente gratuita. O mesmo decreto do Governo Federal, deu, poderes para organizar e dirigir no país, o mencionado Serviço à Confederação Nacional do Comércio, com a mais alta entidade da classe no Brasil. É formado pela administração no Rio de Janeiro e integrado pelo Conselho Nacional com representantes de todo o país e que tem como presidente o Snr. Dr. João Daudt d'Oliveira, presidente da Confederação e da Associação Comercial da Capital da República. A dirigir o Departamento Nacional está o professor Lafayette Belfort Garcia e os professores Francisco da Gama Lima Filho, Th. Rothier Duarte e A. Porto Motinho, todos, expressões do magistério nacional, que pelos trabalhos publicados, quer pela longa prática de ensino comercial que cada um possui. Vários Estados possuem Conselhos e Administrações Regionais e outras Delegacias

na mesma década, esses estados instalaram seus Departamentos Regionais próprios. (SENAC/Departamento Nacional, 2006, p. 14).

³⁶ Manoel Francisco Lopes Meirelles nasceu em Bagé, no Estado do Rio Grande do Sul, estudou Ciências Econômicas na Faculdade de Ciências políticas e Econômicas de porto Alegre, além dos cursos de Geografia, História e Apologética que lhe proporcionaram uma formação humanista intensamente voltada para os problemas sociais. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=acrjrevistas&pagfis=6867>. Acesso em 26 set. 2017.

Estaduais, estando neste último caso, o progressista Estado do Paraná. [...] Como enviado especial da Administração Nacional do Senac, verificarei as possibilidades de instalar nesta linda e simpática cidade de Curitiba, a Delegacia Regional, procurando da mesma forma, estudar a instalação imediata de um curso para funcionamento no próximo mês de abril e que, em horário acessível, possam frequentá-lo todos os comerciários. Para isso, terei a satisfação de entrevistar-me com os ilustrados diretores dos estabelecimentos de Ensino Comercial, aos quais sou especial recomendado e pelo que me foi dado observar, antevejo mesmo, o sucesso desta iniciativa (JORNAL DIÁRIO DO PARANÁ, 19/03/1947, p. 06).

O mesmo jornal noticiou, dias após, que o Sr. Manoel Francisco Lopes Meirelles visitou instituições de ensino comercial de Curitiba e estabeleceu acordo com as Escolas Técnicas de Comércio de Plácido e Silva e Remington do Paraná, localizadas em Curitiba. A partir desse momento, essas instituições iriam ministrar os cursos Prático de Comércio (Balconista) e Prático de Escritório, respectivamente. Ambos os cursos seriam realizados no período de abril a agosto de 1947, com duração de quatro meses (JORNAL DIÁRIO DO PARANÁ, 25/03/1947, p. 3). O curso Balconista teve 28 alunos matriculados, sendo que 8 frequentaram e foram aprovados e os 20 restantes desistiram. Já no curso Prático de Escritório houve um total de 58 alunos matriculados, dos quais 24 frequentaram e foram aprovados e 34 desistiram³⁷, o que representa 58,6% da quantidade total de alunos (SENAC/PR, 1947, p. 3-4).

Enquanto a Delegacia Estadual do Senac não era inaugurada, outros acordos semelhantes foram assinados, nas cidades de Ponta Grossa e Irati. Além disso, o Sr. Epaminondas Santos³⁸, presidente da Associação Comercial do Paraná, representou temporariamente o Senac na capital paranaense (JORNAL DIÁRIO DO PARANÁ, 25/03/1947, p. 3). A solenidade de inauguração da Delegacia Estadual do Senac, no Paraná, se deu no Salão Nobre da Associação Comercial do Paraná e contou com a presença de representantes da sociedade civil, militares e eclesiásticos³⁹.

³⁷ Não constam no Relatório Anual de 1947 os motivos que ocasionaram a desistência dos alunos.

³⁸ Presidente da Rádio Club, em Curitiba. Fundador da empresa Cerâmica Campo Largo e do Haras Palmital, presidente do Curitiba Foot Ball Clube, em 1919, tesoureiro do Clube Curitibano, membro do Conselho do Estado do Paraná e Presidente da Junta Comercial do Paraná.

Disponível em: <http://acpr.com.br/institucional/historia/>. Acesso em: 25 mai. 2016.

³⁹ A cerimônia de inauguração contou com a presença dos representantes do Governador do Estado; Moisés Lupion, João Chede, Presidente da Assembleia Estadual Constituinte; Arcebispo Metropolitano Dom Ático – Euzébio da Rocha; General Comandante da 5ª Região Militar; Secretários do Interior e Justiça; da Agricultura, Indústria e Comércio; da Educação; da Fazenda; Saúde e Assistência Social; do Prefeito Municipal e dos senhores delegados do IAPI - Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários e Senai. Participaram ainda o Delegado Regional do Trabalho, Presidente da Associação Comercial do Paraná; dos Sindicatos Patronais e de Empregados no Comércio; diretores de Estabelecimentos de Ensino, professores, alunos e membros que assumiriam o Conselho Consultivo do Senac. (ATA DO CONSELHO CONSULTIVO, 1947, p. 1).

FIGURA 5 – DISCURSO INAUGURAL DA DELEGACIA REGIONAL DO SENAC NO PARANÁ (07/07/1947).



Sr. Manoel Francisco Lopes Meirelles, em pé, representante da Administração Nacional do Senac, fazendo o discurso de inauguração da Delegacia Regional do Senac, no Paraná⁴⁰.

Fonte: Acervo do Senac/PR (álbum 1947 49 50 51 52 53).

No discurso de inauguração (FIGURA 5), o Sr. Manoel Francisco Lopes Meirelles, representante da Administração Nacional do Senac, expôs as finalidades e objetivos da Instituição, em relação à elevação cultural dos comerciários e ao programa destinado ao Estado do Paraná. Após, declarou em nome do Sr. João Daudt d'Oliveira, Presidente do Conselho Nacional do Senac, oficialmente instalada a Delegacia Regional, deu posse aos integrantes do respectivo Conselho Consultivo⁴¹ no Paraná e ao Sr. René Marumbi de Paula, indicado para Delegado Estadual (SENAC/PR, Ata do Conselho Consultivo, 1947, p. 2).

⁴⁰ Os demais componentes da mesa não foram identificados nos documentos oficiais do Senac/PR.

⁴¹ Os indicados para comporem o Conselho Consultivo da Delegacia Estadual do Senac, no Paraná, em 1947 foram: Theogenes Carli, Arnaldo Azevedo, Camillo Stellfeld, Carlos Sternberg Valle, Hasdrubal Bellegaard, Rubens Requião, Lauro Eduardo Werneck, Epaminondas Santos, Antônio Fruet e Francisco Johnscher. Fonte: Relatório de Gestão do Senac/PR, 1947, p. 10. Camillo Stellfeld foi sócio da Drograria Stellfeld, que se localizava na Praça Tiradentes, 530, em Curitiba e um dos 175 sócios fundadores do Graciosa Country Club, de Curitiba, em 31 de outubro de 1927. Disponíveis em: http://memoria.bn.br/pdf/093718/per093718/per0937181941_05638.pdf e <http://www.graciosa.com.br/sobre/fundadores>. Acessos em 24 mai. 2016. Carlos Sternberg Valle foi o primeiro Presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Paraná (CRCPR), Inspetor Federal de Ensino Comercial. Além de perito contador, era jornalista, tendo atuado no jornal Gazeta do Povo, foi presidente da Ordem dos Contadores e fez parte do Sindicato dos Contabilistas do Paraná. Disponível em: http://www.crcpr.org.br/new/content/publicacao/folha/folha19/centro_academico.htm. Acesso em 24 mai. 2016.

No Paraná, a Presidência do Conselho Consultivo, da Delegacia Estadual do Senac, ficou a cargo do Sr. Anacleto Theogenes Carli, presidente da primeira diretoria do Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Resseguros, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Paraná e Mato Grosso do Sul (Sindseg PR/MS), no período de 1953 a 1955⁴². O vice-presidente indicado, Sr. Arnaldo Azevedo, também exerceu cargo de presidente no Sindicato dos Lojistas do Comércio e do Comércio Varejista de Gêneros Alimentícios no Estado do Paraná.

Depois de superadas as primeiras dificuldades encontradas na cidade de Curitiba para localizar um espaço, o Senac instalou-se em 19 de julho, no Edifício João Prosdócimo, situado à Rua Saldanha Marinho, 131, praça Tiradentes, a primeira sede da Escola, com um quadro de pessoal composto por três funcionários, sendo um Delegado, um secretário e um mensageiro (SENAC/PR, 1947, p. 1).

A Delegacia Estadual, no Paraná instalada definitivamente no moderno Edifício Prosdócimo, em Curitiba, pretende levar a efeito o vasto programa elaborado pelo Departamento Nacional e, pelo entusiasmo e otimismo verificado entre os comerciantes e comerciários da terra dos pinheirais, é de esperar um grande desenvolvimento no ensino ministrado, pois o interesse verificado demonstra a compreensão e o apoio do comércio para com a instituição por que é responsável: o Senac (REVISTA DO COMÉRCIO, 1947, p. 64).

A imprensa destacava permanentemente as ações do Senac tanto em âmbito nacional como local. Pode-se afirmar que essa repercussão que a escola de ensino comercial apresentou nos primeiros anos de sua criação, em todo o país, decorria da participação da classe empresarial, que colocava em prática os acordos estabelecidos na Carta Econômica de

Hasdrubal Bellegard foi agrônomo, perito contador, bacharel em Ciências Contábeis e Ciências Econômicas. Trabalhou como Diretor do Departamento Econômico da Federação das Indústrias do Paraná e como Presidente da Distribuidora Cummis Diesel do Paraná. Disponível em: <http://www.ctahasdrubalbellegard.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=12>. Acesso em 25 mai. 2016. Rubens Requião foi advogado, professor catedrático de Direito Comercial da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, Patrono da Cadeira nº36, da Academia Paranaense de Letras Jurídicas, consultor jurídico e Diretor da Associação Comercial do Paraná. Disponíveis em: <http://www.aplj.com.br/cadeiras/> e <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=acrjrevistas&pagfis=47243&pesq=>. Acessos em 26 mai 2016. Lauro Eduardo Werneck formou-se em Ciências Econômicas, foi professor da Faculdade de Direito de Ponta Grossa e da Faculdade de Direito de Maringá. Disponível em: http://www.ppe.uem.br/dissertacoes/2006-Osmar_Oliveira.pdf. Acesso em: 25 mai. 2016. Antônio Fruet foi diretor da Associação Comercial do Paraná. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=ACRJRevistas&PagFis=47243&Pesq=>. Acesso em 25 mai. 2016. Francisco Johnscher fez parte do Conselho Fiscal, da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis. Em Curitiba, foi dono do Hotel Moderno, que se localizava na Rua XV de Novembro e do Hotel Johnsher, à Rua Barão do Rio Branco. Disponível em: <http://insightnet.com.br/Livros/hotelaria/Livro%20ABIHL.pdf>. Acesso em 25 mai. 2016.

⁴²Disponível em: <http://www.segfoco.com.br/palavra-chave/anacleto-theogenes-carli/> Acesso em 24 mai. 2016.

Teresópolis e na Carta da Paz Social, que previa ações de qualificação profissional para os trabalhadores do comércio.

No primeiro ano de atividades no Paraná, o Senac atuou não apenas na capital, mas em outras localidades do Estado, como Ponta Grossa, Londrina, Jacarezinho, Castro, Irati e Paranaguá, em decorrência dos acordos de cooperação que estabeleciam com instituições de ensino comercial dessas regiões. Os primeiros cursos solicitados partiram do Sindicato dos Lojistas do Comércio e do Comércio Varejista de Gêneros Alimentícios do Estado do Paraná, mediante acordos para a realização na capital e no município de São Mateus do Sul (SENAC/PR, Relatório, 1947).

Outra ação iniciada no ano de inauguração e que perdurou ainda em 1961 foi a concessão de bolsas de estudo (Figura 7) aos alunos dos cursos comerciais de formação, que apresentassem melhor desempenho escolar no primeiro semestre e durante o ano do curso que frequentavam. Essas bolsas de estudos possibilitavam que alunos sem condições financeiras para custear cursos, tivessem a oportunidade de qualificar-se para atuar no segmento do comércio. Para cada bolsa de estudos concedida, era designado um patrono, representado por alguém que possuía ligações com o comércio e fosse falecido.

FIGURA 6 - SOLENIDADE DE ENTREGA DAS BOLSAS DE ESTUDOS, NA ESCOLA TÉCNICA COMERCIAL REMINGTON DO PARANÁ, EM CURITIBA, 08/12/1947.



Fonte: Acervo Senac/PR (álbum 1947 49 50 51 52 53).

Entre 1947 a 1961, foram distribuídas mais de 800 bolsas entre as Escolas Técnicas do Comércio, de Curitiba, Paranaguá, Ponta Grossa, Irati, Castro, Jacarezinho e Londrina. As solenidades de entrega dessas bolsas de estudos eram simples, mas expressivas, conforme constam nos Relatórios institucionais. Participavam os membros do Conselho Consultivo, do Departamento Regional, diretores dos estabelecimentos de ensino, profissionais da imprensa, bolsistas e assistentes.

Na Figura 6, é possível perceber que participaram da solenidade de entrega de bolsas de estudos, pessoas de ambos os sexos e diferentes idades. A concessão dessas bolsas de estudos estava prevista no Regulamento do Senac, instituído por meio da Portaria nº 1, de 13 de maio de 1946, que assegurava a doação de bolsas para prosseguimento de estudos, aperfeiçoamento ou especialização profissional a empregados no comércio que demonstrassem “excepcional valor”, como uma das finalidades da Instituição (SENAC, 1946).

Em 1948, o Senac, no Paraná, instalou-se na Av. João Pessoa, 103⁴³ e passou a apresentar uma estrutura administrativa composta por Delegado, Secretário, Secretário-Contabilista, Mensageiro e dois Professores. No edifício do Sindicato dos Empregados no Comércio (Figura 7), de Curitiba foi criado o que denominaram de Escritório-modelo, um local destinado à realização de cursos voltados às atividades de escritório, como Especialização para Contabilistas e Praticagem (Prático) em Serviços de Escritório. O programa do curso Especialização para Contabilistas foi dividido em três disciplinas: cultura técnica, prática de escrituração e parte especial.

FIGURA 7 - EDIFÍCIO DO SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO, ONDE FICAVA O ESCRITÓRIO-MODELO, EM CURITIBA (1948).



Fonte: Relatório Geral do Senac/PR (1951).

⁴³Atual Rua Luiz Xavier

Pode-se considerar que o escritório-modelo foi a primeira experiência do Senac, na estruturação de um espaço, no qual os alunos colocavam em prática o que aprendiam em sala de aula. O Senac ofertava cursos de Adaptação, Aprendizagem, Continuação ou Prático de Comércio e Especialização, conforme consta no Quadro 12. Os cursos de Adaptação e Especialização não possuíam uma subdivisão, como os demais. E todos eles exigiam para a efetivação da matrícula, que os candidatos não apresentassem doença contagiosa e estivessem devidamente vacinados contra a varíola.

QUADRO 12 – CARACTERÍSTICAS DOS CURSOS DO SENAC/PR

CURSOS	OBJETIVOS	TIPOS	DURAÇÃO	REQUISITOS PARA MATRÍCULA	
Adaptação (Cad)	Ministrar aos menores candidatos a empregos no comércio, os conhecimentos e a técnica indispensáveis às funções iniciais, além do preparo necessário ao ingresso no curso comercial básico.	Não há	4 a 10 meses	<ul style="list-style-type: none">- ter 13 anos e meio de idade, no máximo;- ter aptidão física e mental, verificada por processo de seleção, para a realização do curso;- não sofrer de moléstia contagiosa e ser vacinado contra a varíola;- possuir o curso primário.	
Aprendizagem (CA)	Eram ministrados aos praticantes do comércio (trabalhadores menos de 14 a 18 anos de idade).	Curso Elementar (Cce)	Variável conforme preparo do menor.	- saber ler e contar	<ul style="list-style-type: none">- ter 14 anos, no mínimo;- ter aptidão física e mental, verificada por processo de seleção;- não sofrer de moléstia contagiosa e ser vacinado contra varíola;- ter conhecimentos essenciais à matrícula no curso.
		Curso para Praticantes (Cap)	Extensão de 2 anos, com 4 períodos letivos*.	- saber ler, escrever e calcular suficiente mente	
		Curso de Preparação Funcional (Capf)			
Continuação (CC) ou Prático de Comércio	Eram ministrados a comerciários não sujeitos à aprendizagem, ou seja, adultos já empregados em casas comerciais, que não possuam curso algum e queiram adquirir noções práticas de atividades comerciais.	Curso Fundamental (Ccf)	Variável conforme o nível de preparo do comerciário.	- saber ler, escrever e contar.	<ul style="list-style-type: none">- ter 16 anos de idade, no mínimo;- ter aptidão física e mental verificada por processo de seleção;- não sofrer de moléstia contagiosa e ser vacinado contra varíola;- ter conhecimentos essenciais à matrícula no curso;- não estar matriculado em curso de aprendizagem no Senac;- ter carteira profissional ou documento que prove a sua identidade;- ser comerciário.
		Curso de Habilitação (Cch)	1 a 2 anos, com 2 a 4 períodos letivos.	-curso primário completo.	
		Curso Intensivo (Cci)	2 a 6 meses		

Especialização (CE)	Ampliar os conhecimentos adquiridos em um dos seguintes cursos regulares: Praticantes, Preparação Funcional, Habilitação ou Intensivo.	Não há	2 a 6 meses	<ul style="list-style-type: none"> - ter 16 anos de idade, no mínimo; - ter aptidão física e mental verificada por processo de seleção; - não sofrer de moléstia contagiosa e ser vacinado contra varíola; - ter concluído um dos seguintes cursos: Preparação Funcional, Praticantes, Habilitação ou Intensivo.
--------------------------------	--	--------	-------------	--

Fonte: Elaborado com base nas Diretrizes Gerais do Senac.

*Os períodos letivos tinham duração de quatro meses e iniciavam em 01/03 e 01/08, ficando os primeiros quinze dias de julho e dezembro para as provas de verificação da escolaridade.

Em setembro de 1949⁴⁴, o Senac, no Paraná, tornou-se Departamento Regional, uma vez que o Estado passou a ter uma Federação do Comércio. Com a alteração de Delegacia Estadual para Departamento Regional do Senac, o quadro do Conselho Consultivo foi alterado⁴⁵. A definição do presidente do Conselho Consultivo partia da escolha de um representante dentre todos os presidentes das federações sindicais dos grupos do comércio, tendo como preferência aquele que representasse a federação com maior contingente humano (BRASIL, 1946A).

No ano de 1950, deu-se continuidade à oferta, no escritório-modelo, dos cursos Especialização para Contabilistas e Prático de Escritório. Além do prosseguimento nos estabelecimentos de acordo de cooperação, com dezesseis escolas de ensino comercial, localizadas em Curitiba, Paranaguá, São José dos Pinhais, São Mateus do Sul, Irati e Campo Largo (SENAC/PR, 1950, p. 9). Ainda nesse ano, foram estruturados os cursos Datilografia, Fundamental, Esteno-Dactilografia, Classificadores e Café e Cereais.

Em 1951, o curso Especialização para Contabilistas, realizado no Escritório-modelo, passou por uma nova atualização em sua organização curricular, que o deixou mais complexo do que a anterior. Já o plano estabelecido para o curso de Prático de Escritório, compreendia a parte teórica e prática das disciplinas comércio, português, aritmética e mecanografia (SENAC/PR, 1951).

Em 1953, com a transformação do Senac em Departamento Regional houve a ampliação da oferta de cursos em municípios do Estado. Em decorrência dessa alteração, o organograma da instituição passou a apresentar uma divisão administrativa, uma divisão de

⁴⁴ O Relatório Anual do Senac/PR referente ao ano de 1949 não foi localizado no acervo documental da instituição.

⁴⁵ Assumiu a presidência, o Sr. Camillo Stelffeld, pelo Grupo do Comércio Varejista e como membros, o Sr. Anacleto Theógenes Carli, pelo Grupo do Comércio Atacadista, Sr. Altahir Barros, pelo Grupo de Agentes Autônomos, Sr. Francisco Johnscher, pelo Grupo de Turismo e Hospitalidade, Dr. Álvaro de Albuquerque, representante do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, Dr. Carlos Sternberg Valle, representante do Ministério da Educação e Saúde e Dr. René Marumbi de Paula, Diretor Geral, do Departamento Regional do Senac, no Paraná (RELATÓRIO DE GESTÃO, 1950, p. 15).

ensino e um escritório-modelo. A primeira compreendia um assistente técnico de administração, que também desempenhava as funções do Diretor Geral, um contabilista, um caixa, um datilógrafo-correspondente e um mensageiro. Já a segunda, abrangia um assistente técnico de ensino, um auxiliar técnico de ensino e um professor para o setor de Orientação Profissional, com quatro anos de estágio realizado no Departamento Nacional do Senac. Por fim, no escritório-modelo, havia dois professores e um zelador (SENAC/PR, 1953).

Em 1956, o Senac mudou-se para um prédio na Rua Treze de Maio, 450, em Curitiba. Esse local foi o primeiro na qual a instituição centralizou o funcionamento de todos os cursos e segundo consta no Relatório institucional do referido ano, “isto veio possibilitar, pela primeira vez, ao Senac, no Paraná, a oportunidade de entrosar melhor as atividades escolares com os objetivos primordiais da instituição, fazendo chegar até o corpo docente e discente uma assistência mais direta” (SENAC/PR, 1956, p. 8).

Foi também o ano de 1956 em que se deu início ao funcionamento dos cursos de Aprendizagem, previstos pelo Decreto nº 8.622/1946. Foram realizadas 12 turmas, com 30 matrículas iniciais, 92 evasões, 164 alunos aprovados e 48 reprovados. Os cursos eram distribuídos em três turnos, manhã, tarde e noite (SENAC/PR, 1956, p. 19).

O escritório-modelo antecedeu a criação das chamadas empresas-fictícias, em 1957. Nesses locais, com exceção das mercadorias e do dinheiro, todos os demais objetos eram reais. Ao todo foram instaladas sete empresas, com as seguintes denominações: Magazine Cairu Ltda., Peças e Acessórios para Automóveis Volante S/A, Produtos Farmacêuticos Dose Certa Ltda., Bazar Curitibano Ltda., Casa das Ferragens S/A, Banco Moeda Forte S/A e Indústria e Comércio “Mauá” S/A. As reuniões dessas empresas ocorriam uma vez por semana, no horário escolar (SENAC/PR, 1957).

Nos anos que seguiram, o Senac foi marcado pela continuidade dos acordos de cooperação firmados com escolas de ensino comercial, distribuídas no Estado, uma vez que o Senac, não possuía estrutura própria. Os cursos ministrados nesses locais eram Prático de Escritório e Datilografia, Curso Fundamental, Prático de Comércio (Balconista), Esteno-Dactilógrafo, Classificadores de Café e Cereais, Especialização para Contabilistas. Também houve um aumento no número de municípios paranaenses atendidos pela instituição, como Antonina, Imbituva, Lapa e União da Vitória.

Os relatórios institucionais frequentemente enalteciam os relacionamentos que o Senac mantinha com a classe comerciária do Paraná e com a imprensa, seja por intermédio da realização de cursos de ensino comercial, de solenidades e propagandas ou eventos esportivos.

Em 1959, o Senac mudou novamente de local de funcionamento. Dessa vez, ele passou a dividir espaço no mesmo edifício com o Sesc – Serviço Social do Comércio. Essa transferência, segundo consta no Relatório Geral (SENAC/PR, 1960, p. 4) tinha a possibilidade material de melhorar o desempenho das ações desenvolvidas pela Instituição.

Um fator de preocupação para os dirigentes do Senac, durante anos seguidos estava no grande número de evasão de alunos, mesmo considerando a entrega de Bolsas de Estudos. Em 1950, houve 1018 alunos, sendo 505 aprovados, 117 reprovados e 396 desistentes. Já em 1951, há 747 alunos, com 360 aprovados, 61 reprovados e 326 desistentes. A totalidade de desistentes nesses dois anos alcança aproximadamente 41% do total de alunos matriculados. Em 1952, o número de desistentes permanece significativo, com 422, o que representa 46% do total de alunos matriculados naquele ano. Para entender esse cenário é possível considerar que algumas escolas de ensino comercial, parceiras do Senac, poderiam ser de difícil acesso aos alunos, uma vez que nesse período, as cidades estavam em processo de urbanização. Além disso, a Instituição não possuía uma estrutura física exclusiva que favorecesse a realização das atividades num único local (SENAC/PR, 1950; 1951 e 1952).

De acordo com o que consta nos Relatórios institucionais as causas da evasão estão relacionadas à gratuidade dos cursos, que num primeiro momento serviam como um atrativo, mas que desistiam por falta de compromisso, localização, ausência de energia elétrica na região, especialmente quando os cursos eram noturnos. Há ainda razões que justificam como a saída do emprego em que estava trabalhando ou mudança de domicílio. O fato é que não há registro sobre uma análise mais aprofundada sobre as causas da evasão, ou seja, se os alunos desistiam por motivações externas ou mesmo da qualidade dos cursos ofertados.

O Departamento Regional do Senac no Paraná estabeleceu ações de incentivo ao ensino comercial. Essas ações previam o emprego do sistema dos cursos em cooperação, com escolas técnicas do comércio ou grupos escolares, a realização de Torneio Cultural entre as escolas de comércio; o surgimento de novas escolas técnicas de comércio, especialmente em municípios que possuíam infraestrutura; a criação de gabinetes de merceologia, nas escolas técnicas que possuíam condições, auxílio para a melhoria das bibliotecas escolares, concurso de teses e monografias entre alunos de escolas de ensino comercial e o funcionamento mediante acordo de cooperação com faculdades de ciências econômicas de Curitiba, do curso de Pós-graduação ou extensão universitária em Administração de Empresas (SENAC/PR, 1956, p. 24-25).

Até 1961, o Departamento Regional do Senac no Paraná atendeu dezenas de municípios do interior do Estado por meio da realização dos cursos como Prática de Comércio

(Balconista), Prática de Escritório, Classificadores de Café e Cerais, entre outros. São eles: Andirá, Antonina, Apucarana, Arapongas, Assaí, Cambará, Cambé, Campo Largo, Castro, Cornélio Procópio, Imbituva, Irati, Jacarezinho, Jaguariaíva, Lapa, Londrina, Maringá, Palmeira, Paranaguá, Ponta Grossa, Prudentópolis, Rio Negro, Rolândia, São José dos Pinhais, São Mateus do Sul e União da Vitória.

Desde sua criação, a Delegacia Estadual do Senac e depois a Administração Regional do Senac, no Estado do Paraná manteve estreito relacionamento com a classe patronal do comércio e os comerciários. Em decorrência de limitações em relação aos espaços, estabeleceu diversos acordos de cooperação com escolas técnicas de ensino comercial ou grupos escolares, distribuídas pelo Estado, pois dessa forma, poderia desenvolver cursos, de acordo com o previsto nos Decretos nº 8.621 e 8.622/1946 que regiam o funcionamento da instituição.

Com base nas fontes, este capítulo analisou o percurso percorrido pelo ensino comercial no Brasil, desde o início do século XX, quando esse ramo de ensino foi oficializado pelo governo, passando por duas reformas educacionais promovidas nas décadas de 1930 e 1940, respectivamente, até a criação do Senac, em 1946 e sua instalação no Paraná, em 1947. Verificou-se que o ensino comercial surgiu, a partir do interesse da iniciativa privada, que constatou a necessidade de contratar pessoas capacitadas para atuarem em estabelecimentos comerciais. Somente após esse movimento, que o governo passou a administrar as atividades do ensino comercial no país.

2. IMAGENS DO ENSINO COMERCIAL: O ACERVO FOTOGRÁFICO DO SENAC/PR

2.1 A FOTOGRAFIA COMO FONTE HISTÓRICA

Quem nunca parou diante de uma fotografia antiga, fitou-a e tentou reconstituir como era a vida ou o lugar na imagem retratada? Quem eram as pessoas, como viviam e o que faziam? Quem nunca foi seduzido por uma imagem? As imagens fotográficas possuem essa característica ou fascínio de remeter, quem as observa, ao passado, independentemente de estabelecer ou não alguma relação mais próxima ou familiar com ela. E quando quem olha as fotografias é um historiador? O que ele vê? Como ele vê? É possível “ler” uma imagem fotográfica? Ela substitui ou equivale a um documento escrito? Pois bem...

A imagem fotográfica, antes de ser abordada pela História, já fazia parte do contexto de outras áreas do conhecimento como a Sociologia e a Antropologia, por exemplo. A sua utilização no campo da História surgiu de forma mais significativa com a terceira geração da *Escola dos Annales* (BURKE, 2010), na metade do século XX, quando historiadores propuseram uma reflexão a partir de novos problemas, abordagens e objetos. A historiografia francesa, juntamente com outras escolas historiográficas, ampliou as possibilidades de análise, e contribuiu para a valorização de documentos. A expansão trazida pelos *Annales* exigiu que o historiador se tornasse um profissional com atuação igualmente diversificada e complexa, com o desenvolvimento de outras habilidades, na medida em que seria necessário realizar pesquisas mais aprofundadas abordando diferentes possibilidades.

Com tal ampliação, o conceito de documento/monumento ressignificou-se no âmbito da operação historiográfica (CERTEAU, 2006). Para Jacques Le Goff (1990, p. 535), todo documento pode ser considerado monumento, pois ele corresponde a tudo o que pode relacionar-se ao passado e tornar-se perpétuo, de forma voluntária ou involuntária, como uma herança do passado. Já o documento não se refere a algo que permanece no passado, mas um produto fabricado pela sociedade e que somente com a realização da análise desse documento, enquanto monumento, permite ao historiador o uso científico, com pleno conhecimento de causa (LE GOFF, 1990, p. 545).

O monumento é um sinal de passado. Caracteriza-se pela sua ligação ao poder de perpetuação das sociedades históricas e o reenvio a testemunhos principalmente não escritos. O documento se apresenta como prova histórica. O caráter objetivo do documento se opõe à intencionalidade do monumento. (CIAVATTA, 2012, p. 35).

Os historiadores Le Goff e Pierre Nora (1995) afirmaram que a imagem fotográfica é um documento que possui historicidade. E como documento, embora não tenha atingido plenamente esse *status* da forma como ocorreu com os documentos escritos e impressos (KOSSOY, 2001, p. 28), deve ser considerada em suas possibilidades de variação, em decorrência das condições de recepção e compreensão da imagem, de acordo com os pressupostos de Rouillé (2009, p. 27-28).

No livro “História e Memória”, Le Goff (1990), afirma que o uso da fotografia é de grande importância para a construção do conhecimento histórico, pois consiste em “provar” que algo aconteceu. Ela “revoluciona a memória; multiplica-a e democratiza-a, dá-lhe uma precisão e uma verdade visuais nunca antes atingida, permitindo assim, guardar a memória do tempo e da evolução cronológica” (LE GOFF, 1990, p. 466). De fato, a fotografia atesta e prova que algo aconteceu (CANABARRO, 2005, p. 27), porém, não significa que se refere a um real indiscutível. Se assim fosse, a narrativa utilizada estaria baseada na naturalização dos acontecimentos históricos e na expressão da verdade sobre o passado.

Na imagem fotográfica, a representação de fatos e situações comuns, sem proeminência alguma, pode se tornar relevante, da mesma forma que acontecimentos importantes, podem apresentar um caráter mais corriqueiro. Essas condições dependem da forma como a cena é captada. Assim como ocorre nos textos escritos, no qual é possível informar apenas o que é interessante ou relevante, as imagens fotográficas possuem a mesma característica, ou seja, a cena a ser retratada pode apresentar composições esteticamente programadas. (KOSSOY, 2007, p. 105-106).

Em outras palavras, o que uma fotografia não mostra é tão importante quanto o que ela revela. Mais exatamente, existe uma relação – dada como inevitável, existencial, irresistível – do fora com o dentro, que faz com que toda fotografia se leia como portadora de uma “presença virtual”, como ligada consubstancialmente a algo que não está ali, sob nossos olhos, que foi afastado, mas que se assinala ali como excluído. O espaço *off*, não retido pelo recorte, ao mesmo tempo que ausente do campo da representação, nem por isso deixa de estar sempre marcado originariamente por sua relação de contigüidade com o espaço inscrito no quadro: sabe-se que esse ausente está presente, mas fora-de-campo, sabe-se que esteve ali momento da tomada, mas ao lado. (DUBOIS, 1993, p. 179-180).

Susan Sontag (2013) corrobora com Canabarro (2011) ao afirmar que as fotografias equivalem a uma constatação que determinado episódio verdadeiramente ocorreu. Segundo Sontag (2013), pode haver uma distorção na fotografia, mas independentemente desse fato, parte-se do pressuposto que a existência material da imagem fotográfica (papel revelado) e a comprovação da existência de determinada visualidade pela imagem existiu em determinada

época e assemelha-se ao que está representado na imagem. De forma geral, as fotografias trazem recortes do mundo, elas são miniaturas da realidade. (SONTAG, 2013).

As fotografias, segundo Barthes (2011, p. 91-92) não rememoram o passado, nem podem ser consideradas uma lembrança, sequer uma imaginação ou até mesmo a reconstituição de algo. Elas indicam que o fato existiu (*isso foi*), ou seja, é suporte à recordação e ao real ao mesmo tempo. Assim como Barthes (2011), Sontag (2013), Canabarro (2011) e Kossoy (2001) também compartilham do entendimento que a imagem fotográfica resulta de um dado “real” e fornece um aspecto de testemunho do momento do registro fotográfico.

Por outro lado, François Soulages (2010) não contradiz a afirmação feita por Barthes (2011) de que a fotografia parte do real, mas transpõe esse entendimento ao questionar se é apenas o “real” que se posta em frente à câmera fotográfica. Segundo ele, a imagem fotográfica não capta a realidade de fato, pois há uma encenação. Logo, propôs substituir o “isso foi” (BARTHES, 2001), pelo “isto foi encenado” (SOULAGES, 2010).

[...] Diante de uma foto, só poderemos dizer: “isto foi encenado”, afirmando, dessa maneira, que a cena foi encenada e representada diante da máquina e do fotógrafo; que não é o reflexo nem a prova do real; isto se deixou enganar: nós fomos enganados. Ao termos uma necessidade tão grande de acreditar, caímos na ilusão: a ilusão de que havia uma prova graças à fotografia...” (SOULAGES, 2010, p. 26).

A transição do “isso foi”, ou seja, do entendimento de que a imagem fotográfica corresponde exatamente ao real, para o “isto foi encenado”, no qual possibilita compreender que a imagem retratada pode ser contraposta, é o engano. “Todo mundo se engana ou pode ser enganado em fotografia – o fotografado, o fotógrafo e aquele que olha a fotografia. [...]. Diante de qualquer foto, somos enganados [...]” (SOULAGES, 2010, p. 75), porque a tendência é acreditar na imagem fotográfica.

Marc Bloch (2001, p. 80), em seu livro “Apologia da História” afirmou que seria uma ilusão imaginar que para cada problema histórico houvesse um único tipo de documento correspondente. Nesse contexto, tudo o que pertence, depende, serve, exprime e demonstra as vontades, atividades e maneiras de ser do homem, pode ser considerado como testemunha da história (LE GOFF, 1990, p. 540). Para Reis (2008, p. 28),

os documentos não são [apenas] ofícios, cartas, atas, editais, textos explícitos sobre a intenção do sujeito, mas listas de preços, de salários, séries de certidões de batismo, óbito, casamento, nascimento, fontes notariais, contratos, testamentos, inventários.

A documentação massiva e involuntária torna-se prioritária em relação aos documentos voluntários e oficiais. Os documentos são arqueológicos, pictográficos, iconográficos, fotográficos, cinematográficos, numéricos, orais, enfim, de todo tipo. Todos os meios são tentados para se vencer as lacunas e silêncios das fontes, mesmo, e não sem risco, os considerados antiobjetivos.

Essa variedade de fontes possibilita o cruzamento de diferentes informações sobre o passado, bem como favorece múltiplas interpretações que enriquecem e preenchem as lacunas existentes na escrita da história. A imagem fotográfica, nessa perspectiva pode ser voluntária, quando há uma intencionalidade por trás do registro fotográfico, ou seja, tem-se o intuito de perpetuar a cena retratada, ou involuntária, quando ultrapassa as afirmações que constam nos documentos e permanecem à passagem do tempo (BLOCH, 2001). Essa involuntariedade refere-se ao registro de um momento específico sem a presunção de torná-lo um documento de caráter histórico. Roland Barthes (2011, P. 38), reforça a relevância das imagens fotográficas em relação aos demais documentos escritos, quando afirma que “como a fotografia é contingência pura e só pode ser isso (é sempre alguma coisa que é representada) – ao contrário do texto que, pela ação repentina de uma única palavra, pode fazer uma frase passar da descrição à reflexão”.

Barthes deixa clara a forma como uma única fotografia pode dar indícios sobre diversos aspectos representados na imagem. No entanto, para perceber tais vestígios, o historiador tem a tarefa de realizar uma análise mais ampla, e ao mesmo tempo detalhada e minuciosa. E apesar da imagem fotográfica ter essa característica, ainda é corriqueiro seu uso como mera ilustração de um documento escrito. Leite (2001, p. 26) também aborda o trabalho com textos escritos e imagens fotográficas e afirma que em muitos casos, não é estabelecido parâmetros para a utilização das fotografias, diferentemente do que ocorre com a documentação escrita. E quando as imagens fotográficas são subutilizadas, ou seja, servem apenas para destacar o texto, deixam de transparecer suas características próprias. Para reverter esse cenário, os historiadores devem considerar as fotografias como uma fonte em potencial, semelhante às demais que se encontram disponíveis na e para a pesquisa histórica.

Kossoy (2001) se remete a essa negação ou uso equivocado das imagens fotográficas nas pesquisas historiográficas, ao estabelecimento de uma estreita relação com as fontes escritas, como também às dificuldades encontradas pelos historiadores ao tratar de aspectos relacionados à própria realidade fotográfica. Mauad (2008, p. 35-36), por sua vez, afirma em seu livro “Poses e flagrantes” que alguns problemas identificados na utilização das fotografias nas pesquisas estão relacionados à análise dos elementos que a constituem como também ao

circuito social dessas imagens, que integra as ações de fotografar, apreciar e consumir fotografias.

Os historiadores devem perceber que as imagens fotográficas trazem indícios de um passado e devem apropriar-se delas, para potencializar a produção do conhecimento histórico no presente. Nesses termos, Canabarro (2011) afirma que não há relevância se o autor de determinada fotografia é renomado ou anônimo, pois ambos lançam um olhar diferente sobre a realidade, a partir das suas experiências e de seu desenvolvimento cultural. No entanto, se faz necessário que o fotógrafo possua uma competência mínima para manusear uma câmera fotográfica, de forma que produza uma imagem que favoreça a compreensão de seu conteúdo. (MAUAD, 2008, p. 38). Dessa forma, para “ler” uma imagem fotográfica é necessário compreender que ela apresenta vestígios dos elementos que a constituem, como o autor, o assunto, a tecnologia, o espaço e o tempo em que foi produzida (KOSSOY, 2001). Assim, o fotógrafo é o mediador existente entre o sujeito fotografado e a tecnologia utilizada.

Kossoy (2001) e Mauad (2008) afirmam que o significado da imagem representada no suporte de uma fotografia, dependerá de quem olha, a partir de regras culturais aceitas como válidas e que estejam institucionalizadas em âmbito social. Tal imagem subsidiará na compreensão do contexto em que foi produzida, uma vez que expressa valores, escolhas e referências. Além disso, ao ser materializada, possibilitará apropriar diferente contexto e momento histórico (ABDALA, 2013, p. 45). Logo, pode-se afirmar que por meio da imagem fotográfica é possível

ler com frequência relações pessoais, políticas, de poder, muitas vezes omitidas, relegadas e até mesmo negadas pelos indivíduos envolvidos. [Ela] permite também mostrar elementos que compõem a realidade vivenciada pelas pessoas retratadas e sua época, através dos trajes, posturas, expressão, cenários e ambientes registrados. (BONATO, 2003, p. 21).

Para tanto, é necessário que o historiador estabeleça um diálogo entre a imagem fotográfica e as demais fontes que trazem informações sobre o período retratado, de forma auxiliar no processo de análise dessas imagens. No entanto, esse diálogo, por vezes, apresenta-se truncado quando se trata da dificuldade encontrada pelo historiador. As imagens fotográficas não podem ser pensadas de forma isolada, pois são partes integrantes de determinadas circunstâncias, ou como afirmou Canabarro (2015, p. 101), são “fruto de todo um trabalho que as torna elementos representativos de questões e posições sociais, construídas ao longo do tempo”. De fato, as fotografias possibilitam a construção do conhecimento

histórico, quando ultrapassam a simples descrição da imagem e expressam não apenas os indivíduos, mas o cotidiano das pessoas.

Kossoy (2001, p. 32) aponta ainda que toda fotografia é resultado de uma criação que tem sua elaboração baseada nos aspectos técnicos, culturais, estéticos e ideológicos e para compreendê-la se faz necessário perceber a sua capacidade epistemológica enquanto representação e documento visual. Uma das condições para ler uma imagem fotográfica é conhecer, compreender ou ter vivido situações ou condições que estão representadas na fotografia, uma vez que o olhar está sempre voltado para a relação estabelecida entre quem a vê e a própria fotografia. Em razão disso, a imagem que se vê é sempre aquela desencadeada pela memória (LEITE, 2001, p. 145).

Um dia, já foi memória presente, próxima àqueles que as possuíam, as guardavam e colecionavam como relíquias, lembranças ou testemunhos. No processo de constante vir a ser, recuperam o seu caráter de presença, num novo lugar, num outro contexto e com uma função diferente. Da mesma forma que seus antigos donos, o historiador entra em contato com este presente/passado e investe nele sentido, um sentido diverso daqueles dados pelos contemporâneos da imagem, mas próprio da problemática a ser estudada. Aí reside a competência daquele que analisa as imagens do passado: no problema proposto e na construção do objeto de estudo. A imagem não fala por si só; é necessário que as perguntas sejam feitas (MAUAD, 2008, p. 41).

A imagem fotográfica tem sua produção caracterizada num espaço e tempo específicos, a partir de um mecanismo tecnológico utilizado pelo fotógrafo, com base na sua percepção de cultura, desenvolvimento de habilidades, no qual seleciona o assunto que compõe um determinado contexto. Ela se constitui numa representação à medida que parte da premissa da presença de um referente que participou diretamente do ato fotográfico. Para Kossoy (2001, p. 153) não há possibilidade de realizar uma avaliação sobre a relevância das imagens fotográficas, se não houver um esforço em conhecer e compreender o momento histórico na qual elas foram registradas.

O contexto histórico no qual as fotografias encontram-se colocadas é interpretado sempre no tempo presente daquele que as olha. Isso faz com que a análise crítica do conteúdo fotográfico seja influenciada pelo espaço e pelo tempo. Com base nisso, as representações de cada imagem estão baseadas em distintas interpretações. Para Kossoy (2007, p. 147-148), a fotografia possibilita aprender, recordar e criar novas realidades. A construção de realidades parte da interação entre as imagens técnicas, ou seja, aquelas que estão retratadas numa fotografia, com as imagens mentais de quem as observa, e é a fotografia que favorece o diálogo mudo, subliminar com o passado.

Desta forma, é relevante que o observador apresente um conhecimento histórico do instante na qual a imagem fotográfica foi produzida, pois essa imagem possibilita a visualização dos fatos ocorridos, mas não reúne em si o conhecimento do passado. Isso porque a fotografia para alcançar sua finalidade histórica, precisa ser subsidiada por documentos escritos, sejam eles de cunho oficial ou particular (KOSSOY, 2001, p. 78).

Se a foto julga-se um documento e quer ser apresentada como tal, as informações escritas são de primordial importância. Esta verdade elementar é frequentemente esquecida pelos que consideram que a fotografia basta-se em si mesma. Portanto, tais informações são indispensáveis em todos os casos, seja quando a imagem é utilizada num trabalho de pesquisa, seja para fins educativos, seja para denunciar uma situação a título de informação (KEIM, 1971 *apud* KOSSOY, 2001, p. 79).

Mas independentemente da finalidade da utilização das imagens fotográficas, elas somente serão úteis se forem interrogadas de forma correta (BURKE, 2004, p. 30). Quando isso ocorre, as fotografias tendem a evidenciar aspectos que não necessariamente estavam visíveis em outros tipos de documentos.

A interpretação das fotografias varia conforme quem as olha. Para Sontag (2013, p. 122) cada foto é apenas um fragmento, pois ela se altera a partir do contexto em que é analisada. E cada contexto sugere um uso diferente, no entanto, nenhuma pode assegurar seu significado. Isso denota que uma mesma fotografia pode ser observada por pesquisadores, porém, a forma como irão compreendê-las e interpretá-las dependerá do contexto na qual as imagens estão inseridas. Segundo Kossoy (2001), a imagem representada na fotografia tem significado quando se conhece e compreende os elos de ligação de fatos ausentes na imagem. Sendo assim, o entendimento de uma imagem fotográfica ocorre quando se tem conhecimento sobre o contexto na qual a fotografia foi produzida.

Como a fotografia aproxima-se de um dado “real”, pois cria a ilusão de comprovação de que algo de fato aconteceu, tende a ser considerada como uma representação da realidade ali apresentada. Porém, por não ser neutra, passa por diferentes interpretações. Sobre essa aproximação com o real, Dubois (1993), no livro “O ato fotográfico e outros ensaios”, propõe paradigmas distintos sobre a análise fotográfica. O primeiro considera a fotografia como espelho do real, ou seja, ela reflete exatamente o que foi registrado. O segundo traz a fotografia como transformação do real. Nesse caso, ela seria apenas uma impressão, um simples efeito. E o último, considera a fotografia como traço de um real, ou seja, nessa concepção, a fotografia apenas afirma a sua existência. Esses paradigmas vêm ao encontro do que outros historiadores afirmaram anteriormente, isto é, que a imagem fotográfica comprova

que algo aconteceu, e mesmo que ela esteja próxima do objeto no qual representa, permanecerá separado dele (DUBOIS, 1993, p. 93), elas não se fundem com o real.

E como não há essa fusão entre elas, Kossoy (1999, p. 47) estabelece duas realidades distintas em relação à fotografia, que denomina primeira e segunda realidades. A primeira está no passado, é fixa, imutável e irreversível e refere-se ao assunto no contexto de espaço e tempo. A segunda realidade refere-se ao registro criativo do assunto retratado. Assim como ocorre na primeira realidade, esta também é imutável e fixa, no entanto diferencia-se da outra, pois pode haver múltiplas interpretações.

Essa variedade de interpretações está diretamente relacionada às representações e tem como finalidade apresentar a primeira realidade, que corresponde ao momento no qual ocorreu o registro fotográfico e esse instante que a imagem fotografada, o referente, torna-se significativo.

O documento fotográfico não pode, portanto, ser compreendido independentemente do processo de construção da representação em que foi gerado. É neste mundo do documento fotográfico (segunda realidade, perene, eterna) que se confunde em nossas mentes como o fato passado (primeira realidade, isto é, o fato irreversível, volátil, efêmero) numa tensão perpétua, seja pela nossa lembrança e envolvimento com o objeto da representação, seja, ao contrário, pelo nosso desconhecimento do mesmo, seja principalmente, pelo nosso desejo, enquanto investigadores de, mediante o devido exame crítico, situarmos corretamente o documento, decifrarmos seu significado intrínseco, desvelarmos, enfim, a trama e o contexto no qual se acha enredado, de forma a produzirmos sentido e iluminarmos mais um micro aspecto do universo de lacunas que pontilham no firmamento da história (KOSSOY, 2007, p. 157-158).

Nesse contexto, a análise da imagem fotográfica tem a finalidade de interpretar o que está exposto, o que está visível, ou seja, a segunda realidade, mas também interpretar o que está oculto, a primeira realidade. Ao interpretar o que está visível e invisível numa imagem fotográfica, inevitavelmente as duas realidades serão confrontadas, uma vez que a percepção de quem as olha ultrapassa o limite dos documentos e chega às percepções que se tem dos aspectos sociais, culturais e econômicos de um determinado contexto histórico (KOSSOY, 2001, p. 115).

No esforço de interpretação das imagens fixas, acompanhadas ou não de textos, a leitura das mesmas se abre em leque para diferentes interpretações a partir daquilo que o receptor projeta de si, em função do seu repertório cultural, de sua situação socioeconômica, de seus preconceitos, de sua ideologia, razão por que as imagens sempre permitirão uma leitura plural.

Ela proporciona a realização de diferentes possibilidades de investigação, em decorrência das características que lhes são próprias. Uma dessas peculiaridades corresponde

ao fato de aproximar-se do real e permitir que seja interpretada, de acordo com a percepção e a visão de mundo de quem a observa. Essa característica da imagem fotográfica está diretamente relacionada à representação de um fato, que ocorreu, em determinado tempo e espaço, que nem sempre é passível de identificação.

As representações construídas sobre o mundo não só se colocam no lugar deste mundo, como fazem com que os homens percebam a realidade e pautem a sua existência. São matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coesiva, bem como explicativa do real. Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade (PESAVENTO, 2003, p.39).

A representação de mundo que cada sujeito constrói individualmente será refletida na forma como ele se relaciona com esse mundo e com os demais sujeitos, a partir de seus comportamentos e atitudes. Para Chartier (1990, p. 20), de onde também partem as reflexões de Pesavento (2003, p. 40), representar é estar presente no lugar de um ausente. Mas essa presença não é idêntica ao real, ao que está ausente, como se fosse uma espécie de reflexo, mas trata-se de uma construção feita a partir dele. Logo, as representações constituem-se na maneira como os “indivíduos e grupos dão sentido ao mundo que é o deles” (CHARTIER, 1990, p. 177).

2.2 O ÁLBUM COMO ARTEFATO HISTÓRICO

Há registros que os álbuns fotográficos surgiram pouco tempo depois da invenção da fotografia. Nesse início, eles eram constituídos por folhas soltas, arquivadas em armários e escrivaninhas (SILVA, 2008, p. 116). Walter Benjamin (1987, p. 97), no texto *Pequena História da Fotografia* afirma que o álbum fotográfico surgiu quando os chamados homens de negócio passaram a atuar profissionalmente como fotógrafos e estabeleceu com as pessoas uma relação de afetividade, pois estava muito relacionado ao âmbito familiar.

[Os álbuns fotográficos] podiam ser encontrados nos lugares mais glaciais da casa, em consoles ou guéridons, na sala de visitas – grandes volumes encadernados em couro, com horríveis fechos de metal, e as páginas com margens douradas, com a espessura de um dedo, nas quais pareciam figuras grotescamente vestidas ou cobertas de rendas: o tio Alexandre, e a tia Rika, Gertrudes quando pequena, papai no primeiro semestre da Faculdade e, para cúmulo da vergonha, nós mesmos, com uma fantasia alpina, cantando à tirolesa, agitando o chapéu contra neves pintadas, ou como um elegante marinheiro, de pés, pernas entrecruzadas em posição de descanso, como convinha, recostado num pilar polido BENJAMIN (1994, p. 97).

Em meados do século XIX, os álbuns fotográficos popularizaram-se e passaram a ser compostos em cadernos ilustrados com capas luxuosas (SILVA, 2008, p. 116; LIMA e CARVALHO, 1997, p. 19). Vasquez (2003, p. 40) e Fabris (2008, p. 42) concordavam que os álbuns fotográficos surgiram com a criação do cartão de visita. No entanto, divergiam no entendimento que tinham sobre esse artefato, pois, enquanto o primeiro percebia que o álbum fotográfico incitava o consumismo, uma vez que induzia às pessoas à compulsão de preenchê-lo o mais breve possível, Fabris (2008, p. 42), entendia o álbum fotográfico como uma forma de *status* social, devido à sua sofisticação “modelos com vidro para 20, 40, 50 e 100 imagens), até chegarem ao requinte dos álbuns sonoros (dotados de caixas de música)”.

Nesse período, a composição do álbum privado ou com viés familiar eram os mais comuns de serem encontrados (ROUILLÉ, 2009, p. 98). No entanto, com o passar do tempo, outros tipos de fotografias conquistaram espaço e começaram a compor os álbuns. Em decorrência disso, a montagem desses artefatos tornou-se corriqueira e deixou de ser exclusividade de poucos.

Segundo Silva (2008, p. 23) o álbum fotográfico pode ser considerado um arquivo para guardar e classificar imagens. Além disso, ele possui técnicas próprias, idealizadas espontaneamente com o passar do tempo. Nesse contexto, a existência de um álbum fotográfico se dá, ainda de acordo com Silva (2008), quando quatro condições são atendidas: a existência do sujeito representado nas imagens, o meio visual do registro, que nesse caso é a própria fotografia, a técnica de arquivo, que se constitui no álbum e por último a capacidade de contar histórias.

Como artefato histórico, o álbum fotográfico estabelece uma relação entre as imagens que o constitui, as legendas e a narrativa utilizada. Com isso, o responsável pela montagem do arquivo pode se expressar e conseqüentemente contribuir para a constituição de uma história. Da mesma forma, está o responsável pelo registro fotográfico que não necessariamente irá confeccionar o álbum, mas que de certa forma, também poderá convergir para um objeto que mistura o visível, ou seja, a própria imagem, com a legenda, que pode ser considerado como o enunciável. “O álbum é um tipo de documento que se caracteriza primordialmente pela sua completude e pela sua lógica organizacional” (ABDALA, 2013, p. 218). Logo, a disposição das imagens fotográficas que o compõem apresenta uma sequência e uma organização que transpõe sua finalidade.

Os álbuns não são todos iguais na organização nem completados por idênticas motivações, o que torna importante averiguar tanto os diferentes motivos de seus relatos quanto a variedade de arquivos e condições [...]. O arquivo é sempre uma maneira de guardar e hierarquizar que depende de quem organiza, como é natural, mas também do objeto que será arquivado e de sua tradição (SILVA, 2008, p. 41).

Todo álbum fotográfico subsidia a construção e preservação da memória de determinado grupo, seja familiar, escolar, político, entre outros. E como consequência, auxilia a construção de uma identidade individual ou coletiva, a partir das referências criadas pelas próprias imagens nele inseridas (LANGFORD, 2006; SILVA, 2008; ROSE, 2010 *apud* CRUZ, 2011, p. 141). No entanto, no momento em que os álbuns fotográficos deixam os espaços privados, as imagens passam a representar um momento ou uma época específica e a compor um conjunto passível de inúmeras interpretações (LEITE, 2001).

Os álbuns escolares, nesse contexto, são confeccionados pelas instituições educacionais como forma de construir uma história considerada oficial. As fotografias que compõem esses álbuns, geralmente são registradas por fotógrafos profissionais, que buscam destacar os momentos que estão mais alinhados à identidade da escola ou ao que ela tem interesse em divulgar e preservar. O fato é que os acontecimentos registrados são resultados do trabalho e da participação do corpo discente, docente e funcionários da instituição escolar, e todos estão repletos de significados afetivos e emocionais (SOUZA, 2001, p. 80).

Segundo Barros (2005, p. 117), no início do século XX, as fotografias escolares remetiam-se aos conteúdos curriculares e às práticas de ensino, como exposições de trabalhos manuais, oficinas, aulas de educação física, hasteamento da bandeira e formaturas. Mais tarde, outras temáticas fotográficas passaram a incorporar o acervo, como arquitetura escolar, corpo docente e cenas de salas de aula. Para Souza (2001, p. 79), os retratos escolares são homogêneos e uniformes, pois mesmo em épocas e instituições educacionais distintas, o enquadramento, a disposição formal, os ângulos, os planos e a focalização das imagens fotográficas apresentam semelhanças. Logo, a autora afirma que há uma relativa identidade e representação padronizada dessas imagens.

No universo de fotografias do ambiente escolar, àquelas que representam as classes de alunos são consideradas as mais comuns de serem encontradas nos acervos das instituições de ensino. A popularidade dessas e de outros tipos de fotografias escolares, tem uma relação direta com o valor social que a escola apresenta perante a sociedade, ou seja, “as imagens fotográficas, [...] dão visibilidade à educação, considerada como meio de alcançar uma sociedade moderna, científica e civilizada” (POSSAMAI, 2009, p. 162).

Essa visibilidade da educação e, conseqüentemente, da escola, ocorre porque a instituição escolar não é apenas uma produtora de imagens, mas, sim, responsável pela forma como influencia as pessoas na construção de uma visão de mundo. Segundo Meneses (2005, p. 34) a escola, assim como o museu, a administração pública e a comunicação de massa, entre outros é considerada uma instituição visual ou suporte institucional dos sistemas visuais de uma determinada sociedade. E para compreendê-la há a necessidade de considerar os aspectos técnicos, sociais e culturais que envolvem a produção, circulação e consumo das imagens visuais. A escola, enquanto instituição visual é possuidora do que Meneses (2005, p. 35) denominou de iconosfera, ou seja, um “conjunto de imagens-guia de um grupo social ou de uma sociedade num dado momento e com o qual ela interage”. Essas imagens apresentam modelos que passam a ditar os padrões e, portanto, tornam-se frequentes no âmbito escolar.

2.3 OS ÁLBUNS FOTOGRÁFICOS DO SENAC/PR

A seleção das imagens que compõem a presente dissertação de mestrado partiu de um levantamento realizado no acervo do Senac/PR, que abrangeu o período de 1947 a 1961. Tal acervo está organizado em sete álbuns fotográficos, que juntos totalizam 778 fotos. Os álbuns possuem o mesmo tamanho, formato, quantidade de páginas e todos estão identificados lateralmente com o ano que corresponde, à maior parte das fotografias organizadas no interior de cada um deles, pois foi possível encontrar além de imagens sem identificação, algumas com datas que divergem com o que consta no título dos álbuns. Como algumas fotografias exibiam vestígios de álbuns anteriores, não é possível afirmar que a organização desses artefatos analisados representa fidedignamente a mesma dos primeiros álbuns.

E como todo álbum fotográfico escolar também traz uma representação cultural, o fato de esses objetos históricos terem sido reorganizados, indica a possibilidade de ter havido uma descaracterização em relação aos álbuns originais. Isso pode significar que os critérios adotados anteriormente sejam diferentes dos utilizados no momento da reorganização do acervo. Nesse caso, perdeu-se a identidade, à medida que se adotou outra lógica de organização, ou seja, tornou-se mais arquivística, que historiográfica.

Da totalidade de imagens fotográficas, algumas apresentavam legendas que as identificavam, embora algumas não correspondessem à fotografia que estava relacionada ou ainda, que ao confrontar com os conteúdos dos Relatórios Gerais do Senac/PR, havia divergência de informações. Segundo a autora Sophie Van der Linden (2011, p. 120) que

realiza pesquisas em livros ilustrados, há três tipos diferentes de legendas, são eles: redundância, colaboração e disjunção. O primeiro (Figura 10) traz o texto e a legenda “para uma mesma narrativa, [ou seja] estão centradas em personagens, ações e acontecimentos rigorosamente idênticos” (LINDEN, 2011, p. 120).

A Figura 8 traz um exemplo de legenda do tipo redundância, com sobreposição parcial. A legenda registra “Entrega de certificados aos alunos que concluíram os cursos de Extensão para Contabilistas e Serviços de Escritório, em 1948”. Pode-se considerar ao analisar a imagem, que há evidências que se trata do recorte visual de uma cerimônia de entrega de certificados de conclusão de curso, pois é possível verificar no recorte fotográfico, que o certificado se encontra na mão esquerda do homem que está à direita na foto e, provavelmente, corresponde ao aluno, visto que há vestígios de decoração de flores em frente à mesa, situação muito comum nesse tipo de cerimônia.

FIGURA 8 - ENTREGA DE CERTIFICADOS AOS ALUNOS QUE CONCLUÍRAM OS CURSOS DE EXTENSÃO PARA CONTABILISTA E SERVIÇOS DE ESCRITÓRIO, EM 1948.



Fonte: Acervo do Senac/PR (álbum 1947 49 50 51 52 53)

O segundo tipo de legenda ocorre quando “[...] articulados, textos e imagens constroem um discurso único. Numa relação de colaboração, o sentido não está na imagem

nem no texto [ou seja], ele emerge da relação entre os dois” (LEIDEN, 2011, P. 121), como exemplificado na Figura 9.

A Figura 9 traz uma legenda que se refere ao tipo colaboração, uma vez que texto e imagem se complementam. O recorte fotográfico mostra aparentemente uma solenidade, pois há uma mesa retangular, longa, com a presença de seis homens sentados um ao lado do outro compondo uma possível mesa de autoridade. No entanto, considerando que não há decoração em frente à mesa, algo comum nas cerimônias de entrega de certificados, que o segundo homem que está sentado de baixo para cima da foto, segura um cigarro aceso na mão esquerda e, ainda, a existência de uma caixa de fósforos sobre a mesa, trata-se de um momento informal. A legenda traz como informação que a imagem fotográfica se refere à entrega de bolsas de estudos aos alunos carentes, pelo Sr. René Marumbi de Paula, Delegado Estadual do Senac, provavelmente o homem que está em pé, cumprimentando a provável beneficiária.

FIGURA 9 - ENTREGA DE BOLSAS DE ESTUDOS PELO SR. RENÉ MARUMBI DE PAULA, EM 1947.



Fonte: Acervo do Senac/PR (álbum 1947 49 50 51 52 53).

O terceiro e último tipo de legenda, corresponde à disjunção (Figura 10) e ocorre quando as possibilidades de interpretar texto e imagem ficam em aberto, ou seja, o leitor não é orientado para um sentido definido (LINDEN, 2011, p. 121).

A Figura 10 remete-se ao tipo de legenda disjunção. Ela traz a imagem de uma construção, que por suas características pode-se considerar que se refere a um prédio escolar. Provavelmente localiza-se num ponto distante ou afastado da região central da cidade, porque a rua aparenta ser de chão batido e ao redor não é possível observar outras construções sejam elas residenciais, comerciais ou públicas, como praças e igreja, por exemplo. Embora essa construção possa estar localizada no município de Apucarana, Paraná, onde o Senac também realizava cursos comerciais, a legenda ao conter apenas o nome da cidade, não condiz com a imagem retratada, situação que mostra a contradição existente entre elas.

Os álbuns fotográficos podem ser constituídos de forma preservar a memória de uma instituição educativa. No caso do Senac/PR observou-se, durante o trabalho de seleção das imagens, que não há registro de autoria das fotos. É possível considerar, nesse caso, que a produção dessas imagens estava voltada apenas ao atendimento de funções comuns da instituição escolar, como registrar as práticas desenvolvidas em sala de aula e laboratórios, no intuito, de documentar as atividades realizadas.

FIGURA 10 – APUCARANA (1950?)



Fonte: Acervo do Senac/PR (álbum 1947 49 50 51 52 53).

Algumas fotografias foram encontradas em álbuns com datas não correspondentes, duplicadas ou em álbuns distintos. Em relação ao suporte das imagens fotográficas do Senac/PR, identificou-se os formatos retangular e quadrado, representando o primeiro um total de 642 e o segundo, 136 fotografias. Dentre as imagens retangulares, 604 era do tipo horizontal e 38, vertical (LIMA e CARVALHO, 1997, p. 57). Embora a maior parte das fotografias seja retangular, não há uma uniformidade nos tamanhos. As fotografias no formato quadrado apresentavam o tamanho único. O Quadro 13 traz a classificação das fotografias por título do álbum, quantidade e formato da foto. O álbum com maior registro fotográfico se refere aos anos 1959 e 1960, com 286 imagens. Pode-se considerar que a quantidade de fotografias encontradas nesse álbum, esteja relacionada à existência de 129 imagens no formato quadrado, correspondendo, assim, a 45% do total de imagens contidas nesse artefato especificamente. E por apresentarem tamanho pequeno, foi possível armazenar, uma maior quantidade de imagens fotográficas.

QUADRO 13 – CLASSIFICAÇÃO DAS IMAGENS FOTOGRÁFICAS POR TÍTULO DO ÁLBUM, QUANTIDADE E FORMATO.

TÍTULO DO ÁLBUM ⁴⁶	QUANTIDADE DE FOTOGRAFIAS	FORMATO DA FOTO		
		RETANGULAR HORIZONTAL	RETANGULAR VERTICAL	QUADRADO
1947, 49, 50, 51, 52 e 53	70	65	5	0
1952 e 1953	82	81	0	1
1954 e 1955	28	26	0	2
1959 e 1960	286	146	11	129
1959, 1960 e 1961	147	133	10	4
1960 e 1961	153	141	12	0
1961 e 1962	12	12	0	0
TOTAL	778	604	38	136

Fonte: Elaborado com base nos álbuns fotográficos do Senac/PR.

⁴⁶ Os álbuns correspondentes aos anos de 1956 a 1958 não foram localizados na instituição.

2.4 AS TEMÁTICAS VISUAIS NO SENAC/PR

O corpus fotográfico do Senac/PR referente ao período de 1947 a 1961 possui mais de setecentas imagens que retratam as ações desenvolvidas pela instituição. Nesse universo, procurou-se estabelecer parâmetros para organizá-las e analisá-las. Para tanto, autoras como Miriam Moreira Leite (1993), Solange Ferraz de Lima e Vânia Carneiro de Carvalho (1997), e, ainda, Ana Maria Mauad (2008), orientaram sobre as possibilidades que se pode adotar para ler e categorizar as imagens fotográficas que compõem essa pesquisa.

Miriam Moreira Leite (1993, p. 160), ao trabalhar com álbuns de família, não propôs especificamente uma metodologia, no entanto indicou que a leitura de imagens fotográficas pode ser realizada por meio de metáforas qualitativas ou códigos binários, como marcas físicas, habitação, gestos, vestuários, entre outros. Lima e Carvalho (1997, p. 32), propõem como metodologias para a análise de imagens fotográficas, a utilização de descritores icônicos, formais e padrões temático-visuais. Nesse caso, os descritores icônicos registram os elementos figurativos e espaciais que compreendem aspectos da paisagem, como estruturas e funções arquiteturais, localização geográfica e temporal, discriminação dos elementos móveis, entre outros. Esses descritores constituem-se no que aparece na foto. Para as autoras “todos os elementos figurativos e espaciais controlados pelos descritores estão articulados a uma série de atributos formais, ou seja, à maneira como são apresentados nas imagens” (LIMA e CARVALHO, 1997, p. 50).

Os descritores formais, diferentemente dos descritores icônicos, não partem de vocabulários já constituídos, mas de uma análise formal, a partir da História da Arte. Tais descritores estão classificados em cinco categorias que abrangem: enquadramento, arranjo, articulação dos planos, efeitos e estrutura (LIMA e CARVALHO, 1997, p. 50). Nesse caso, os descritores formais correspondem à maneira como aparece na foto.

Em paralelo aos descritores icônicos e formais, Lima e Carvalho (1997, p. 57) estabeleceram os padrões temático-visuais, a partir da identificação e quantificação das variáveis de cada imagem fotográfica. Os padrões definidos por elas, não eram absolutos, nem generalistas a ponto de encaixarem-se em qualquer conjunto fotográfico, mas tinham como objetivo definir categorias que organizariam as recorrências identificadas nas imagens fotográficas.

A forma como se constituiu tal disposição vai ao encontro da proposta de Mauad (2008, p. 40) quando afirma que as fotografias podem ser organizadas em função de temáticas ou de agências de produção de imagens de caráter social, como a família, o Estado, a

imprensa e a publicidade. Em ambos os casos, a leitura das imagens deve partir da noção de espaço fotográfico, geográfico, de objetos, de figuração, das vivências, dos comportamentos e das representações sociais que as determinam e estruturam. Ainda de acordo com Mauad (2005, p. 147), o espaço fotográfico, compreende o recorte espacial delimitado pela fotografia, como ele se organiza, como está composto, a quem se vincula e quais são os recursos técnicos disponíveis. Já o espaço geográfico inclui o espaço físico representado na imagem fotográfica. Ele caracteriza-se pelos lugares, ano, propriedade da paisagem, todos contemplados no plano de conteúdo.

O espaço do objeto, nesse contexto, abrange em sua composição, o tema da fotografia, os objetos que foram retratados, as características das pessoas e da paisagem, o tamanho e o enquadramento (MAUAD, 2008, p. 45). No espaço da figuração, as pessoas que foram retratadas têm identificadas o gênero feminino ou masculino, adulto ou infantil, quais os gestos adotados, o tamanho, a nitidez e o enquadramento da imagem. Por último, na classificação proposta por Mauad (2008, p. 46) está o espaço da vivência, que compreende o tema da imagem fotográfica.

Mauad (2008, p. 44) propõe uma metodologia para análise de imagens fotográficas na qual utiliza fichas catalográficas. Tais fichas trazem elementos da forma do conteúdo e da forma de expressão, a partir das características das fotografias. Nas formas de conteúdo, a autora sugere a identificação dos seguintes itens: agência produtora, ano, local, temas, pessoas, objetos retratados, atributos das pessoas, atributo da paisagem, tempo retratado (dia/noite) e o número da foto. Assim como as formas de conteúdo, os elementos da forma da expressão também englobam agência produtora e ano. No entanto, além desses itens, há o tamanho e o formato da foto (em relação ao texto escrito, tipo de foto, enquadramento (sentido da foto, direção da foto, distribuição de planos e objeto central, arranjo e equilíbrio), nitidez (foco, impressão visual e iluminação), produtos (amador ou profissional) e número da foto.

Para a identificação e a organização do corpus fotográfico do Senac/PR, buscou-se seguir a metodologia proposta por Mauad (2008), embora sem a utilização das fichas catalográficas sugeridas pela autora. Num primeiro momento foi identificado um total de quinze temáticas diferentes, a partir das características de cada uma das imagens fotográficas. No entanto, as três amplas temáticas selecionadas para compor esta pesquisa, ou seja, arquitetura escolar, ritos de passagem e salas de aula não abarcam a totalidade de imagens que compõe o acervo fotográfico do Senac/PR, pois optou-se por considerar apenas àquelas que apresentam maior proximidade com os aspectos pedagógicos. Posteriormente, essas temáticas

foram reunidas em três categorias mais específicas, conforme consta no Quadro 14, a partir da similaridade existente entre elas.

Os padrões que foram estabelecidos não pretendem figurar como uma taxonomia absoluta, aplicável a qualquer conjunto iconográfico, ainda que contemporâneo aos álbuns, mas como um meio estritamente operacional na remontagem das imagens das quais os álbuns fotográficos, [...] dão suporte. Cada padrão comporta-se como um conjunto de imagens que encerra características próprias, colocando-o em oposição aos demais conjuntos. As oposições [...] não são necessariamente literais e nem produzem sentidos invariavelmente incompatíveis. Quando se pensa na articulação entre atributos formais e temáticos, não se deve ter em mente uma classificação rígida, mas sim um quadro de variáveis que aponta uma tendência (LIMA; CARVALHO, 1997, p. 57).

Essas variáveis permitem que uma ou mais imagens fotográficas possam estar presentes em diferentes temáticas ou categorias, visto que elas não são isoladas, ou seja, podem apresentar características que estão relacionadas a outros grupos.

QUADRO 14 – TEMÁTICAS DAS FOTOGRAFIAS DO ENSINO COMERCIAL

TEMÁTICAS	CATEGORIAS
Arquitetura Escolar	Edifícios Escolares
Ritos de Passagem	Formaturas
Salas de Aula	Gênero, Faixa etária e Corpo Docente (Capítulo 3)

A classificação do acervo fotográfico do Senac/PR e a definição por temáticas e categorias possibilitou compreender como se estabeleciam as relações humanas no âmbito da instituição, bem como eram as representações visuais que estavam presentes nos recortes fotográficos. Embora Barthes (2011, p. 2) tenha afirmado que a fotografia é inclassificável, ele orientou que a primeira providência para poder analisá-las é classificá-las e, posteriormente, realizar amostragens.

As divisões às quais ela é submetida são de fato ou empíricas (profissionais/objetos/retratos/nus), ou estéticas (realismo/pictorialismo), de qualquer modo exteriores ao objeto, sem relação com sua essência, que só pode ser (caso exista) o Novo de que ela foi o advento, pois essas classificações poderiam muito bem aplicar-se a outras formas, antigas, de representação (BARTHES, 2011, p. 2).

O autor entende, com isso, que não é possível categorizar as imagens fotográficas. Já Leite (1993, p. 73) afirma que as categorias representam momentos que são retratáveis na

vida de um determinado grupo social. E para realizar essa categorização é necessário identificar similaridades existentes no conteúdo que elas trazem de forma aproximá-las. Essa similaridade pode desencadear a identificação de tipologias distintas.

2.4.1 Arquitetura Escolar: Edifícios Escolares

A construção de edifícios escolares, no final do século XIX e início do XX, foi uma preocupação das administrações governamentais que consideravam a área urbana, em especial as capitais e cidades economicamente favoráveis, um espaço privilegiado para esse fim (BENCOSTTA, 2005, p. 70). O espaço urbano, composto não apenas pelas escolas, mas também por indústrias, edifícios públicos, estradas ferroviárias, entre outros, representavam o alcance da modernidade, da transformação e do progresso social de qualquer cidade. E nesse contexto, o registro fotográfico contribuía para eternizá-la ou vulgarizá-la (SOUZA, 2001, p. 81). No início do século XX, as fotografias de edifícios escolares foram amplamente utilizadas para promover e divulgar as ações governamentais voltadas à educação (SOUZA, 2001, p. 82).

Se o retrato representou para a classe burguesa em ascensão a possibilidade de expressar sua individualidade [...], as vistas, por sua vez, expressam a conquista do espaço urbano: os edifícios destinados a abrigar as atividades e instituições [...], bem como as remodelações urbanísticas segundo a concepção burguesa poderão, graças à fotografia, serem eternizados e divulgados universalmente (LIMA, 2008, p. 66).

Essa iniciativa não se restringiu apenas à esfera pública, mas também às instituições educacionais particulares (POSSAMAI, 2009, p. 932), que registravam suas construções no intuito de preservar suas memórias ou manter um registro documental. E mesmo que tenham o objetivo apenas de documentar um determinado momento, as imagens fotográficas de instituições escolares são possibilidades de criar representações, a partir do que foi evidenciado pelo fotógrafo, uma vez que ele seleciona os elementos icônicos que permanecerão no recorte fotográfico (POSSAMAI, 2009, p. 933).

O tema Arquitetura Escolar definido com base no acervo fotográfico do Senac/PR traz imagens de edifícios escolares localizados na capital, no interior e litoral do Estado. Estas escolas disponibilizavam espaços físicos, mediante acordo de cooperação renovados anualmente, para que o Senac/PR realizasse cursos de ensino comercial à população local (SENAC/PR, 1947).

O primeiro espaço de instalação do Senac, no Paraná, foi definido logo após a instituição ser formalmente constituída no Estado. Era uma sala localizada num prédio comercial, no Centro de Curitiba, próximo à Praça Tiradentes (Figura 11), com características estruturais contrárias aos demais espaços escolares da época, que apresentavam uma composição arquitetônica que correspondia às ações educacionais que desenvolviam. Embora o espaço ocupado pelo Senac/PR não fosse adequado para uma instituição educacional, a Revista do Comércio, em agosto de 1947, publicou uma nota na qual destacava que a instituição tinha se instalado no “moderno edifício Prosdócimo” e que daquele momento em diante iria desenvolver todo o programa educacional elaborado pelo Departamento Nacional do Senac. Como o espaço ocupado pela Instituição era restrito e inadequado para desenvolver atividades pedagógicas, os primeiros cursos, no município de Curitiba, foram realizados em Escolas Técnicas Comerciais com as quais estabeleceu acordos de cooperação, como a Escola Técnica Remington e a Escola Técnica São José.

FIGURA 11 – EDIFÍCIO NO QUAL O SENAC/PR TEVE SUA PRIMEIRA SEDE, EM CURITIBA (1947)



Fonte: Acervo Senac/PR (álbum 1959 – 1960).

Em 1948, o Senac/PR passou a atuar em outro edifício comercial localizado também no centro de Curitiba (Figura 12). Esse espaço, da mesma forma que o anterior, não apresentava características específicas de construções escolares. Pode-se considerar então, que como o objetivo dos sindicatos e empresários do setor de comércio era promover o ensino comercial para aqueles cidadãos que buscavam atuar no comércio, e ainda, que o interesse em atender as prerrogativas da Carta da Paz Social (SENAC, 1947) estava latente, o estabelecimento de acordos de cooperação com as escolas técnicas do comércio distribuídas em vários municípios, poderia suprir a ausência da infraestrutura que apresentavam nos primeiros anos.

FIGURA 12 – EDIFÍCIO NO QUAL O SENAC/PR ATUOU A PARTIR DE 1948, EM CURITIBA.



Fonte: Acervo Senac/PR (álbum 1959 e 1960).

Segundo Wolff (1996, p. 105), a arquitetura abriga diversas funções das atividades desenvolvidas pelos homens. E por meio de suas formas e características é possível decodificá-las como igrejas, mercado, escolas, entre outros. O Senac nesse contexto, não apresentava nos primeiros anos de sua criação no Paraná, uma estrutura física que pudesse ser reconhecida como uma instituição de ensino, especialmente por utilizar espaços em prédios comerciais para desenvolver suas atividades.

No interior e litoral do Estado, os primeiros municípios a serem atendidos foram Cambará, Apucarana, Londrina, Jacarezinho, Irati e Ponta Grossa (SENAC/PR, 1948). Na Escola Técnica de Comércio, em Cambará, o Senac/PR realizou o curso Prático de Comércio (SENAC/PR, 1948, p. 6). A Figura 13 traz a imagem fotográfica que corresponde à fachada de uma das escolas que desenvolveu cursos do Senac/PR, em Cambará.

FIGURA 13 – FACHADA DA ESCOLA LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE CAMBARÁ (1950?)



Fonte: Acervo Senac/PR (álbum 1947 49 50 51 52 53).

Em 1950, além dos municípios citados anteriormente, o Senac/PR avançou o atendimento para São José dos Pinhais, São Mateus do Sul, Campo Largo, Palmeira e Cornélio Procopio (SENAC/PR, 1950). Em Paranaguá, ofertou o curso Prático de Escritório, nos espaços da Escola Normal, conforme Figura 14 (SENAC/PR, 1950). Essa escola foi construída em 1927, num bairro central do município litorâneo, uma vez que o intuito do governo era destacá-la e possibilitar fácil acesso à população (CORREIA, 2013, p. 261).

FIGURA 14 – CARTÃO POSTAL DA ESCOLA NORMAL LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ (1950?)



Fonte: Acervo Senac/PR (álbum 1947 49 50 51 52 53).

A Figura 14 reflete a intenção do governo em relação à escola, uma vez que não se trata de uma foto, mas um cartão postal da instituição de ensino. Nas primeiras décadas republicanas, o cartão postal realçava o prestígio da instituição escolar perante a sociedade. Poderia considerá-lo como um convite ao consumo dos pais, professores e alunos. Além disso, o cartão postal de uma escola constituía-se numa representação do progresso do município no qual estava localizada e transformava-se em objeto de comparação com outros edifícios escolares, outras cidades e regiões. Portanto, a escola representada num cartão postal, tornava-se símbolo de civilização (SOUZA, 2001, p. 84-85).

No município de Londrina, o Senac/PR realizou o curso Praticante de Escritório, em 1948. Dois anos mais tarde, os cursos ofertados na escola representada pela Figura 15, foram Classificadores de Café e de Cereais, Dactilo-Estenógrafo, Praticante de Escritório e o curso Fundamental (SENAC/PR, 1951, p. 9). Esse último destinava-se aos empregados do comércio, que não apresentavam formação profissional específica na área (DIRETRIZES GERAIS DO SENAC, 1947).

FIGURA 15 – FACHADA DA ESCOLA LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE LONDRINA (1950?)



Fonte: Acervo Senac/PR (álbum 1947 49 50 51 52 53)

Em 1952, o Senac/PR passou a ofertar cursos em Antonina, Imbituva, Lapa e União da Vitória (SENAC/PR, 1952). No ano seguinte, escolas localizadas nos municípios de Prudentópolis, Jaguariaíva, Rolândia e Arapongas (SENAC/PR, 1953) firmaram acordos de cooperação com a Instituição. Em 1954, os municípios de Castro, Cambé e Rolândia firmaram acordo de cooperação com o Senac/PR (SENAC/PR, 1954). E em 1955, Andirá e Maringá (SENAC/PR, 1955) foram os últimos municípios que a instituição passou a desenvolver cursos de ensino comercial à população local, no período que envolve essa dissertação.

É possível observar algumas similaridades entre as imagens, tanto na estrutura arquitetônica dos imóveis, como no próprio registro fotográfico. No que se refere aos aspectos arquitetônicos, as Figuras 11 e 12 representam prédios comerciais. Ambos possuem lojas no piso térreo e muitas pessoas e veículos ao redor, o que denota intensa circulação. Já as Figuras 13 a 15 representam construções tipicamente escolares, se considerar as características das estruturas físicas dos imóveis, ou seja, apresentam construções com dois andares, entrada principal com localização central e divisão simétrica para os dois lados das edificações (CORREIA, 2004, p. 106-107). As imagens ainda mostram que a escola localizada no município de Paranaguá se destaca em relação às escolas de Londrina e Cambará, uma vez que apresenta infraestrutura mais complexa, como muro, árvores e calçamento adequado.

Com base nos preceitos de Lima e Carvalho (1997), as Figuras 11 e 12, indicam que o fotógrafo optou por um enquadramento, no qual a posição de tomada da cena foi ascensional, ou seja, de baixo para cima. A Figura 14 traz um ponto de vista diagonal, uma vez que o fotógrafo posicionou-se de forma que foi possível trazer para a imagem, a fachada principal e uma lateral, simetricamente. A Figura 13 também traz um enquadramento diagonal, no entanto, com características distintas da imagem anterior, uma vez que não há simetria entre a fachada e a lateral do prédio, além de possivelmente o fotógrafo ter posicionado-se muito próximo do objeto a ser fotografado, como um close. Por fim, a Figura 15, traz um enquadramento central, no qual o fotógrafo posicionou-se exatamente em frente ao objeto a ser fotografado, possibilitando verificar poucos elementos, além da fachada da construção.

2.4.2 Ritos de Passagem: Formaturas

Os ritos de passagem representam o momento em que, durante a vida, as pessoas mudam de uma condição para outra. Esses ritos ocorrem inúmeras vezes e estão relacionados a diversos aspectos. Leite (1993, p. 159) ao escrever sobre os retratos de família, afirma que eles estão diretamente ligados aos ritos de passagem

- aqueles que marcam uma mudança de situação ou troca de categoria social. São tirados em aniversários, batizados, fim de ano, casamentos e enterros. Os retratos passaram rapidamente a fazer parte desses rituais mais amplos, que marcam a passagem de criança a adulto, de solteiro a casado, de vivo a morto. São registros de momentos sacralizados pela alteração do tempo normal e repetitivo. Marcam um intervalo de indefinição social, da transição em que se atravessam fronteiras e limiares, o que lhes confere um caráter ambíguo e uma aura sagrada. É neste sentido que o núcleo temático escolhido, para tentar a leitura da imagem fotográfica, apresenta características privilegiadas. Nesses retratos estão reunidos, mais que na maioria dos outros, o valor de culto e o valor de exibição (LEITE, 1993, p. 159).

No que se refere ao processo educacional, um rito de passagem muito específico, é aquele que ocorre no momento da formatura, não importando, nesse caso, o nível de escolaridade da pessoa. A formatura, por conseguinte, trata-se de um ritual, ou seja, caracteriza-se por um “conjunto de elementos, fatos, personagens, tempos e símbolos o qual o rito necessita para ser posto em prática” (RIOS, 2010, p. 54).

Por apresentarem um caráter oficial e requererem inúmeras formalidades, as cerimônias de formaturas geralmente são registradas em imagens fotográficas. Durante muito tempo, elas foram os únicos registros fotográficos da vida escolar das pessoas e por isso

mesmo, passaram a representar não apenas um momento específico de rito de passagem, mas uma trajetória de formação (ABDALA, 2013, p. 242). Sobre esse contexto, Barros (2005, p. 122) remete as fotografias de formaturas a momentos oficiais e solenes, nas quais a escola reafirma sua autoridade e competência em formar indivíduos e, conseqüentemente, a comunidade reconhece o poder social que essa instituição possui (BARROS, 2005, p. 126).

No acervo fotográfico do Senac/PR, as fotografias relacionadas às formaturas constituem-se em retratos coletivos. Essas imagens possuem legendas que fazem menção à entrega de certificados, e embora apresentem vestígios de uma solenidade oficial, nos registros não há referências ao termo formatura. A Figura 16 representa uma fotografia oficial da entrega de certificados aos alunos que concluíram os cursos de Extensão para Contabilista e Prático de Escritório. Pode-se perceber na imagem, que apesar de tratar-se de formandos de dois cursos distintos, o número de alunos é aparentemente reduzido. Além disso, há uma predominância do sexo masculino, o que se justifica visto que na década de 40, em Curitiba, apenas algumas mulheres começavam a buscar formações profissionais que não estivessem relacionadas ao Curso Normal (CINTRA, 2005).

FIGURA 16 – ENTREGA DE CERTIFICADOS AOS ALUNOS QUE CONCLUÍRAM OS CURSOS DE EXTENSÃO PARA CONTABILISTA E PRÁTICO DE ESCRITÓRIO, EM 1948.



Fonte: Acervo SENAC/PR (álbum 1947 49 50 51 52 53).

Na imagem também é possível notar que os alunos seguram o certificado que os habilita a atuarem profissionalmente no setor de comércio. Já o homem localizado entre duas

alunas, pode ser o professor responsável pelos cursos, uma vez que carrega consigo um objeto que aparenta ser um livro. Esses indícios observados nas imagens fotográficas, geralmente ultrapassam o sentido original que se pretendia dar no e para o registro.

O Senac/PR, assim como fez em 1948, estabeleceu novo acordo de cooperação com a Escola Técnica do Comércio São José, em Curitiba, para desenvolver o curso Prático de Escritório, no ano de 1950 (SENAC/PR, 1950). Esse curso destinava-se exclusivamente às jovens mulheres, alunas da escola técnica que tinha o objetivo de prepará-las para ingressarem no setor de comércio, predominantemente masculino. A Figura 17 traz a reprodução de uma foto oficial que se refere à conclusão do curso Prático de Escritório, realizado pelo Senac/PR, na Escola Técnica de Comércio São José.

FIGURA 17 – TURMA FEMININA QUE CONCLUIU O CURSO PRÁTICO DE ESCRITÓRIO, EM CURITIBA, NO ANO DE 1950.



Fonte: Relatório Geral do SENAC/PR, de 1950

Nessa imagem, estão em pé: 14 alunas que participaram do curso e; sentados: duas irmãs de São José, que representavam a Escola Técnica, o Diretor Regional do Senac, René Marumbi de Paula, uma mulher, provavelmente a professora do curso e, por fim, o Prof. Danilo Lorusso, Diretor de Ensino do Senac/PR. Observa-se que numa posição central encontra-se o diretor do Senac. Sobre esse posicionamento, Souza (2001, p. 92) afirma que “o diretor ocupa o lugar central na fotografia, reproduzindo na imagem as relações de poder

prevalecentes na organização escolar. O diretor, quase sempre do sexo masculino, até meados do século XX, reflete a divisão sexual do trabalho”.

Percebe-se na imagem que todas as alunas estão uniformizadas, com saia, sapato, camisa de mangas longas e gravata. De acordo Cintra (2005, p. 191) o uso da gravata remete ao trabalho desenvolvido em escritórios, uma vez que essas alunas estavam sendo formadas para atuarem nesses locais, além disso, a vestimenta, também, as distinguia de alunas de outras instituições de ensino. A imagem apresenta, ainda, um cenário ao fundo, com prováveis pinturas de árvores, flores e nuvens, o que possibilita pensar que o local do registro fotográfico se refere a um palco. A bandeira do Brasil destaca-se ao fundo da imagem, numa posição central, na qual ressalta a oficialidade do momento e sugere que aquela classe de alunas estava preparada para assumir postos de trabalho que poderiam contribuir para o país. No entanto, nota-se a ausência das bandeiras do Paraná e das instituições de ensino, tanto do Senac/PR, quanto da Escola Técnica de Comércio São José, comumente encontradas em eventos de conclusão de curso.

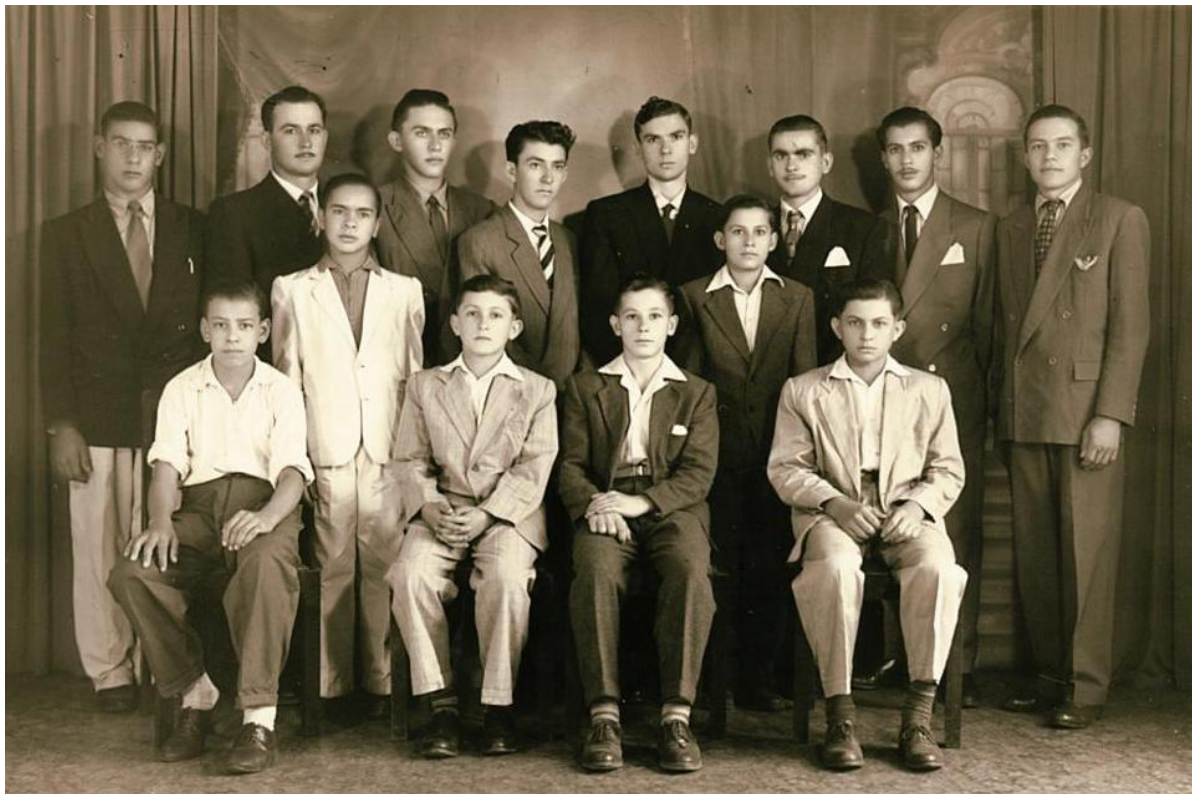
Os registros fotográficos que remetem às formaturas são exemplos de retratos coletivos, muito característicos nos espaços escolares. Nesses retratos, podem estar presentes apenas os alunos, como consta na Figura 18, ou alunos juntamente com professores e diretores, conforme é possível verificar nas Figuras 16 e 17.

Leite (1993, p. 76) afirma que na leitura dos retratos em grupos é possível perceber os sentimentos, padrões de comportamentos, normas sociais, conformismo e rebeldia. Além disso, eles permitem a distinção entre os retratos de estúdio e os amadores. A Figura 18 sugere que o retrato pode ter sido executado em estúdio, visto o plano de fundo que compõe o cenário. Observa-se nesse recorte que os formandos foram dispostos de forma ordenada e simétrica no espaço do enquadramento, para a tomada da cena, ou seja, dos quatorze alunos, os mais altos e com aparência de terem mais idade que os demais, estão em pé na última fileira. Há dois alunos numa posição intermediária e outros quatro alunos sentados na primeira fileira. Sobre a vestimenta do grupo de alunos, percebe-se que os mais velhos estão trajando terno e gravata, já os dois alunos ao meio e os três que estão sentados vestem ternos, mas sem gravatas.

O primeiro aluno, sentado da esquerda para a direita, destaca-se dos demais, pois está sem o paletó, com as mangas da camisa dobradas e usando meias na cor branca. Essa diferença no traje poderia não ter sido tão evidenciada, se ele estivesse com as mangas da camisa esticadas e, ainda, adotada a mesma posição dos alunos ao seu lado, isto é, com os pés alinhados e as mãos juntas sobre as pernas. A postura adotada por esse aluno denota **que,**

possivelmente, ele não estava habituado a participar de registros fotográficos, e, ainda, com a provável ausência de orientações do fotógrafo em relação ao posicionamento do referido aluno, colaborou para que ele adotasse uma postura mais espontânea frente à câmera.

FIGURA 18 – ENTREGA DE CERTIFICADOS AOS GRADUANDOS DO CURSO PRÁTICO DE ESCRITÓRIO, EM APUCARANA, PALMEIRA E IRATI (1952?).



Fonte: Acervo do Senac/PR (álbum 1952 e 1953).

Nos retratos coletivos é muito comum que o enquadramento utilizado para o registro seja central. As pessoas que fazem parte do recorte fotográfico, quando em grande número, posicionam-se em fileiras de diferentes níveis, utilizando-se para isso, recursos como cadeiras ou suportes que permitam a identificação de todas. Isto significa que quando o retrato é coletivo e a imagem será posada, pressupõe-se a preparação e o ordenamento do espaço, de forma que o registro fotográfico seja o mais adequado (MACHADO JR., 2011, p. 176). Sobre a disposição das pessoas em fileiras, Souza (2001, p. 88) afirma que representação dessas imagens expressa uma ordem escolar. E que dispor o grupo que irá participar da foto em fileiras, considerando que, na primeira, alguns fiquem sentados, e nas demais em pé, uma sobrepondo-se à outra, possa ter sido um recurso técnico para enquadrar um grande número de [pessoas].

Neste capítulo foi possível compreender a utilização da imagem fotográfica como fonte histórica, uma vez que ela traz vestígios do passado e, ao apropriar-se dela, a produção do conhecimento histórico no presente é potencializada. Para tanto, se faz necessário que sejam estabelecidos diálogos entre a imagem fotográfica e as demais fontes relacionadas ao período retratado, de forma subsidiar o processo de análise das fotografias. O capítulo também trouxe um estudo sobre o álbum fotográfico como artefato histórico, as características encontradas no acervo fotográfico do Senac/PR, bem como uma análise de temáticas visuais identificadas no referido acervo da instituição.

3. AS REPRESENTAÇÕES VISUAIS NAS SALAS DE AULA DO SENAC PARANÁ

As imagens fotográficas apresentam características específicas que as constituem como fonte histórica. Elas trazem vestígios que, ao serem interpretadas, informam sobre fatos, pessoas e lugares reais, no entanto, essas realidades não correspondem necessariamente àquelas que envolveram o contexto do passado. Isso porque se trata da realidade do documento, da representação que foi construída e tornou-se o elo material do tempo e do espaço representado pela imagem (KOSSOY, 1999, p. 22). Logo, toda e qualquer imagem fotográfica traz consigo uma história seja como instrumento de fixação da memória, que apresenta objetos, rostos, entre outros, seja como representação que estimula a imaginação sobre o que está implícito na imagem. (KOSSOY, 2005, p. 40)

Segundo Canabarro (2005, p. 35) trabalhar com representações visuais na historiografia pressupõe aproximar-se da história cultural⁴⁷ e consequentemente dos estudos sobre representação, discutido pelo historiador francês Roger Chartier, que entende ter o conceito de representação dois sentidos distintos. No primeiro, a representação tem a finalidade de substituir uma ausência por uma presença. No segundo, a representação é tida como uma exibição de poder e identidade.

Roger Chartier (2011, p. 20), afirma no texto “Defesa e ilustração da noção de representação”, que o conceito de representação foi e permanece sendo um apoio na articulação das variadas relações que indivíduos e grupos estabelecem com o mundo social. Para o autor, a representação admite que a coisa, o conceito ou a pessoa ausente seja substituído por pinturas, palavras, gestos, figuras, entre outros, que a represente de forma adequada (CHARTIER, 2011, p. 17). Kossoy (2005, p. 41), nesse contexto afirmou que no caso da fotografia, a representação não apenas substitui o objeto ou o ser ausente, mas pressupõe a elaboração de uma nova realidade para efetivar essa substituição. Para ele, é nesse momento que nasce a representação fotográfica, ou seja, o registro passa a corresponder

⁴⁷ A história cultural trabalhada por Roger Chartier é uma modalidade que procura entender a produção de sentido das palavras, das imagens e dos símbolos e busca a reconstrução das práticas culturais em termos de recepção, de invenção e de lutas de representações. Trabalha também com as diferentes formas de apropriação de discursos, de textos (verbais e não-verbais) e da produção do sentido, sendo este diferenciado pelas posições que os atores ocupam socialmente. Nesta perspectiva, mostram algumas dependências da vida cultural, que aparecem nas diferentes formas de apropriação, mediadas pela representação. Os estudos mais significativos em história cultural procuram evidenciar a relação da cultura com o universo social. Neste sentido, a cultura não é uma instância separada deste universo, mas participa das relações sociais existentes em uma determinada sociedade. A cultura é sempre uma construção social e constituída pelo conjunto de práticas e de valores que podem ser passados por várias gerações e é perpassada pelas variações que dependem das temporalidades e dos grupos sociais que a produzem. A cultura não se transmite de uma forma imutável e é, portanto, uma produção histórica. (CANABARRO, 2005, p. 36)

apenas ao que está aparente, ocultando, dessa forma, a história do assunto e da própria representação. A fotografia se refere, portanto, à realidade externa dos fatos, das fantasias e das coisas do mundo e mostra uma determinada versão iconográfica do objeto representado, que se constitui numa outra realidade fotográfica, isto é, numa segunda realidade (KOSSOY, 2005, p. 40). Com isso, toda e qualquer imagem fotográfica independentemente de quando ela foi registrada será sempre uma segunda realidade.

No âmbito da cultura fotográfica, a fotografia pode ser considerada um produto social, uma vez que não é possível separá-la dos aspectos culturais que envolvem a sociedade, pois desde seu aparecimento, esse artefato está presente em vários e diferentes espaços, transformando o dia-a-dia das pessoas. Esta cultura começou a manifestar-se a partir das influências e da relevância que se deu ao uso da imagem fotografia, que passou a ser aceito nos grupos sociais (MACHADO JR., 2011, p. 56). Para Canabarro (2005, p. 37) a cultura fotográfica é uma das modalidades da cultura⁴⁸ que se constitui como uma prática de produção, circulação e consumo da imagem, e que permite, ainda, visualizar e entender as práticas sócio-culturais que fazem parte do universo dos atores sociais.

Na sociedade, essa cultura fotográfica forma-se pela inclusão de imagens na vida social dos sujeitos, como no convívio familiar, religioso, político, entre outros (TURAZZI, 1998). Tal cultura expõe a relevância que a imagem fotográfica possui como uma prática social que representa não apenas o mundo, mas as pessoas que nele vivem e convivem. Também expressa os usos e funções da fotografia, no processo de construção das representações que estão conectadas ao conteúdo ou à utilização das imagens de uma determinada sociedade (CANABARRO, 2005, p. 37).

A fotografia exerce uma função de relevância no processo de construção de referências visuais específicas do espaço escolar. Ela geralmente traz o ambiente da sala de aula, o mobiliário que o compõe, faz alusão às atividades escolares, apresenta professores e alunos com posicionamentos bem distintos no recorte fotográfico, entre outros. Todos esses aspectos remetem às cenas típicas de instituições educacionais que foram convencionadas pela sociedade. Segundo Abdala (2013, P. 132),

as cenas típicas informam pedagogicamente sobre as funções sociais. A cena tem forte vinculação com a teatralização, e constitui-se como espécie de alegoria da composição social. Considera-se ainda que, no geral, as cenas têm preocupação com a realidade. A verossimilhança não é necessária, pois o importante é o conteúdo que

⁴⁸ Refere-se à cultura visual que tem sido utilizada para “definir de forma abrangente tudo aquilo que se refere ao universo visual, às questões de diversidade de imagens, suas respectivas representações, processos e modelos”. (MACHADO JÚNIOR, 2011, p. 60)

vai explicar as ações e a prática escolar. As típicas, as que representam a escola de modo identitário, são as de sala de aula, nas quais os alunos parecem estar atentos às explicações do professor, ou professora, à frente da sala. (ABDALA, 2013, p. 132).

No ensino comercial desenvolvido pelo Senac/PR, as fotografias de salas de aula também refletem algumas convenções estabelecidas socialmente, que vão além das características próprias da educação escolar, uma vez que trazem ambientes que simulam espaços profissionais, como salão de beleza, loja e restaurante. Além disso, como a instituição oferecia ações que tinham por objetivo profissionalizar pessoas para trabalharem em estabelecimentos do comércio, as representações visuais contidas nas fotografias também podem trazer informações sobre como se dava essa formação e qual era o público desses cursos no que se refere a gênero, corpo docente e faixa etária⁴⁹.

3.1 A INSERÇÃO FEMININA NO ENSINO COMERCIAL

Nas décadas de 1940 e 1950, em Curitiba, as jovens mulheres preparavam-se profissionalmente para formação de educadoras familiares, professoras de economia doméstica, enfermeiras e para o magistério (CINTRA, 2005). O trabalho como professora por muito tempo foi praticamente o único no qual as mulheres puderam exercer uma atividade profissional remunerada, uma vez que em outras áreas, com predominância masculina, o acesso era negado para elas (ALMEIDA, 1998, p. 23).

Com o pós-guerra, os europeus estimulavam a saída das mulheres dos postos de trabalho e o consequente retorno ao lar, com o intuito manter o ambiente doméstico e aumentar a população. O Brasil e até mesmo Curitiba, a partir dos exemplos europeus, adotou a chamada pedagogia do casamento, na qual as mulheres abandonavam seus empregos no momento em que casavam e constituíam um novo núcleo familiar. Porém, tanto na Europa quanto no Brasil houve mulheres que resistiram a essa pressão (CINTRA, 2005, p. 62-63). Tal resistência, a partir da década de 50, no Brasil,

representou a medida mais importante da integração das mulheres na atividade produtiva nacional. Marcou uma ruptura simbólica com a exclusividade do trabalho doméstico; exigiu qualificação que colocava as mulheres competindo em relativa igualdade de condições com os homens pelos postos de trabalho; tornou as mulheres assalariadas e, portanto, membros remunerados da família (PINSKY, 2014, p.176).

⁴⁹ A faixa etária dos alunos nas imagens fotográficas foram analisadas a partir da aparência física de cada um deles, devido a ausência de fichas cadastrais dos alunos matriculados nos cursos de ensino comercial desenvolvidos pelo Senac/PR.

Essa integração estava em consonância com o desenvolvimento da indústria e do comércio, em âmbito nacional e regional, situação que ocasionou um aumento na diversidade de atividades profissionais possíveis de serem realizadas por mulheres, que ultrapassavam as áreas da educação e da saúde. Com isso, algumas instituições escolares que ofertavam o ensino comercial, passaram a apresentar um corpo discente também composto por mulheres, como mostra a Figura 19, que se refere a um recorte fotográfico do curso Prático de Escritório, realizado na Escola Técnica do Comércio Remington do Paraná, localizada em Curitiba. Cabe ressaltar que essa foi a única turma exclusivamente feminina que o Senac/PR realizou em todo o Estado, no ano de 1952 (SENAC/PR, 1952). Nessa imagem, percebe-se uma turma exclusiva de jovens mulheres, sentadas em carteiras escolares para duplas, num espaço construído em madeira e aparentemente pequeno, visto a proximidade entre as alunas. Ao lado direito nota-se pelas janelas, que a cena foi retratada no período noturno e com base na vestimenta das alunas, pode-se considerar que o clima não estava frio.

FIGURA 19 – AULA INAUGURAL NA ESCOLA TÉCNICA DO COMÉRCIO REMINGTON DO PARANÁ. PRÁTICO DE ESCRITÓRIO, EM 1952⁵⁰.



Fonte: Acervo Senac/PR (álbum 1952e 1953)

⁵⁰ A Escola Técnica de Comércio Remington do Paraná, antiga Faculdade de Comércio do Paraná, ministrou os cursos Propedêutico e Contador. (CINTRA, 2005, p. 77).

A utilização do enquadramento diagonal estimulou que algumas alunas movessem o corpo, a cabeça ou apenas o olhar para o posicionamento do fotógrafo. Outras se mantiveram de cabeças baixas escrevendo ou simulando uma escrita. Do total de alunas presentes no recorte fotográfico, nove olham para a câmera fotográfica no momento do registro, sendo que as duas que estão em primeiro plano sorriem, outras duas é possível ver apenas os olhos, três sorriem discretamente e uma bem ao centro da imagem, olha seriamente em direção ao fotógrafo. O sorriso de algumas alunas pode não estar diretamente relacionado a um momento de alegria, uma vez que se refere a uma expressão corporal da face, e, portanto, não se caracteriza necessariamente como um estado psicológico momentâneo (MACHADO JR., 2011, p. 222).

Ao relacionar o texto da legenda com a imagem, que afirma tratar-se do recorte fotográfico de uma aula inaugural, é possível justificar ou explicar a presença dos quatro homens em pé, ao fundo da sala de aula, em frente à porta de acesso ao ambiente, embora a postura adotada por eles sugira vigilância e superioridade em relação às alunas. Um dos homens pode ser o professor e os demais, representantes da Escola Técnica do Comércio Remington do Paraná e do Senac, como o prof. Danillo Lorusso, Assistente Técnico de Ensino (SENAC/PR, 1952), posicionado como o primeiro à direita.

A presença feminina nos cursos de ensino comercial desenvolvidos pelo Senac/PR, tornava-se uma realidade, embora em comparação ao número de alunos do sexo masculino ainda fosse predominante, no ano de 1952. No referido ano, a Instituição teve um total de 916 alunos, sendo 508 do sexo masculino e 408, do feminino. Desse universo, o número de desistentes foi maior entre as mulheres, que apresentou 230, em comparação aos homens, com 192 desistências. Em relação à turma exclusivamente feminina do curso Prático de Comércio (Figura 21), das 50 alunas matriculadas, 17 foram aprovadas, sendo 6 maiores e 11 menores de 18 anos e, 33 desistiram, sendo 2 maiores e 31 menores de 18 anos (SENAC/PR, 1952, p. 31). É possível ponderar que embora as mulheres desejassem e mesmo procurassem inserir-se no mercado de trabalho, desempenhando atividades diferentes dos setores da educação e da saúde, a permanência delas nessa nova realidade ainda apresentava dificuldades.

Somente em 1960, o Senac/PR estruturou o curso de Secretária para atender apenas ao público feminino. Essa exclusividade pode estar relacionada à própria característica da atividade, ou seja, segundo Freitas (2007, p. 13), a literatura voltada ao tema secretariado nos anos 1960 e 1970, não esclarecia a real função da secretária nas empresas. Ela tinha um papel que ficava entre a dona de casa e a secretária. Esse fato justifica os clichês anjo da guarda, braço direito do chefe, salvadora da pátria, cartão de visitas, escudo, entre outras. No

Senac/PR, esse curso foi organizado para aperfeiçoar profissionalmente as comerciárias que exerciam as funções de secretária. O currículo era composto por quatro disciplinas: Correspondência Comercial (precedida de noções sobre a gramática), Taquigrafia, Datilografia e Relações Humanas. O critério para aprovação ou reprovação era considerado em função de cada uma das disciplinas e somente eram aprovadas, as alunas que obtivessem classificação em todas as matérias do curso (SENAC/PR, 1960, p. 24-25).

A Figura 20 traz um recorte fotográfico com enquadramento diagonal, do curso de Secretária, desenvolvido pelo Senac/PR⁵¹. Observa-se que o corpo discente é composto apenas por mulheres, aparentando mais de 18 anos de idade e o professor é o único homem na cena, que aparece numa posição de orientação individual e não em destaque na sala de aula. As carteiras tinham o formato trapézio e proporções para acomodar duas alunas. Esse formato possibilitava que a configuração do mobiliário na sala de aula pudesse ser alterada com facilidade. No caso registrado na imagem fotográfica, aparenta que as alunas estavam realizando atividades em grupos de quatro integrantes.

FIGURA 20 – CURSO DE SECRETÁRIA (1960?).



Fonte: Acervo Senac/PR (álbum 1960 e 1961).

⁵¹ A imagem e o texto contido no Relatório Geral do Senac/PR, de 1960 não traz informações sobre o local de realização do Curso de Secretária. No entanto, em decorrência das características da infraestrutura da sala de aula, pode-se afirmar que o referido curso aconteceu na Capital, numa das salas de aula, do prédio do Sesc/PR, localizado no centro, à Rua José Loureiro, 578.

Como o curso de Secretária destinava-se às mulheres que já trabalhavam na área, as aulas provavelmente ocorriam no período noturno, conforme é possível verificar pela janela à direita. Embora o registro sugira a produção de uma foto espontânea, pois não há uma organização da sala e nem uma preparação corporal tanto das alunas, quanto do professor para a captura da imagem, a cena dá a entender que, com exceção de quatro alunas que voltam seu olhar para a câmera, a presença do fotógrafo não era percebida, ainda assim, é aceitável considerar a existência de uma encenação. Segundo Soulages (2010, p. 75-76),

Isto foi encenado: todo mundo se engana ou pode ser enganado em fotografia – o fotografado, o fotógrafo e aquele que olha a fotografia. Este pode achar que a fotografia é aprova do real, enquanto ela é apenas índice de um jogo. Diante de qualquer foto, somos enganados. Isto foi encenado, porque isto ocorreu e porque isto ocorre em um lugar diferente daquele que se acredita. Como no teatro, o referente não está onde se pensa, nem está onde se está, nem onde se acredita que esteja. Talvez a fotografia não se refira senão a ela mesma: é, aliás, a única condição de possibilidade de sua autônima.

Isso significa dizer que no registro fotográfico representado pela Figura 20, mesmo que a maior parte das alunas e o próprio professor tenham tido suas imagens registradas de maneira involuntária, ainda estarão encenando, pois as pessoas permanentemente adequam o seu comportamento para atuar e conviver em sociedade. Esse fato acaba transparecendo na imagem ao sugerir que as alunas estavam atentas ao proposto na aula, assim como o professor, que possivelmente orientava uma aluna ao fundo da sala.

Os destaques da imagem referem-se à aluna que está no meio da sala de aula, ao centro do recorte fotográfico e que olha para o fotógrafo e a aluna que está no fundo da sala ao lado direito da imagem, que além de olhar para o fotógrafo está com o braço e a mão direita, segurando um objeto de escrita levemente levantados. O curso de Secretária representado pela Figura 20 teve duração de seis meses e apresentou um total de 30 alunas matriculadas, sendo que 19 evadiram das aulas. Esse número pode estar relacionado às dificuldades que as mulheres ainda apresentavam para qualificar-se ao trabalho (SENAC/PR, 1960, p. 24-25).

Também estruturado em 1960, pelo Senac/PR, o curso Cabeleireiro era gratuito e condicionava as matrículas para as alunas maiores de 18 anos, no período noturno e para as alunas menores de 18 anos, no diurno. Tal curso foi oficialmente instalado no dia 28 de abril, em Curitiba, embora as aulas tivessem iniciado antes disso. As cadeiras profissionais do curso abrangiam corte, penteado, permanentes, lavagem, tintura, tratamento de cabelos, noções de higiene pessoal e ambientais para material de trabalho, noções de medicina aplicada à higiene

do cabelo e relações humanas. O curso era desenvolvido numa sala especialmente preparada para a realização das aulas, ou seja, estava equipada com todo o material necessário para a execução da aprendizagem dos procedimentos próprios da atividade do Cabeleireiro (SENAC/PR, 1960, p. 26). Esse espaço continha os mesmos tipos de equipamentos e mobiliários encontrados em salões de beleza profissionais, pois se tratava de um ensino no qual preparava as alunas para atuarem no ramo da beleza. Logo, ter uma sala equipada era condição essencial para que o processo educativo acontecesse.

A Figura 21 traz o recorte fotográfico que representa a realização de uma atividade prática de modelar os cabelos. Novamente utilizando o enquadramento diagonal, o fotógrafo possibilitou perceber na imagem, a existência de materiais próprios de salões de beleza, como um espelho grande e retangular preso à parede ao lado direito, retratos de bustos femininos que destacam os cabelos, sendo que num desses, a mulher aparece de frente e de perfil para facilitar a visualização do corte ou do penteado. É possível perceber também duas cadeiras aparentemente próprias de cabeleireiro e na junção entre as paredes está visível a parte superior de um secador de cabelos de pedestal. Todas as alunas estão usando jalecos e o único homem da cena refere-se ao professor Emílio Fernandes Ortega (SENAC/PR, 1960, p. 26), responsável pelas aulas. Ele veste jaleco sobre o terno, que tem as mangas aparentes. Essa vestimenta traz uma sensação de seriedade frente às atividades que desenvolvia no curso Cabeleireiro.

FIGURA 21 – CURSO CABELEIREIRO (1961?)



Fonte: Acervo do Senac/PR (álbum 1961 e 1962).

A cena retratada, ainda mostra que ao redor de cada uma das mulheres que estão sentadas, há um grupo de alunas em pé, que observam a realização de dois procedimentos distintos. O primeiro, à esquerda da imagem, indica que os cabelos tendem a ficar enrolados ou cacheados, devido à utilização de materiais específicos para esse resultado, e o segundo, que está à direita, os cabelos tendem a ficar lisos, uma vez que não há visivelmente nenhum material que os modele de forma diferente. Nos cabelos da pessoa que está sentada à esquerda da imagem fotográfica, uma aluna segura um tipo de pote provavelmente com algum produto, enquanto a outra, ao seu lado, está com uma mecha de cabelo nas mãos. Já nos cabelos da pessoa que está à direita, o professor demonstra como prendê-los num coque e, enquanto isso duas alunas observam atentamente as explicações, uma vez que para concluir o curso, receberem o certificado que as autorizava a exercerem a profissão, era necessário realizarem exames de habilitação, com a participação de cabeleireiros profissionais como integrantes da banca examinadora. As provas abordavam cinco atividades do Cabeleireiro, conforme segue: lavagem de cabeça, corte, penteado, permanente e tintura do cabelo (SENAC/PR, 1960, p. 27).

A Figura 22 representa possivelmente a etapa penteado do exame de habilitação. Percebe-se na imagem um enquadramento vertical, no qual em primeiro plano estão duas mulheres. A primeira, que se encontra em pé, é a aluna. Ela traça um jaleco e faz o penteado nos cabelos da mulher, identificada nessa análise como cliente, que se encontra sentada. Em segundo plano estão três homens. Ao meio, o professor responsável pelo curso Cabeleireiro e os dois que estão um em cada lado, embora o que se localiza à direita apareça apenas uma parte do seu corpo, provavelmente referem-se aos profissionais que compuseram a banca examinadora.

O recorte fotográfico delimita a cena retratada numa única atividade do exame de habilitação, tendo as duas mulheres como elementos principais. No entanto, das cinco pessoas retratadas, a cliente que está sentada destaca-se, pois é a única que olha diretamente para a câmera. E por esse motivo é que o recorte fotográfico atrai os olhares de quem o vê, primeiramente olha-se para a cliente, pois esse olhar para a câmera traduz-se num chamado, num convite. Essa atração que o olhar causa, pode ser considerado o que Barthes (2011, p. 53) denominou de *punctum* fotográfico, ou seja, é um detalhe na cena retratada que desperta a atenção, que faz com os olhos de quem a contempla, encontre os olhos de quem está representada na foto, ou ainda, é um detalhe que preenche a totalidade da imagem fotográfica (BARTHES, 2011, p. 55). Isso significa que independentemente da presença de outras pessoas, dos trajes, dos acessórios que utilizam, o foco permanecerá sendo o olhar da cliente.

FIGURA 22 – CURSO CABELEIREIRO (1960?)



Fonte: Acervo do Senac/PR (álbum 1959, 1960 e 1961).

O curso de Cabeleireiro, realizado pelo Senac/PR, em Curitiba, no ano de 1960, teve um total de 43 matrículas efetivadas, no entanto, durante os seis meses de duração das aulas, cinco alunas evadiram. E das 38 que restaram, 20 foram reprovadas pelos componentes da banca examinadora no exame de habilitação (SENAC/PR, 1960, p. 27).

3.2 A PREDOMINÂNCIA MASCULINA NO ENSINO COMERCIAL

Desde a criação do Senac, no Paraná, o perfil dos alunos matriculados nos cursos comerciais era predominantemente masculino, pois as mulheres, embora se fizessem presentes, estavam em menor número e, apenas, em algumas ações desenvolvidas pela Instituição. Essa predominância masculina estava relacionada às próprias características das ocupações que assumiriam após a conclusão do curso, ou seja, atuariam em estabelecimentos

comerciais de diferentes segmentos, como escritórios, lojas, hotéis, bares, restaurantes, entre outros. Os registros fotográficos realizados em algumas turmas do Senac/PR constataam aparentemente esse maior número de alunos.

Em 1952, no mesmo período que ocorreu o curso Prático de Comércio, em Curitiba, na Escola Técnica do Comércio Remington do Paraná apenas para jovens mulheres (Figura 19), o Senac desenvolveu em sistema de cooperação com a Escola Técnica de Comércio Plácido e Silva, o mesmo curso para uma turma de alunos exclusiva do sexo masculino (SENAC/PR, 1952), conforme representado pela Figura 23.

FIGURA 23 - AULA INAUGURAL DO CURSO PRÁTICO DE ESCRITÓRIO, NA ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO PLÁCIDO E SILVA, EM 1952.



Fonte: Acervo Senac/PR (álbum 1952 e 1953).

Ao analisar a imagem, percebe-se que em decorrência do enquadramento diagonal utilizado pelo fotógrafo e seu posicionamento próximo ao objeto, nesse caso os alunos, pode-se ponderar que o espaço físico da sala de aula retratada não parece ser amplo. E a estratégia adotada pelo autor da foto, foi aparentemente organizar os alunos, de forma que todos coubessem no recorte fotográfico, por isso que está evidente a existência de pouco espaço

entre as colunas e fileiras de carteiras duplas, além de um provável recuo para o fundo da sala. Nota-se que o mobiliário⁵² construído para duas pessoas, na segunda coluna, possuía três, claramente apertadas, se considerar que o aluno que está ao meio, tem as pernas e os pés muito próximos um do outro e o corpo tem um discreto movimento lateral.

A maior parte dos alunos está com o olhar voltado ao material sobre a carteira, como se estivessem escrevendo algo, no entanto, alguns direcionam os olhos para o fotógrafo, no intuito aparente de acompanhar o trabalho que ele desenvolvia. Ao fundo da sala, em pé, estão o professor Danillo Lorusso, Assistente Técnico de Ensino do Senac, possivelmente a mulher ao meio ou o homem à direita da imagem devem ser o representante da Escola Técnica de Comércio Plácido e Silva e o outro, professor ou vice-versa. O fato é que se evidencia a intenção do Senac/PR em registrar a presença de algum representante nos cursos realizados em cooperação com outras instituições escolares, especialmente nas aulas inaugurais, como indica o texto da legenda, no intuito de dar visibilidade ao trabalho desenvolvido por eles. Nesse ritual de se fazer uma fotografia ficam subentendidos aspectos que envolvem o social e cultural, não apenas do fotógrafo, mas também das pessoas que têm suas imagens representadas nesse artefato.

Em 1958, o Senac/PR elaborou o curso Adestramento Hoteleiro que destinava-se aos comerciários que exerciam funções de Maitre, Barman, Garçom, Aprendiz e Copeiro. Ministrado pelo técnico em arte culinária, professor Eugênio Svab, o curso abrangia os seguintes temas:

a) educação moral (individual, profissional e cívica); b) geografia alimentar e turismo; c) boas maneiras, recepção, etiqueta profissional; d) os deveres de um bom profissional no ramo do comércio hoteleiro e turístico; e) sabem utilizar e conservar móveis, talheres, copos, prato e outros utensílios; f) classificação dos alimentos pelo valor nutritivo, fontes e necessidades diárias; g) servir a freguesia; h) compras, produção, vendas e lucro honesto; i) arrumação das mesas, noções sobre a maneira de servir almoços, lanches, jantares, recepções simples e protocolares, aniversários, casamentos, banquetes, coquetéis, costumes nacionais e estrangeiros; j) organização de cardápios (menus) nacionais e estrangeiros; l) noções sobre cozinha nacional, estadual, regional e estrangeira; m) classificação e utilização das bebidas com e sem álcool correspondendo a cada refeição, costumes nacionais e estrangeiros; n) técnicas de preparar coquetéis, ponches, refrescos e refrigerantes⁵³ (JORNAL DIÁRIO DO PARANÁ, 1958).

⁵² As carteiras escolares, nos séculos XIX e meados do XX, eram construídas para acomodar, coletivamente, grupos de até seis alunos. Com o passar dos anos, o tamanho do mobiliário diminuiu, passou a acomodar duplas de alunos. Carteira e cadeira era um móvel único que impossibilitava a movimentação e o ajuste pelo aluno. (BENCOSTTA, 2013; ALCÂNTARA, 2014).

⁵³ Os temas trabalhados no curso Adestramento Hoteleiro estavam publicados no Jornal Diário do Paraná, na página 1, do segundo caderno, numa propaganda no qual o Senac informava quais eram os temas que seriam trabalhados no curso. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=761672&pasta=ano%20195&pesq=adestramento%20hoteleiro>. Acesso em 19 ago. 2017.

A Figura 24 traz o recorte fotográfico, com enquadramento frontal, de uma turma do Curso Adestramento Hoteleiro, que possivelmente ocorria durante o dia, visto a claridade que vem na direção das janelas. Pode-se observar nessa imagem, que mais uma vez o professor Danillo Lorusso, Assistente Técnico de Ensino do Senac (sentado de frente para a câmera, com as pernas e braços cruzados), está presente no momento que será feito o registro fotográfico.

FIGURA 24 – CURSO ADESTRAMENTO HOTELEIRO, EM 1959.



Fonte: Acervo Senac/PR (álbum 1959 e 1960).

A presença de um representante do Senac/PR em algumas imagens fotográficas, durante as aulas, dá a impressão que a instituição se preocupava e se comprometia com o ensino comercial que estava sendo desenvolvido. Contudo, a postura corporal adotada por ele, com pernas e braços cruzados, diferencia-o dos demais, uma vez que estimula a pensar em alguém que está ali no ambiente, mas que não faz parte do contexto. É possível considerar até mesmo um gesto de arrogância e superioridade perante o professor regente, que se encontra em pé e os alunos, sentados alinhadamente um ao lado do outro, alguns com as mãos unidas

sobre as pernas, que estão cruzadas. Com a exceção de um único aluno que busca a câmera, todos os demais “ignoram” a presença do fotógrafo.

O máximo que o fotógrafo nessa condição de invisibilidade pela discrição precisava fazer era pedir que não prestassem atenção nele e continuassem a portar-se naturalmente como antes. Sem dúvida os retratados se tornavam, nesse momento, cúmplices do fotógrafo, conscientes de que não deveriam explicitar a sua presença (olhando para a câmera, por exemplo) e, desse modo, respondiam a um dos pressupostos da estética do instantâneo, que é prover informação tendo como escopo o “realismo” do momento da ação. (LIMA, 2014, p. 72).

Como o curso Adestramento Hoteleiro abrangia algumas funções relacionadas ao atendimento de pessoas em estabelecimentos como hotéis, bares, confeitarias, casas de chá e leiterias, e ainda, que o currículo trazia noções de diferentes alimentos, como servir os clientes, entre outros temas, percebe-se ao fundo da imagem fotográfica a disposição de um quadro-de-giz móvel, contendo alguns materiais sobre o suporte para o giz e o apagador. Também há alguns escritos e desenhos não identificáveis pela fotografia, no entanto, bem ao centro é possível reconhecer o desenho de uma travessa com um alimento assado e outro alimento logo abaixo.

Cabe ressaltar que embora a imagem fotográfica traga a representação de uma sala de aula organizada, de forma atender às especificidades do curso que se colocava aparentemente mais prático que teórico, o espaço ainda assim, caracteriza-se como local onde ocorre o processo de ensino e aprendizagem, pois a presença do quadro-de-giz, um mobiliário fundamental no espaço escolar, está diretamente associada à representação da docência. Viñao Frago e Escolano Benito (1998, p. 121) ressaltam que esse objeto se torna central na ação educativa quando outros recursos pedagógicos estão indisponíveis. Logo, como o curso Adestramento Hoteleiro previa atividades práticas, como a montagem de uma mesa de restaurante, conforme está representado pela Figura 25, o quadro-de-giz passou a ter uma função secundária, mas não menos importante. Com isso, pode-se considerar que os desenhos feitos na lousa e os demais materiais que ali estão, resultam de atividades práticas propostas, aos alunos, pelo docente.

A Figura 25 traz o recorte fotográfico de uma aula, de outra turma, do curso Adestramento Hoteleiro que ocorria no período noturno, conforme é possível verificar pelas janelas, à direita da imagem. Esse curso contemplava no currículo, temas relacionados às atividades de Garçom, como arrumar as mesas, apresentar postura profissional, servir alimentos e bebidas, entre outros. Pode-se observar na imagem, que o fotógrafo utilizou o enquadramento diagonal, de forma que todos os alunos e o professor, embora não haja

nenhum diferencial evidenciado que denote a presença deste, aparecessem na foto, tanto quanto a mesa retangular, que está em primeiro plano e torna-se o objeto principal do retrato fotográfico. Ela possui dez lugares e em sua superfície está a toalha, além dos pratos, copos de diferentes tamanhos, talheres e guardanapos devidamente dispostos, conforme as técnicas de montagem.

FIGURA 25 – CURSO ADESTRAMENTO HOTELEIRO, EM 1959.



Fonte: Acervo Senac/PR (álbum 1959 e 1960).

Observa-se na imagem, somente a presença de alunos, aparentemente mais velhos, o que sugere a existência de uma expectativa de profissionalizarem-se ou mesmo que já se encontravam inseridos em estabelecimentos voltados aos serviços de Garçom. A Figura 25, ainda, destaca-se pelo posicionamento dos homens que se colocaram praticamente um ao lado do outro, ao redor da lateral direita e superior da mesa. É provável que essa disposição tenha sido o recurso encontrado pelo fotógrafo, que tem conhecimento sobre as técnicas ou pelas próprias pessoas que serão fotografadas, que criam expectativas sobre o mundo visual (MACHADO JR., 2011, p. 278). Tal estratégia possibilitou que todos pudessem ser enquadrados, no momento do registro, dentro do limite do recorte fotográfico. Os homens encontram-se eretos com os braços estendidos ao longo ou colocados para trás do corpo.

Todos olham em direção à mesa, com exceção de um deles, no canto superior direito da imagem, que discretamente desvia seu olhar para a câmera.

De acordo com o Relatório Geral do Senac/PR correspondente ao ano de 1959 foram realizadas duas turmas do curso Adestramento Hoteleiro, a primeira turma teve 29 matrículas, sendo 18 alunos aprovados e 11 desistentes. Já a segunda turma apresentou um total de 53 alunos matriculados, com 29 aprovações e 24 desistências (SENAC/PR, 1959).

Outro curso realizado em 1959, com uma turma destinada exclusivamente para homens, denominava-se Técnica de Administração de Empresas. Ele destinava-se àqueles que pretendiam investir em funções administrativas. Com duração de cinco meses, o currículo era composto por disciplinas de Administração, Mercadologia e Finanças, com três aulas semanais. A estratégia metodológica adotada pelo docente para trabalhar os conteúdos previstos no curso, era o debate amplo de casos previamente selecionado por ele, que se incumbia de orientar a discussão do assunto e expor, ao término do debate, o seu ponto de vista a respeito da matéria. Tais casos eram comunicados aos alunos por meio da distribuição de material mimeografado, examinado com a necessária antecedência (SENAC/PR, 1959).

A Figura 26 traz o recorte fotográfico de uma aula do curso Técnica de Administração de Empresas, num momento de descontração dos presentes, visto que alguns deles estão sorrindo. Sobre o formato da imagem, percebe-se que o fotógrafo utilizou o enquadramento diagonal e retangular para registrá-la. No entanto, ele posicionou-se num local que deixou em primeiro plano um aluno, de costas para a câmera. Outro aspecto que pode ser considerado no retrato é a probabilidade do registro ter sido realizado para captar alguma imagem específica, como uma determinada pessoa ou um grupo de pessoas.

FIGURA 26 – CURSO TÉCNICA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS, EM 1959.



Fonte: Acervo Senac/PR (álbum 1959 e 1960).

Em 1960, segundo consta no Relatório Geral, o Senac/PR para evitar o alto número de evasão de alunos no curso Técnica de Administração de Empresas e o inconveniente que muitos alunos causaram à Instituição, de matricularem-se no início do ano, sem terem alcançado um aproveitamento satisfatório, pois desconheciam com profundidade os assuntos que eram debatidos em sala de aula, passou-se a realizar um processo de seleção inicial, com aplicação de testes elaborados pelos professores. No entanto, ao constatarem que o número de candidatos interessados e aprovados no teste e, que conseqüentemente, teriam condições de freqüentar as aulas, com razoável aproveitamento mostrou-se muito pequeno, o próprio corpo docente que atuava nesse curso optou pelo seu cancelamento (SENAC/PR, 1960).

3.3 OS DOCENTES DO SENAC/PR

O Senac foi criado no Paraná no ano de 1947, com a oferta dos cursos Prático de Escritório e Prático de Comércio (Balconista), em regime de cooperação com Escolas Técnicas do Comércio e grupos escolares estaduais, tanto em Curitiba, quanto nos municípios do interior e do litoral. Somente em 19 de agosto de 1948, é que o Senac/PR instalou no Edifício do Sindicato dos Empregados do Comércio, no centro da capital, o Escritório Modelo, para ofertar os cursos Especialização para Contabilistas e Prático de Escritório, denominados como cursos próprios, ou seja, aqueles pelos quais, o Senac/PR seria o responsável por contratar professores, mediante a comprovação de títulos, acompanhar e supervisionar o desenvolvimento das ações. Já os chamados cursos de cooperação, eram aqueles realizados em parceria com outras instituições escolares, que tinham a responsabilidade pela contratação de professores, mediante registro nas diretorias competentes do Ministério da Educação e Cultura, e, a conseqüente supervisão das atividades (SENAC/PR, 1948).

Com a implantação do Escritório Modelo, o Senac/PR contratou os dois primeiros professores, Oldemar Bandeira Guimarães e Milton Trevisan Maggioni. Com a saída desses profissionais, outros foram contratos, e deu-se início a um rodízio, pois o tempo de trabalho desses docentes no Senac/PR era de um ano ou pouco mais, se considerar os registros que constam nos relatórios gerais. Eles deixavam a instituição por motivos particulares ou porque assumiam cargos no poder executivo do Estado. A docência nesse período era considerada “uma atividade exclusiva para homens, [que] foi gradualmente se estendendo às mulheres, passando a ser pensada e representada como atividade, prioritariamente feminina” (BELLO, 2013, p. 14).

Ainda em 1952, os cursos Escrituração Mercantil e Correspondente passaram também a serem realizados no Escritório Modelo, no entanto, o quadro manteve-se com dois docentes. Nesse mesmo ano, foi contratada a primeira professora do Senac/PR, Helga Mitt, técnica em contabilidade, para atuar no curso Prático de Escritório (SENAC, 1952). Dois anos mais tarde, a ex-aluna do curso Correspondente, Estela Kogut, passou a ministrar aulas na cadeira de estenografia, no mesmo curso em que ela se formou (SENAC, 1954). Em 1955, o Senac/PR passou a atender aos chamados cursos obrigatórios, ou seja, cursos de aprendizagem instituídos pelo Decreto-Lei nº 8.622/1946.

Em 1956, a instituição instalou-se num imóvel, na região central de Curitiba⁵⁴, no qual denominou de Escola Senac. Como o espaço era amplo, os cursos realizados em cooperação com escolas da capital passaram a ser realizados no Senac, ou seja, tornaram-se cursos próprios. Diante disso, para que os professores conhecessem os interesses e a realidade da escola, a equipe passou a realizar reuniões pedagógicas mensais, com o objetivo de resolverem os problemas escolares, ocasionados pelo corpo discente ou docente (SENAC/PR, 1956). Em paralelo à mudança de imóvel, ao aumento do número de cursos próprios e, conseqüentemente, de alunos e professores, o Senac/PR analisou a possibilidade de manter os docentes em tempo integral na escola, pois era necessário que eles estabelecessem uma aproximação com a estrutura, as finalidades e os ideais da instituição.

E para que isso se realizasse de forma coerente, no ano seguinte, realizaram pela primeira vez um seminário de estudos para os professores, denominado “Fundamentos Científicos da Educação”, que continha cinco tópicos:

I – Introdução: Ação educativa (fundamentação científica); II – Educando: encarado como ser em evolução, encarado como ser com características próprias e situado como membro da comunidade; III – O processo de aprendizagem: conceituação de aprendizagem e ensino, condição de aprendizagem (motivação e incentivação), transferência da aprendizagem e conteúdo de aprendizagem; IV – O professor: função e personalidade; V – Uma experiência de estudo dirigido (SENAC/PR, 1957, p. 40 e 41).

Após dois anos de experiência com um corpo docente transitório, o Senac/PR decidiu renovar o quadro, por meio da realização de provas de seleção e concurso que pudessem trazer docentes com capacidade pedagógica. Para tanto, foram constituídas bancas examinadoras, compostas por dois examinadores e um presidente que avaliariam os candidatos a professores para as cadeiras das disciplinas de português, francês, matemática,

⁵⁴ Rua Treze de Maio, 450.

desenho, história, geografia, matérias técnicas e cultura geral do curso de aprendizagem elementar.

Os candidatos deveriam cumprir as etapas de provas de título, escrita e didática. Ao final, dentre os dezessete professores aprovados, foram contratados somente nove, sendo oito como professores estagiários durante dois anos e um como professor suplementar. (SENAC/PR, 1959). Em razão da importância dispensada pelo Senac/PR à contratação dos professores que iriam ministrar as aulas nos cursos próprios e obrigatórios desenvolvidos por eles, registraram a imagem fotográfica de alguns deles, durante o desenvolvimento da prática pedagógica. Essa atitude é muito comum de ser encontrada na história e na memória das instituições escolares, que captam em imagens fotográficas o corpo diretivo e de docentes, como forma de homenageá-los pela dedicação prestada ao trabalho junto às escolas (SOUZA, 2001, p. 90).

Para atuar na cadeira de Português e Francês foi selecionado o professor Geraldo Mattos Gomes dos Santos, representado pela Figura 27. Esse e outros professores retratados ministravam aulas no curso obrigatório de Aprendizagem Preliminar. De acordo com as Diretrizes Gerais do Senac, esse curso foi estruturado para acolher os aprendizes que, não possuindo o curso primário completo, apresentassem condições de escolaridade suficientes para concorrer, mediante a preparação intensiva que o curso pressupunha, aos exames de admissão ao Curso Comercial Básico (SENAC/PR, 1961).

FIGURA 27 – PROFESSOR DE PORTUGUÊS GERALDO MATTOS GOMES DOS SANTOS.
ATIVIDADES DE ENSINO. ANO LETIVO 1960.



Fonte: Acervo Senac/PR (álbum 1960 e 1961).

A Figura 27 traz o recorte fotográfico de uma sala de aula composta por alunos de ambos os sexos e ainda, muito jovens. O espaço físico da sala apresenta dois quadros-de-giz colocados em paredes distintas. O registro fotográfico foi feito, provavelmente, durante o dia, no momento da aula, pois se percebe que os alunos estão realizando algum trabalho em equipes separadas entre meninas e meninos. O mobiliário em formato de trapézio possibilitava que o professor organizasse a sala de aula com diferentes arranjos, conforme a atividade proposta.

A legenda que acompanha a imagem fotográfica corrobora com o que está visível no registro ou mesmo, fornece pistas sobre a intenção do fotógrafo, ou seja, ele estava ali para registrar única e exclusivamente o professor Geraldo Mattos. Esse fato confirma-se ao notar que os alunos aparecem de costas para a câmera, pois o fotógrafo se posicionou diagonalmente no fundo ou no meio da sala, de forma captar a imagem do professor no momento em que ele falava aos alunos. Outra imagem fotográfica que também traz o docente em destaque está representada na Figura 28, e refere-se ao professor de geografia Barqueth da Veiga Queiroz.

Nota-se que o fotógrafo registrou a imagem durante uma aula, no qual o professor utilizava o globo terrestre como um dos recursos didáticos, possivelmente para complementar a explicação sobre como ocorrem as quatro estações do ano no planeta Terra, iniciada a partir das informações que constam no quadro-de-giz. Para destacar a imagem do docente, o fotógrafo procurou posicionar-se entre alguns alunos, de forma que eles ficassem de costas para a câmera e o objeto principal do registro, no caso o professor, estivesse de frente.

FIGURA 28 – PROFESSOR DE GEOGRAFIA BARQUETH DA VEIGA QUEIROZ (1960?).



Fonte: Acervo Senac/PR (álbum 1960 e 1961).

As imagens fotográficas representadas pelas Figuras 27 e 28 apresentam basicamente o mesmo tipo de enquadramento e conteúdo, ou seja, o fotógrafo posicionou-se entre os alunos, o objetivo do retrato era captar a imagem do professor durante a aula, a faixa etária dos alunos aparentemente é a mesma, embora no recorte fotográfico da Figura 28, não esteja evidenciada a presença de meninas. No que se refere aos elementos compositivos do espaço escolar presentes em ambas as imagens, há cadernos, livros, lápis, mobiliário escolar, além dos docentes. Cabe ressaltar que embora as duas imagens fotográficas apresentem características que as aproximem, elas retratam pessoas diferentes seja do que está visível ou não nas imagens.

O professor responsável pela cadeira de matemática, no curso de Aprendizagem Preliminar foi Francisco de Lima, representado na Figura 29. Diferentemente das demais fotografias dos docentes, nesta imagem, o enquadramento utilizado pelo fotógrafo foi frontal, vertical e de corpo inteiro. Na imagem, o docente aparece sozinho, e, portanto, cabe considerar que todo o entorno do fotografado foi desconsiderado no momento do registro. No entanto, ele não deixou de existir, uma vez que na própria fotografia é possível perceber, que no exato momento da captura da imagem, o docente estava em movimento explicando sobre o conteúdo escrito no quadro-de-giz. A postura que o docente apresenta-se no recorte fotográfico, com uma das mãos para trás das costas, denota responsabilidade, seriedade, postura e poder sobre o conhecimento e os alunos que não aparecem no limite da cena retratada, mas que estavam lá.

FIGURA 29 - PROFESSOR DE MATEMÁTICA
FRANCISCO DE LIMA. ATIVIDADES DE ENSINO. ANO
LETIVO 1960.

Fonte: Acervo do Senac/PR (álbum 1960 e 1961).



O posicionamento do fotógrafo para registrar a imagem do professor, não parece ter sido ocasional, mas indica que ele intencionou fazer a foto, de forma limitar o recorte apenas para o docente, por decisão própria ou por encomenda. De qualquer forma, deu destaque e exclusividade ao docente fotografado, não somente em relação a todos que possivelmente estavam na sala de aula com ele, mas perante aos demais professores, que como constam nas Figuras 27 e 28 aparece numa cena corriqueira de sala de aula, com um enquadramento mais aberto.

A iniciativa do Senac/PR em registrar imagens dos professores que faziam parte do quadro de funcionários da Instituição, pode ser considerada uma maneira de ressaltar o trabalho que desenvolviam com os alunos, mas também de divulgar a escola para a comunidade em geral e os empresários.

3.4 DIFERENÇAS DE IDADES NO CURSO PRÁTICO DE COMÉRCIO

O curso Prático de Comércio ou Balconista foi um dos primeiros a ser desenvolvido pelo Senac/PR. De acordo com as Diretrizes Gerais da instituição essa ação se enquadrava como Curso de Continuação (CC), ministrado aos comerciários adultos, empregados em casas comerciais, sem nenhuma formação profissional e que buscavam conhecer as práticas de atividades comerciais. Estava subdividido em três tipos de cursos: Fundamental (CCF), Habilitação (CCH) e Intensivo (CCI). Para participar do curso Fundamental era necessário que o aluno soubesse ler, escrever e contar. Já para participar dos cursos de Habilitação e Intensivo era necessário apresentar a conclusão do curso primário completo. Além disso, para matricular-se em qualquer um desses cursos, exigia-se a idade mínima de 16 anos, aptidão física e mental, conhecimentos essenciais, não ter doenças contagiosas, estar vacinado contra a varíola e não estar matriculado em cursos de aprendizagem no Senac/PR (REVISTA DO COMÉRCIO, 1947).

Ao relacionar o objetivo do curso Prático de Comércio com os requisitos para matrícula percebe-se certa incoerência, uma vez que no primeiro item, o curso destinava-se a pessoas adultas que já estavam trabalhando e no segundo, o candidato deveria apresentar no mínimo 16 anos de idade. Com base nessas informações, nas imagens fotográficas representadas pelas Figuras, 30, 31 e 32 e nas legendas correspondentes, pode-se presumir que as turmas não eram constituídas por tipo, ou seja, fundamental, habilitação e intensivo, mas por número de alunos matriculados. Com isso é possível justificar a presença de alunos, aparentemente de diferentes faixas etárias numa mesma sala de aula. Nesse aspecto, os

requisitos de matrícula referentes ao nível de escolaridade ou conhecimento que cada aluno possuía eram ignorados, uma vez que ao mesmo tempo em que na sala de aula havia pessoas que sabiam ler, escrever e contar, também tinha aqueles com ensino primário completo e provavelmente um nível de compreensão mais aprofundado em relação à outra exigência.

A Figura 30 traz o recorte fotográfico de uma turma do curso Prático de Comércio, realizado em 1949, nas instalações do Ginásio Sagrada Família de Campo Largo⁵⁵. Percebe-se que o enquadramento horizontal da foto tomada pelo fotógrafo, excluiu alguns alunos que estão mais à esquerda da imagem. Logo, sugere-se que esta fotografia traz o que Dubois (1993, p. 179) denomina de espaço *off*, ou seja, percebe-se, nesse caso, que há um ou mais alunos que não foram retidos pelo recorte fotográfico, porém, independentemente disso, eles não deixaram de estar marcados por suas presenças no ambiente inscrito na foto, pois embora estivessem nesse espaço no instante do registro, localizavam-se fora do campo visual do fotógrafo. Ainda nesse recorte fotográfico, nota-se a presença de um número maior de jovens mulheres, visivelmente mais velhas que os meninos que estavam sentados entre elas. Essa diferença de faixa etária existente entre os alunos numa mesma sala poderia interferir no processo de ensino e aprendizagem, uma vez que tais alunos e alunas poderiam apresentar níveis de conhecimentos distintos.

Nota-se na imagem que o curso foi realizado no período noturno, numa noite aparentemente fria, a se basear pela vestimenta dos alunos. A cena retratada denota que os alunos tinham conhecimento que iriam compor um recorte fotográfico, pois, enquanto há alguns que escrevem ou simulam a escrita, há alunas que dirigem o olhar para a câmera e sorriem, outros a fitam com seriedade ou, ainda, como fez a aluna que está sentada na primeira coluna abaixo da janela, virou o rosto para a parede e sorriu.

⁵⁵ Fundado em 15/01/1925, o Ginásio Sagrada Família de Campo Largo, atual Colégio Estadual Sagrada Família, iniciou suas atividades numa residência alugada, paga pela comunidade campo larguense, e estava sob os cuidados de três irmãs (Úrsula Przydrozna, Filomena Kosidocki e Ladislava Bodnar). A escola era particular, mas havia muitos alunos sem condições financeiras de custear os estudos, o que tornou a situação da escola muito difícil. Mais tarde, os colonos da cidade emprestaram dinheiro para que fosse comprada uma casa, no mesmo terreno no qual se encontra instalado o colégio Estadual Sagrada Família. Meses depois compraram outra ao lado, que após reformas, atenderia a necessidade da escola. Nesse momento ela passa a chamar-se Colégio Santa Terezinha. Anos depois, em 1939, com dificuldades financeiras, sugeriu-se que elas fechassem a escola, mas com a negação do vigário Aloísio Domanski, elas permaneceram e ainda receberam 100 crianças, encaminhadas pela Assistência Social de Curitiba. Com isso foi necessária nova ampliação da escola. Em 1947, com a união de vários religiosos e políticos e empréstimos de dinheiro, pelos colonos, deram início à construção do Ginásio que foi concluído em 1949. Apenas em 1958, que o Colégio passou a esfera estadual. Disponível em: <http://www.clgsagradafamilia.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1>. Acesso em 09 mar. 2017.

FIGURA 30 - CURSO PRÁTICO DE COMÉRCIO E FUNDAMENTAL, EM 1949.



Fonte: Acervo Senac/PR (álbum 1947 49 50 51 52 53).

Ao observar as fotografias, a primeira coisa que identificamos é a notável permanência dos elementos estruturantes da organização das salas de aula: a distribuição dos alunos em filas e voltados para a mesma direção; a existência de suportes da escrita, como folhas soltas, cadernos e quadros-negros; a utilização de objetos para escrever, como giz, lápis e canetas; a posição corporal dos estudantes, sentados em cadeiras e com os braços apoiados em mesas [...]. (VIDAL, 2009, p. 28).

Por sua vez, os suportes de escrita, como folhas, cadernos ou canetas que compõem a imagem de uma sala de aula, pouco se fazem presente na Figura 31. É possível perceber que o espaço físico é muito semelhante com o que consta na Figura 30, como as janelas e as carteiras dos alunos, pois parece que os registros fotográficos foram feitos na mesma sala de aula ou em salas com estruturas semelhantes, possivelmente no Ginásio Sagrada Família de Campo Largo. No que se refere ao enquadramento da imagem, o fotógrafo registrou-a no sentido horizontal, com enquadramento diagonal, da mesma forma que a Figura 30, contudo ela parece estar dividida ao meio, da esquerda para a direita, por uma linha imaginária.

FIGURA 31 – CURSO PRÁTICO DE COMÉRCIO E FUNDAMENTAL, EM 1949.



Fonte: Acervo Senac/PR (álbum 1947 49 50 51 52 53).

Os olhares e a expressão corporal de alguns alunos despertam a atenção de quem observa a fotografia, como a posição do primeiro, na coluna próxima à parede, que está com a mão no rosto e o corpo virado para o fotógrafo, do aluno na segunda coluna que se curva, com as duas mãos unidas sobre a carteira e olha curiosamente em direção à câmera, do primeiro aluno, na terceira coluna que mantêm o corpo voltado para frente, mas os olhos viram-se para o fotógrafo, como se esse gesto não fosse percebido pela câmera, e, ainda, atrás desse aluno, há mais três que também voltam o olhar para a câmera. Os demais, quase em sua totalidade, parecem que atenderam uma orientação de olhar para frente, no intuito de manterem certo tom de naturalidade, organização e disciplina em sala de aula. O homem na lateral direita, em frente à janela, com as mãos uma sobre a carteira e a outra na cintura, parecia estar com pressa para que o registro fotográfico acabasse nos próximos segundos e ele pudesse retomar suas atividades de ensino. A Figura 31 também destaca a presença de alunos, aparentemente, com diferentes idades. No entanto, nesse caso, a turma é quase exclusiva do sexo masculino, pois há uma única aluna sentada na terceira carteira, de trás para frente, na primeira coluna, da esquerda para a direita.

Segundo Souza (201, p. 93), as salas de aula são de forma geral, os ambientes menos fotografados em comparação a outras tipologias fotográficas características das instituições

escolares, como as imagens das classes de alunos. Elas apresentam um padrão de estrutura interna muito comum no âmbito escolar, com construção retangular, quadro-de-giz, carteiras duplas, relógio de parede, armário, entre outros itens típicos desses espaços (SOUZA, 2001, p. 94). A Figura 32 corresponde a mais uma turma do Curso Prático de Comércio desenvolvida pelo Senac/PR e mostra algumas das características apontadas por Souza (2001), como o formato da sala e das carteiras fixadas ao chão.

Além disso, a imagem fotográfica traz a representação de uma classe mista, constituída por alunas e alunos organizadamente sentados em duas colunas de carteiras duplas. Na primeira à esquerda as alunas estão em trios, já na coluna central pode-se observar os alunos, em duplas, com exceção de dois que estão sentados individualmente, sendo um deles, aparentemente, com idade inferior aos demais colegas de turma. A coluna de carteiras à direita da imagem está, aparentemente, vaga. O recorte fotográfico também apresenta o professor em pé, ao lado dos alunos, com as mãos para trás, numa postura corporal que indica autoridade e referência. Não há materiais escolares, como cadernos, livros, canetas, lápis, entre outros, dispostos sobre as carteiras, tampouco vestígios dessa natureza na cena retratada. Para Souza (2001, p. 93), “a pose exagerada representa uma caricatura da disciplina escolar”, isto é, a disposição dos alunos e do professor para o registro da cena, não reflete o cotidiano da sala de aula, mas a imagem que se preocupam em divulgar. Sob o ponto de vista técnico é possível considerar que o fotógrafo organizou a cena para o registro de forma que o enquadramento horizontal e diagonal, utilizado por ele, abrangesse todas as alunas, os alunos e o professor.

Com exceção de uma única aluna que se virou para a parede no momento do registro fotográfico, todos os demais, olham para a câmera. A artificialidade da cena retratada vem ao encontro do que François Soulages (2010) denomina de encenação. Para ele, toda e qualquer fotografia é encenada, isto é, as pessoas representam diferentes personagens frente a um fotógrafo e a câmera fotográfica. Logo, não há neutralidade nessa relação, pois enquanto aquele que será fotografado mostrar-se da maneira como entende ou intenciona, o fotógrafo organiza a cena, de modo registrar aquilo que ele quer expor. Por isso as imagens fotográficas não passam de uma representação (SOULAGES, 2010, p. 72).

FIGURA 32 – CURSO PRÁTICO DE COMÉRCIO E FUNDAMENTAL, EM 1949.



Fonte: Acervo Senac/PR (álbum 1947 49 50 51 52 53).

Esse último capítulo trouxe uma análise das representações visuais identificadas nas salas de aula do Senac/PR. Percebeu-se que nos cursos de ensino comercial desenvolvidos pela instituição, a predominância era de alunos do sexo masculino, embora houvessem cursos voltados exclusivamente para mulheres, como Secretária. O corpo docente apresentava um maior número de professores, mesmo em cursos como Cabeleireiro, que a participação feminina era mais relevante. E ainda, desenvolveram um mesmo curso para classes compostas por alunos de diferentes idades, aparentemente, desconsiderando os requisitos para matrícula, que estavam regidos por tipo de curso e idade do candidato.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa dissertação teve como objetivo central analisar representações visuais presentes nas salas de aula do ensino comercial desenvolvido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Senac, no Paraná, no período compreendido entre 1947 a 1961. E para alcançá-lo procurou-se entender, num primeiro momento, como se deu a trajetória do ensino comercial no Brasil desde o início do século XX até a criação do Senac, na década de 1940. Após ter concluído essa etapa da pesquisa, a proposta foi analisar a utilização da fotografia como fonte histórica e a partir desse ponto e analisar o acervo fotográfico do Senac/PR. Por fim, com base no trajeto instituído para a pesquisa, optou-se por analisar as representações visuais identificadas no âmbito das salas de aula do Senac/PR, entendendo este espaço como o mais adequado para perceber como o ensino comercial ofertado por essa instituição estava constituído. Para tanto, foram utilizadas fontes escritas como legislações educacionais, relatórios ministeriais, relatórios institucionais, periódicos e fontes visuais, como as fotografias.

O primeiro capítulo dessa pesquisa destacou que o ensino comercial no Brasil, no início do século XX, era ofertado por iniciativa de duas instituições educacionais privadas, localizadas em São Paulo e no Rio de Janeiro. Elas atuavam a partir de regras próprias, uma vez que não havia nenhum respaldo legal. Frente a esse cenário, o governo federal promulgou o Decreto-Lei nº 1339/1905 que normatizava a oferta de cursos do ensino comercial. Nesse aspecto, cabe ressaltar que embora o governo tenha instituído algumas normas para a oferta do ensino comercial, ele permanecia à margem em relação a outros ramos de ensino. Foi então que em 1923, o governo federal voltou sua atenção ao ensino comercial e aprovou o Decreto-Lei nº 4.724-A, que autorizava outras instituições educacionais a ofertarem o ensino comercial, desde que fossem fiscalizadas. Isso significa que a partir desse momento, haveria uma abertura para que outras instituições se organizassem e passassem a atuar com cursos comerciais. Contudo, a regulamentação desses estabelecimentos ocorreria apenas em 1926, com a aprovação do Decreto-Lei nº 17.329. As décadas de 1910 e 1920 mostraram que o ensino comercial não apresentou significativos avanços, uma vez que desde seu início, especialmente no século XX, o interesse sempre partiu dos empresários, que tinham a necessidade de capacitar seus funcionários e, não do próprio governo que apresentavam outros interesses e expectativas sobre a educação nacional.

Ainda no primeiro capítulo, a dissertação apresentou como se deu o cenário do ensino comercial com as reformas educacionais instituídas por Francisco Campos e Gustavo Capanema. Com o Decreto nº 20.158/1931 o ensino comercial passou a ofertar quatro cursos que se diferenciavam daqueles que estavam vigentes até o momento, pois englobavam três níveis de educação, propedêutico, técnico e superior. Eles apresentavam um currículo com maior número de disciplinas, distribuídas de um a três anos, conforme o tipo do curso. Com a reforma proposta por Gustavo Capanema, chamada Leis Orgânicas do Ensino, estabeleceu-se mudanças em vários ramos de ensino, dentre eles, o comercial que passou a apresentar dois ciclos, sendo o primeiro voltado à formação do ensino comercial básico, os cursos de continuação ou cursos práticos e aperfeiçoamento e no segundo ciclo, os cursos comerciais técnicos e aperfeiçoamento.

Por fim, no primeiro capítulo, foi analisado o caminho construído pela classe empresarial de diferentes setores da economia, que se uniu para propor ao governo federal estratégias que incentivassem o desenvolvimento do país sobre o foco da economia, educação, trabalho, entre outros. Em meio às propostas estava a criação de uma instituição similar à já existente na indústria, ou seja, a Confederação Nacional das Indústrias, mas que fosse voltada ao comércio. Assim, em 1945, durante a realização da I Conferência Nacional das Classes Produtoras foi criada a Confederação Nacional do Comércio que passaria a coordenar os interesses econômicos desse setor em âmbito nacional. No ano seguinte criaram também o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Senac com a finalidade de ofertar à população, cursos de continuação e de especialização para empregados adultos do comércio e menores para trabalharem como aprendizes nas empresas do segmento. No Estado do Paraná, o Senac chegou em 1947 e instalou-se numa pequena sala comercial no centro da capital e logo, passou a desenvolver cursos comerciais em diversos municípios do Estado, por meio de acordos de cooperação com Escolas Técnicas do Comércio e grupos escolares.

Identificou-se nesse primeiro capítulo, que os alunos matriculados na Escola Prática de Comércio de São Paulo, uma das primeiras a ser autorizada pelo governo federal a ofertar o ensino comercial, no início do século XX era predominantemente masculino, a medida que os homens buscavam nesse ramo de ensino não apenas o título, mas o alcance de altos cargos da administração pública e privada na década de 1920 (POLATO, 2008, p. 79). Identificou-se também que o governo federal, por meio do ministro Francisco Campos, expôs que a reforma do ensino comercial proposta por ele, teria a função de preparar os futuros homens do comércio. Esses aspectos podem indicar que o ensino comercial destinava-se predominantemente ao público masculino, embora as mulheres aos poucos estivessem

realizando um movimento de inserção nesse ramo de ensino, a fim de buscarem ocupações distintas da área educacional.

O segundo capítulo traz uma análise da fotografia como fonte histórica. Verificou-se que apesar dela se fazer presente em outras áreas do conhecimento, na História, a imagem fotográfica passou a ser analisada a partir dos Annales, na metade do século XX. Considerada como um documento que possui historicidade (LE GOFF e NORA, 1995), a imagem fotográfica consiste em evidenciar que algo aconteceu (SONTAG, 2013; CANABARRO, 2011), no entanto, ela não se refere a um real indiscutível, mas a um testemunho do momento do registro, ou como afirmou Soulages (2010) a uma encenação, isso porque toda cena retratada consiste numa representação diante da câmera fotográfica e do fotógrafo.

Trabalhar com a fotografia na História requer o cruzamento desta com outras fontes, pois juntas favorecem múltiplas interpretações. Para tanto, Kossoy (2001) ressalta que as imagens fotográficas não devem ser utilizadas para ilustrar o texto, isso porque elas trazem indícios do passado e ao apropriar-se delas a produção do conhecimento histórico no presente, será potencializado. O significado de toda imagem representada numa fotografia depende de quem as observa, a partir das regras culturais aceitas e institucionalizadas em âmbito social.

O segundo capítulo também trouxe uma breve análise do álbum como artefato histórico, uma vez que todas as imagens fotográficas do Senac, no Paraná estavam guardadas nesse objeto. Historicamente o álbum fotográfico surgiu pouco tempo após a invenção da fotografia, popularizando-se com o passar dos anos. Ele possui técnicas próprias (SILVA, 2008) e estabelece uma relação entre as imagens, as legendas que o constituem e a narrativa utilizada. Além disso, o álbum fotográfico subsidia a preservação da memória de determinado grupo e auxilia na construção de uma identidade individual e coletiva. No caso do Senac/PR, identificou-se a existência de, no mínimo 28 álbuns iguais em tamanho, cor e quantidade de páginas. Eles estavam identificados por ano e armazenados em grandes caixas. Com base no recorte temporal definido nessa pesquisa, utilizou-se sete álbuns, que totalizaram 778 fotografias. Embora este acervo apresente uma quantidade relevante de imagens, detectou-se durante a digitalização, seleção e análise das fotografias, que todas estavam sem indicação de autoria. Além disso, dezenas de imagens fotográficas apresentavam-se sem legendas, datas e/ou local, ou com legendas trocadas, fotografias correspondentes de um determinado ano, em álbum de ano divergente e, ainda vestígios de álbuns mais antigos, o que indicava a transferência de fotografias de um álbum para outro. A partir da análise dos conteúdos das imagens buscou-se seguir a metodologia proposta por Mauad (2008), na qual orienta que as fotografias podem ser organizadas por temáticas e a leitura dessas imagens deve partir da

noção de espaço fotográfico, geográfico, de objetos, da figuração, das vivências, dos comportamentos e das representações sociais que as determinam e estruturam. Com isso, identificou-se algumas temáticas visuais presentes nas imagens fotográficas do acervo do Senac/PR, a partir das características de cada uma delas. Posteriormente, foram selecionadas três temáticas, com as respectivas categorias, com base na similaridade existente entre elas. Cabe ressaltar que as fotografias selecionadas para compor esta pesquisa estão relacionadas diretamente com o processo pedagógico desenvolvido pelo Senac/PR.

O terceiro capítulo traz algumas reflexões sobre aspectos que, após a realização de uma análise das imagens fotográficas, representam visualmente o ensino comercial desenvolvido pelo Senac/PR. O primeiro deles refere-se à inserção feminina, que com base nas pesquisas realizadas em diferentes fontes e ainda, percebidas nas imagens fotográficas da instituição, as mulheres estavam em menor número nas salas de aula em comparação aos alunos do sexo masculino. Isso provavelmente se deu, porque as mulheres geralmente quando se preparavam profissionalmente voltavam-se para o magistério. No entanto, esse cenário começou a mudar quando elas perceberam que poderiam assumir postos de trabalho diferentes das escolas, resistindo, portanto, às pressões contrárias. Porém, mesmo que as mulheres estivessem mudando esse cenário, a predominância continuava sendo masculina. Isso ficou evidenciado em algumas imagens fotográficas de cursos ofertados pelo Senac/PR, como também em dados constantes nos relatórios institucionais. Percebeu-se, portanto, que quando o curso não era organizado apenas para o público masculino, algumas turmas destinavam-se exclusivamente aos homens. E quando as turmas de alguns cursos, como Prático de Escritório, eram mistas, ou seja, tinham alunos de ambos os sexos, identificou-se, visualmente, diferenças de idades entre eles. Essa diferença de faixa etária entre alunos e alunas numa mesma sala poderia interferir no processo de ensino e aprendizagem, uma vez que a matrícula para ingresso no curso se dava por diferentes critérios de idade e conhecimentos. As imagens fotográficas mostram que eles se sentavam entre os alunos aparentemente com mais idade, ou separados, mas na mesma sala de aula.

Outro item observado nas imagens fotográficas do Senac/PR está relacionado ao quadro de docentes da instituição, que se mostrou mais masculino, diferentemente do que ocorria em outros ramos de ensino, como o primário. Além disso, percebeu-se pelas imagens dos professores e registros nos relatórios institucionais, a importância dada pelo Senac/PR aos docentes que atuavam nos cursos próprios, pois eles tinham as suas respectivas imagens representadas em fotografias, no momento em que estavam em sala de aula.

A realização dessa pesquisa apontou outras possibilidades de investigações futuras, como a análise de como ocorria o processo de ensino e aprendizagem nas turmas de cursos comerciais do Senac/PR, com alunos de faixas etárias bem distintas, numa mesma sala de aula; a análise do acervo fotográfico do Senac/PR explorando outras categorias fotográficas ou aprofundando aquelas trazidas nessa pesquisa; a análise de qual era a função das fotografias para a história do Senac/PR; qual o contexto das fotografias inseridas nos relatórios institucionais, qual era a imagem que o Senac/PR queria passar para a sociedade quando publicava notícias e divulgava seus cursos em periódicos da capital; como a cultura escolar está representada nas imagens fotográficas do Senac/PR. Enfim, são apenas algumas sugestões de pesquisas que foram identificadas durante a investigação realizada nesta dissertação.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRAFIA

ABDALA, Rachel D. *Fotografias escolares: práticas do olhar e representações sociais nos álbuns fotográficos da Escola Caetano de Campos (1895-1966)*. São Paulo, 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, 2013.

ADDE, Tiago Villac. *O fim do Império e o nascimento da República: o desenvolvimento da contabilidade brasileira durante a Primeira República*. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis e Atuariais). São Paulo, 2012. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2012.

ALCÂNTARA, Wiara Rosa Rios. *Por uma história econômica da escola: a carteira escolar como vetor de relações*, São Paulo, 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, 2014.

ALMEIDA, Jane Soares de. *Mulher e Educação: a paixão pelo possível*. UNESP. São Paulo, 1998.

AQUINO, Arthur de. *A Controvérsia do Planejamento Econômico e a Consolidação do Projeto Industrialista (1943-1945): liberalismo e desenvolvimentismo em luta pela hegemonia*. Campinas, 2011. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, 2011.

ARANHA, Maria L. de A.. *História da Educação*. 2ªed. São Paulo: Moderna, 1996.

BARTHES, Roland. *A Câmara Clara: nota sobre a fotografia*. 3ªed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

BELLO, Melissa Colbert. *Professoras e professores em greve? Memórias do Congresso do Magistério Público do Paraná (1968)*. Curitiba, 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFPR, 2013.

BENCOSTTA, Marcus Levy. *Memória e Cultura Escolar: a imagem fotográfica no estudo da escola primária de Curitiba*. *História (São Paulo)* v.30, n.1, p. 397-411, jan/jun 2011.

_____. Grupos Escolares no Brasil: um novo modelo de escola primária. In: STEPHANOU, M. e BASTOS, M. H. C. (Orgs.). *História e Memórias da educação no Brasil*. Vol. III. Petrópolis: Vozes, 2005.

_____. Mobiliário escolar francês e os projetos vanguardistas de Jean Prouvé e André Lucart na Primeira Metade do século XX. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. 49, p. 19-38, jul./set. 2013.

BENJAMIN, Walter. Pequena História da Fotografia. In: *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política – Obras Escolhidas I*. São Paulo, Brasiliense, 1994, p. 91 a 107.

BERCITO, S. de D. R. *Nos tempos de Getúlio: da revolução de 30 ao fim do Estado Novo*. São Paulo: Atual, 1999.

BLOCH, March. *A apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BONATO, Nailda M. da Costa. *A escola profissional para o sexo feminino através da imagem fotográfica*. Campinas, 2003. Tese (Doutorado em Educação) – UNICAMP, 2003.

BONEMY, Helena M. B. Três decretos e um ministério: o propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce. *Repensando o Estado Novo*. (Org.). Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999.p. 137-166.

BURKE, Peter. *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

_____. *A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia*. 2ed. São Paulo: UNESP, 2010.

_____. *Testemunha ocular: história e imagem*. Bauru: Edusc, 2004.

CANABARRO, Ivo. Fotografia, história e cultura fotográfica: aproximações. *Revista Ibero-Americanos*. PUCRS, v. XXXI, n. 2, p. 23-39, dez. 2005.

_____. Fotografia e história: questões teóricas e metodológicas. *Revista Visualidades*, Goiânia, v. 13, n. 1, p. 98-125, jan./jun, 2015.

_____. *O Fotógrafo e a História*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho, 2011.

CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CARVALHO, Marcelo Augusto M. de. *A criação do Senai no contexto da Era Vargas*. São Paulo, 2011. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de São Paulo, 2011.

CARVALHO, Maria C. W. de;WOLFF, Silvia F. S. *Arquitetura e Fotografia no século XIX*. In: FABRIS, Annateresa (org.). *Fotografia: usos e funções no século XIX*. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2008.

CATANI, Denice B.; FARIA FILHO, Luciano M. F. Um lugar de produção e a produção de um lugar: a história e a historiografia divulgadas no GT História da educação da ANPED (1985-2000). *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, n.19,p. 113-128.jan./apr, 2002.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 2.ed. Rio de Janeiro; Forense Universitária, 2006.

CHARTIER, R. *A história ou a leitura do tempo*. 2ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

_____. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

_____. Defesa e ilustração da noção de representação. *Fronteiras*. Dourados, MS, v. 13, n. 24. P. 15-29, jul./dez., 2011.

CIAVATTA, Maria. *O mundo do trabalho em imagens: a fotografia com fonte histórica* (Rio de Janeiro, 1900-1930). Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

_____. O mundo do trabalho em Imagens: memória, história e fotografia. *Revista Psicologia: Organizações e Trabalho*, Florianópolis, vol.12, n.1, abr., 2012.

CINTRA, Erica P. de Ulhôa. *Ensino Profissional Feminino em Curitiba: A escola Técnica de Comércio São José (1942-1955)*. Curitiba, 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná. 2005.

CORREIA, Ana Paula P. Escolas Normais: contribuição para a modernização do Estado do Paraná (1904 a 1927). *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. 49, p. 245-273, jul./set. 2013.

CRUZ, Nina V. e. Fotografia de família e memória: deslocamentos da arte contemporânea. *Revista Discursos Fotográficos*, Londrina, v. 7, n. 11, p. 137-155, jul.-dez. 2011. Disponível em <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/discursosfotograficos/article/view/8262>. Acesso em: 25 mai. 2017.

DELGADO, Ignacio Godinho. O empresariado industrial e a gênese das políticas sociais modernas no Brasil. *Revista de História, Juiz de Fora*, v. 13, n. 2, p. 135-160, jul.- dez. 2007. Disponível em: <http://www.ufjf.br/locus/files/2010/02/85.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2016.

DOMINSCHKE, Desirê L. *O escudo: a alma do Senai-PR (1949 – 1962)*. Curitiba, 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, 2008.

DUBOIS, Philippe. *O ato fotográfico e outros ensaios*. Campinas: Papirus, 1993.

FABRIS, Annateresa. *Fotografias: usos e funções no século XIX*. 2ed. São Paulo: Edusp, 2008.

FARIA FILHO, L. M.I; VIDAL, Diana. G.; PAULILO, A. L. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. *Revista Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.30, n.1, p. 139-159, jan./abr. 2004.

FARIA FILHO, L. M. A legislação escolar como fonte para a História da Educação: uma tentativa de interpretação. In: _____. (Org.). *Educação, modernidade e civilização: fontes e perspectivas de análises para a história da educação oitocentista*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998. p. 89-125.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo. Universidade de São Paulo, 1995.

FREITAS, Karin. *O lugar da Secretária: implicações históricas de gênero no trabalho e imagem da profissão*. In. I Encontro de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho. Natal: 2007.

FERREIRA, Solange Carneiro Molinaro Ferreira. *Texto e Contexto das leis Orgânicas dos Ensinos Industrial, Comercial e Agrícola: 1942 - 1946*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Administração de Sistemas de Ensino. Fundação Getúlio Vargas, 1980.

FONSECA, Thais N. L. História da Educação e História Cultural. In: FONSECA, Thais N. L. *História e Historiografia da Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 49-75.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. *História da educação brasileira*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

GILES, T. R. *História da Educação*. São Paulo: EPU, 1987.

GOMES, Luiz Cláudio G. *Imagens não cotidianas: escola de aprendizes Artífices de Campos (1910-1942)*. Niterói, 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal Fluminense, 2004.

GOMES JÚNIOR, Antônio Carlos. *O ensino comercial no Brasil: Escola Técnica de Comércio Dr. Fernando Costa*. Piracicaba, 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Metodista de Piracicaba, 2013.

GONÇALVES, IRLÉN A.; FARIA FILHO, L. M; História das culturas e das práticas escolares: perspectivas e desafios teórico-metodológicos. In: SOUZA, Rosa F. de; VALDEMARIN, Vera T. (orgs.). *A cultura escolar em debate: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa*. Campinas, SP: Autores associados, 2005.

KOSSOY, Boris. *Fotografia e história*. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

_____. *Os tempos da fotografia: o efêmero e o perpétuo*. 2.ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.

_____. O relógio de Hiroshima: reflexões sobre os diálogos e silêncio das imagens. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 25, n. 49, p. 35-42, 2005.

_____. *Realidades e ficções na trama fotográfica*. Cotia: Ateliê Editorial, 1999.

KUENZER, Acácia Zeneida. A reforma do ensino técnico no Brasil e suas conseqüências. In FERREIRA, Celso J. SILVA JR, João dos Reis, OLIVEIRA, Maria Rita N.S.(orgs) *Trabalho, formação e currículo: para onde vai a escola?* São Paulo: Xamã, 1999.

LE GOFF, Jacques, *História e Memória*. Campinas: UNICAMP, 1990.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novos problemas*. 4. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

LEITE, Miriam M. *Retratos de família: leitura da fotografia histórica*. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

LIMA, Solange F. de. *As imagens da imagem do Sesc: contextos de uso e funções sociais da fotografia na trajetória institucional*. São Paulo: Sesc São Paulo, 2014.

LIMA, Solange F. de; CARVALHO, Vânia C. de. *Fotografia e Cidade: da razão urbana à lógica de consumo / Álbuns de São Paulo (1887 – 1954)*. Campinas: Mercado das Letras, 1997.

LINDEN, Sophie Van der. *Para Ler o Livro Ilustrado*. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

MACHADO JR., Cláudio. *Fotografias da vida social: Identidades e visibilidades nas imagens publicadas na revista do globo (rio grande do Sul, década de 1930)*. São Leopoldo, 2001. Tese. (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos. 2011.

MARQUES, Vera Regina Beltrão; DOMINSCHKE, Desirê Luciane. Formar e assistir: imagens da escola Senai em Curitiba nas décadas de 1940 e 1950. *Revista História, Ciências, Saúde*, Rio de Janeiro, v. 18, supl. 1, p. 275-293, dez. 2011.

MAUAD, Ana Maria. *Poses e flagrantes: ensaios sobre história e fotografias*. Niterói: EDUFF, 2008.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, história visual. Balanço provisório, propostas cautelares. In: *Revista Brasileira de História*. Vol. 23, n.º 45. São Paulo: ANPUH, 2003. Pp. 11-36.

_____. Rumo a uma história visual. In: MARTINS, J. S.; ECKERT, C. NOVAES, S.S. (Org.). *O imaginário e o poético nas ciências sociais*. Bauru, SP: Edusc, 2005. p. 33-56.

NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na primeira república*. São Paulo: EPU, 1974.

PALMA FILHO, João Cardoso. A educação brasileira no Período de 1930 a 1960: a Era Vargas. *Caderno de Formação de Professores: Educação, Cultura e Desenvolvimento*. V. 1, p. 85-103, 2010. Disponível em:

http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/171/1/Caderno_mod2_vol1.pdf.

Acesso em: 28 mar. 2016.

ARAÚJO, Celina d'. *E ele voltou: o Brasil no segundo governo Vargas*. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/EleVoltou/PoliticaDesenvolvimento>. Acesso em 23 jul. 2016.

PANDOLFI, Dulce. *Repensando o Estado Novo*. (Org.). Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. 345 p.

PESAVENTO, Sandra J. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PINSK, Carla Bassanezi. *Mulher dos anos dourados*. São Paulo: Contexto, 2014.

POSSAMAI, Zita R. Uma escola a ser vista: apontamentos sobre imagens fotográficas de Porto Alegre nas primeiras décadas do século XX. In: *História da Educação*. ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v. 13, n.29, p. 143-169, set./dez/, 2009.

_____. Cultura fotográfica e a escola desejada: considerações sobre imagens de edificações escolares - porto alegre (1919-1940). In: *II Encontro Nacional de Estudos da Imagem*, 2009, Londrina. Anais.

RAGAZZINI, D. Para quem e o que testemunham as fontes da História da Educação? In: *Educar em Revista*. Curitiba: Editora da UFPR, n.1, 2001. p.13-28.

REIS, José C. *Nouvelle Historie e o Tempo Histórico: a contribuição de Febvre, Bloch e Braudel*. 2 ed. São Paulo: Annablume, 2008.

- PILETTI, Nelson. *História da Educação no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Ática, 2002.
- POLATO, Maurício Fonseca. *A Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP) e o Ensino Comercial em São Paulo (1902-1931)*. São Paulo, 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2008.
- RODRIGUES, J. Celso Suckow da Fonseca e a sua “História do ensino industrial no Brasil”. *Revista Brasileira de História da Educação*. Sociedade Brasileira de História da Educação, n. 4, jul./dez. 2002.
- ROUILLÉ, André. *A fotografia: entre documento e arte contemporânea*. São Paulo: Senac São Paulo, 2009.
- SARMENTO, Alexandre Dellamura. *Etapas do desenvolvimento econômico no Brasil: um exercício Rostowiano*. São Paulo, 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, 2008.
- SILVA, Armando. *Álbum de Família: a imagem de nós mesmos*. São Paulo: Senac São Paulo, 2008.
- SILVEIRA, Tatiana Teixeira. *O Ensino Técnico, a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e a Educação Física: Capturas Neoliberais e Formas de Resistência*. Curitiba, 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, 2014.
- SONTAG, Susan. *Sobre fotografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- SOULAGES, François. *Estética da Fotografia: perda e permanência*. São Paulo: Senac, 2010.
- SOUZA, Nali de Jesus de. O Economista: A história da profissão no Brasil. *Análise*. Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 377-383 jul./dez. 2006.
- SOUZA, Rosa Fátima de. Fotografias escolares: a leitura de imagens na história da escola primária. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 18, p. 75-101, 2001.
- SOUZA, Rosa F. de; VALDEMARIN, Vera T. (orgs.). *A cultura escolar em debate: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa*. Campinas, SP: Autores associados, 2005.
- SKIDMORE, Thomaz E. *Brasil de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- TURAZZI, Maria Inez. Uma cultura fotográfica. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. nº 27, Brasília: IPHAN, 1998.
- VEIGA, Cynthia G. História Política e História da Educação. In: FONSECA, Thais N. L. *História e Historiografia da Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 13-47.
- VIDAL, Diana G.; ABDALA, Rachel D. A fotografia como fonte para a História da Educação: questões teórico-metodológicas e de pesquisa. *Revista do Centro de Educação UFSM*. Dossiê: História da Educação. V. 30, n. 2. Santa Maria, RS, 2005, p. 177-194.

VIDAL, Diana G. No interior da sala de aula: ensaio sobre cultura e práticas escolares. *Currículo Sem Fronteira*, v. 9, n. 1, p. 25-41. Jan./jun. 2009.

VIÑAO FRAGO, A.; ESCOLANO BENITO, A. *Currículo, espaço e subjetividade: A arquitetura como programa*. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

WARDE, Mirian Jorge. Questões Teóricas e de Métodos: A História da educação nos marcos de uma História das Disciplinas. In: SAVIANI, Demerval; LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, Luís (orgs). *História e história da educação: O debate Teórico-Metodológico Atual*. 2. ed. Campinas: São Paulo, 2000.

WOLFF, S. F. S. A arquitetura escolar documentada e interpretada através de imagens. In: Seminário Pedagogia da Imagem, Imagem da Pedagogia, 1996, Niterói. *Anais*. Niterói: Universidade Federal Fluminense/Faculdade de Educação/Departamento de Fundamentos Pedagógicos, 1996. p. 102-109.

FONTES

ALMEIDA, Mario de. *Confederação Nacional do Comércio 60 Anos*. Rio de Janeiro: MCE Gráfica e Impressora Ltda, 2005.

Boletim Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, 1945. CONFERÊNCIA NACIONAL DAS CLASSES PRODUTORAS, I (I Conclap). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/conferencia-nacional-das-classes-produtoras-i-i-conclap>. Acesso em 06 ago. 2016.

BRASIL. *Decreto nº 1.339, de 09 de janeiro de 1905*. Declara instituições de utilidade publica a Academia de Commercio do Rio de Janeiro, reconhece os diplomas por ella conferidos, como de caracterofficial; e dá outras providencias. Disponível em: http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=1339&tipo_norma=DEC&data=19050109&link=s. Acesso em: 31 mar. 2016.

_____. *Decreto nº 1.606, de 29 de dezembro de 1906*. Crea uma Secretaria de Estado com a denominação de Ministerio dos Negocios da Agricultura, Industria e Commercio. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1606-29-dezembro-1906-582057-publicacaooriginal-104760-pl.html>. Acesso em 31 mar. 2016.

_____. *Decreto nº 4.724, de 23 de agosto de 1923*. Equipara os diplomas da academia de ciências comerciais de alagoas e de outras instituições ao da academia de comercio do rio de janeiro e da outras providencias. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4724-23-agosto-1923-567781-publicacaooriginal-91137-pl.html>. Acesso em: 31 mar. 2016.

_____. *Decreto nº 17.329, de 28 de Maio de 1926*. Approva, o regulamento para os estabelecimentos de ensino technicommercial reconhecidos officialmente pelo Governo Federal. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-17329-28-maio-1926-514068-republicacao-88142-pe.html>. Acesso em: 15 jun. 2016.

_____. *Decreto nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927*. Consolida as leis de assistência e proteção a menores. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-17943-a-12-outubro-1927-501820-norma-pe.html>. Acesso em: 07 dez. 2015.

_____. Decreto nº 19.402, de 14 de novembro de 1930. Cria uma Secretária de Estado com a denominação de Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19402-14-novembro-1930-515729-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 27 mar. 2016.

_____. *Decreto nº 20.158, de 30 de junho de 1931*. Organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20158-30-junho-1931-536778-republicacao-81246-pe.html>. Acesso em: 27 mar. 2016.

_____. Constituição (1934). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Rio de Janeiro, 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm. Acesso em 13 dez. 2015.

_____. Constituição (1937). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Rio de Janeiro, 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm. Acesso em: 13 dez. 2015.

_____. *Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937*. Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Disponível em: http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%20378-1937?OpenDocument. Acesso em: 31 mar. 2016.

_____. Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942. Lei orgânica do ensino industrial. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del4073.htm. Acesso em: 28 mar. 2016.

_____. *Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942*. Lei orgânica do ensino secundário. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 28 mar. 2016.

_____. *Decreto nº 14.373, de 28 de dezembro de 1943*. Regulamento da estrutura dos cursos de formação do ensino comercial. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d14373.htm. Acesso em: 31 mar. 2016.

_____. *Decreto nº 20.068, de 30 de novembro de 1945*. Reconhece a Confederação Nacional do Comércio. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-20068-30-novembro-1945-480483-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 07 mai. 2017.

_____. *Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943*. Aprova a consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm. Acesso em: 31 mar. 2016.

_____. *Decreto-Lei nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943. Lei Orgânica do Ensino Comercial.* Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6141-28-dezembro-1943-416183-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 13 dez. 2015.

_____. *Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.* Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm. Acesso em: 15 jun. 2016.

_____. *Decreto-Lei nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943. Lei Orgânica do Ensino Comercial. Exposição de Motivos.* Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6141-28-dezembro-1943-416183-133673-pe.html>. Acesso em: 31 mar. 2016.

_____. *Decreto-Lei nº 7.938, de 6 de setembro de 1945. Novas disposições transitórias para a execução da lei orgânica do ensino comercial.* Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7938-6-setembro-1945-417289-norma-pe.html>. Acesso em: 31 mar. 2016.

_____. *Constituição (1946). Constituição da República Federativa do Brasil.* Rio de Janeiro, 1946. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm. Acesso em 31 mar. 2016.

_____. *Decreto-lei nº 8.529, de 2 de janeiro de 1946. Lei Orgânica do Ensino Primário.* Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8529-2-janeiro-1946-458442-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 31 mar. 2016.

_____. *Decreto-lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946. Lei orgânica do Ensino Normal.* Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del8530.htm. Acesso em: 31 mar. 2016.

_____. *Decreto-lei nº 8.621, de 10 de janeiro de 1946. Dispõe sobre a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial e dá outras providências.* Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del8621.htm. Acesso em: 13 dez. 2015.

_____. *Decreto-Lei nº 8.622, de 10 de janeiro e 1946. Dispõe sobre a aprendizagem dos comerciários, estabelece e deveres dos empregadores e dos trabalhadores menores relativamente a essa aprendizagem e dá outras providências.* Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del8622.htm. Acesso em: 13 dez. 2015.

_____. *Decreto-Lei nº 8.680, de 15 de janeiro de 1946. Dá nova redação a dispositivos do Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942, (Lei Orgânica do Ensino Industrial).* Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del8680.htm. Acesso em: 28 mar. 2016.

_____. *Decreto-Lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946. Lei orgânica do ensino agrícola.* Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9613-20-agosto-1946-453681-norma-pe.html>. Acesso em: 31 mar. 2016.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 4.024, de 19 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L4024.htm. Acesso em 31 mar. 2016.

_____. *Parecer CNE/CEB nº 16, de 05 de outubro de 1999*. Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/rede/legisla_rede_parecer1699.pdf. Acesso em: 07 dez. 2015.

_____. Ministério da Agricultura – Ministro (Geminiano Lyra Castro). Relatório do Ano de 1927 apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil no Ano de 1927. Rio de Janeiro: Typ. Do Serviço de informações do Ministério da Agricultura. 1929. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2023/000251.html>. Acesso em: 09 mar. 2016.

_____. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil no Ano de 1928. Rio de Janeiro: Typ. Do Serviço de informações do Ministério da Agricultura. 1929. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2024/000034.html>. Acesso em: 09 mar. 2016.

_____. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil no Ano de 1929. Rio de Janeiro: Typ. Do Serviço de informações do Ministério da Agricultura. s.d. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2025/000104.html>. Acesso em: 09 mar. 2016.

_____. Ministério da Educação e Saúde Pública – Ministro (Washington Ferreira Pires). Relatório apresentado ao Exmo. Senhor Chefe do Governo Provisório Sr. Getúlio Dornelles Vargas, pelo Ministro de Estado em 1932. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1934. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2302/000067.html>. Acesso em: 12 mar. 2016.

CARVALHO, Manoel Marques de. Situação atual e tendências do ensino técnico comercial no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, V. XLIV, n. 99, 1965, p. 72-98.

Curso Adestramento Hoteleiro. *Diário do Paraná*, Curitiba, 27 de junho de 1958. Primeiro Caderno, p. 5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=761672&pasta=ano%20195&pesq=adestramento%20hoteleiro>. Acesso em 19 ago. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico do Brasil. Ano III. Rio de Janeiro: Tip. Do Departamento e Estatística e Publicidade, 1937.*

_____. *Anuário Estatístico do Brasil. Ano XI-1950*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1951.

_____. *Anuário Estatístico do Brasil. Ano X-1949*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950.

_____. *Anuário Estatístico do Brasil. Ano VIII-1947*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1948.

Revista do Comércio. Notícias do Senac vindo de toda parte. Agosto de 1947. n. 21. vol. III, Ano III. Disponível em:
<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=acrjrevistas&pagfis=47243&pesq=&src=s>. Acesso em 03 jul. 2017.

SESC/RJ. Carta da Paz Social. Rio de Janeiro. 2012. Disponível em:
<http://www.sesc.com.br/wps/wcm/connect/490c55a9-a7c5-4a25-83a4-bb2f09491dea/Carta+da+Paz+Social.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=490c55a9-a7c5-4a25-83a4-bb2f09491dea> Acesso em 28 mar. 2016.

OLIVEIRA, João Daudt d' Oliveira. Disponível em:
<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/OLIVEIRA,%20Jo%C3%A3o%20Daudt%20d'.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2016.

SENAC. Carta Econômica de Teresópolis. Rio de Janeiro: Senac Paraná, 1945.

SENAC. Departamento Nacional. Diretrizes Gerais do Senac. 1947.

_____. *Senac 60 anos*. Rio de Janeiro: Senac Rio de Janeiro, 2006.

SENAC PR. Delegacia Regional no Estado do Paraná. Ata do Conselho Consultivo, 1947.

_____. *Relatório 1947*. Curitiba: Senac Paraná. 1947.

_____. *Relatório de 1948*. Curitiba: Senac Paraná. 1948.

_____. Departamento Regional no Estado do Paraná. *Relatório de 1950*. Curitiba: Senac Paraná. 1950.

_____. Departamento Regional no Estado do Paraná. *Relatório de 1951*. Curitiba: Senac Paraná. 1952.

_____. SENAC PR. Departamento Regional no Estado do Paraná. *Relatório Geral 1952*. Curitiba: Senac Paraná. 1953.

_____. SENAC PR. Departamento Regional no Estado do Paraná. *Relatório Geral 1953*. Curitiba: Senac Paraná. 1954.

_____. SENAC PR. Departamento Regional no Estado do Paraná. *Relatório Geral 1954*. Curitiba: Senac Paraná. 1955.

_____. SENAC PR. Departamento Regional no Estado do Paraná. *Relatório Geral 1955*. Curitiba: Senac Paraná. 1956.

_____. SENAC PR. Departamento Regional no Estado do Paraná. *Relatório Geral 1956*. Curitiba: Senac Paraná. 1957.

_____. SENAC PR. Departamento Regional no Estado do Paraná. *Relatório Geral 1957*. Curitiba: Senac Paraná. 1958.

_____. SENAC PR. Departamento Regional no Estado do Paraná. *Relatório Geral 1958*. Curitiba: Senac Paraná. 1959.

_____. SENAC PR. Departamento Regional no Estado do Paraná. *Relatório Geral 1959*. Curitiba: Senac Paraná. 1959.

_____. SENAC PR. Departamento Regional no Estado do Paraná. *O Senac do Paraná em 1960*. Curitiba: Senac Paraná. 1960.

_____. SENAC PR. Departamento Regional no Estado do Paraná. *O Senac do Paraná em 1961*. Curitiba: Senac Paraná. 1961.

_____. *Sistema Fecomércio Paraná: a história, organização e responsabilidades*. Curitiba: Senac Paraná. 2011.

SENAC. DR. SC. *Nossa História é sua História: Senac em Santa Catarina*. Florianópolis, [s/n], 2014.

SESC. *Carta da Paz Social*. Rio de Janeiro, 2012. 1ª reimpressão.

Temas do Curso de Adestramento Hoteleiro. *Diário do Paraná*, Curitiba, 27 de junho de 1958. Segundo Caderno, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=761672&pasta=ano%20195&pesq=adestramento%20hoteleiro>. Acesso em 19 ago. 2017.